

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR

N.º 7, DE 2020

(Do Poder Executivo)

MSC 101/2020

OF 105/2020

PLS 684/1999

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 3.618, de 19 de agosto de 2015, que renova a autorização outorgada a Associação de Rádiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Escada , Estado de Pernambuco.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

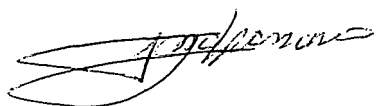
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 461, de 5 de maio de 2015 - Associação Comunitária de São Francisco de Paula - ASCOFRAN, no município de São Francisco de Paula - MG;
- 2 - Portaria nº 671, de 6 de maio de 2015 - Associação Rádio Comunitária Vitória de Radiodifusão - ACVR, no município de Contagem - MG;
- 3 - Portaria nº 2.957, de 30 de julho de 2015 - Associação Rádio Comunitária Feitoria FM, no município de São Leopoldo - RS;
- 4 - Portaria nº 3.618, de 19 de agosto de 2015 - Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, no município de Escada - PE;
- 5 - Portaria nº 3.635, de 19 de agosto de 2015 - Associação Cultural Amigos de Dores de Campos - ASCAD, no município de Dores de Campos - MG;
- 6 - Portaria nº 6.180, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Cultural de Lençóis Paulista, no município de Lençóis Paulista - SP;
- 7 - Portaria nº 6.216, de 1º de dezembro de 2015 - ADEPAM - Amazônia em Defesa e Proteção do Meio Ambiente, no município de Benjamim Constant - AM;
- 8 - Portaria nº 141, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Comunitária Rionovense de Radiodifusão, no município de Rio Novo - MG;
- 9 - Portaria nº 151, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Pró Cidadania - APC, no município de Guaxupé - MG;
- 10 - Portaria nº 246, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Beneficente Renascer Aquidauanense, no município de Aquidauana - MS;
- 11 - Portaria nº 519, de 9 de maio de 2016 - Clube de Mães e Idosos Lindalva Gomes, no município de Bom Jesus - RN;
- 12 - Portaria nº 542, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Santa Rita do Sapucaí, no município de Santa Rita do Sapucaí - MG;
- 13 - Portaria nº 692, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Cultura e Saúde de Caiapônia-GO, no município de Caiapônia - GO;
- 14 - Portaria nº 907, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Central de Araraquara, no município de Araraquara - SP;
- 15 - Portaria nº 1.031, de 9 de maio de 2016 - Associação do Movimento de Desenvolvimento Social e Radiocomunicação da Cidade de São Pedro do Butiá, no município de São Pedro do Butiá - RS;

- ✓ 16 - Portaria nº 1.042, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt, no município de Bady Bassitt - SP;
- ✓ 17 - Portaria nº 576, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Cristã de Paulista, no município de Paulista - PE;
- ✓ 18 - Portaria nº 581, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária dos Moradores da Cidade de Oliveira dos Brejinhos, no município de Oliveira dos Brejinhos - BA;
- ✓ 19 - Portaria nº 1.454, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Para o Desenvolvimento Artístico e Cultural, no município de Pirapetinga - MG;
- ✓ 20 - Portaria nº 1.458, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Pedro Gomes - ACOPE, no município de Pedro Gomes - MS;
- ✓ 21 - Portaria nº 1.822, de 7 de junho de 2017 - Associação dos Comunicadores Novolindenses, no município de Nova Olinda do Norte - AM;
- ✓ 22 - Portaria nº 1.889, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural e Comunitária de Jaguariúna, no município de Jaguariúna - SP;
- ✓ 23 - Portaria nº 1.900, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural e Comunitária Amigos de Treze Tílias, no município de Treze Tílias - SC;
- ✓ 24 - Portaria nº 1.926, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Independência, no município de Independência - CE;
- ✓ 25 - Portaria nº 1.963, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Beneficente Cultural e Social Borboremense, no município de Borborema - SP;
- ✓ 26 - Portaria nº 3.361, de 28 de setembro de 2017 - Associação Doulos, no município de Colinas do Tocantins - TO;
- ✓ 27 - Portaria nº 5.750, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Cultural e Comunitária de Encruzilhada, no município de Encruzilhada - BA;
- ✓ 28 - Portaria nº 6.161, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Itaguajé, no município de Itaguajé - PR;
- ✓ 29 - Portaria nº 6.163, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária Senhora Santana da Comunidade de Jati, no município de Jati - CE;
- ✓ 30 - Portaria nº 6.839, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Radiodifusão Comunitária da Cidade de Mariana, no município de Mariana - MG;
- ✓ 31 - Portaria nº 7.146, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Radiodifusão de Inconfidentes, no município de Inconfidentes - MG;
- ✓ 32 - Portaria nº 7.575, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Movimento Comunitário Rádio Elshadday, no município de Uruguaiana - RS;
- ✓ 33 - Portaria nº 7.585, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação dos Moradores de Nova Hidrolândia, no município de Hidrolândia - CE;
- ✓ 34 - Portaria nº 7.588, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Cultural Pampiana, no município de Vila Nova do Sul - RS;

- ✓ 35 - Portaria nº 707, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação de Moradores do Bairro Jardim São João, no município de General Carneiro - PR;
- ✓ 36 - Portaria nº 710, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária e de Defesa do Ecossistema do Rio Araguaia, no município de Aruanã - GO;
- ✓ 37 - Portaria nº 1.265, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Cultural e Ecológica Santo Antônio - ACESA, no município de Santo Antônio do Sudoeste - PR;
- ✓ 38 - Portaria nº 1.365, de 14 de março de 2018 - Associação dos Filhos e Amigos de Cametá, no município de Cametá - PA;
- ✓ 39 - Portaria nº 1.366, de 14 de março de 2018 - Associação Rádio Comunitária Nova Trento, no município de Flores da Cunha - RS; e
- 40 - Portaria nº 1.424, de 22 de março de 2018 - Associação Cultural de Santa Mariana, no município de Santa Mariana - PR.

Brasília, 18 de março de 2020.



Port. 3618/15.

EM nº 00172/2019 MCTIC



Brasília, 12 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057297/2012-93, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, inscrita no CNPJ nº 03.407.938/0001-19, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 13 de dezembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Escada, estado do Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 7918/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 3618, de 19 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 3618/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057297/2012-93 e nº 53103.000543/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Escada / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/08/2015, às 18:46, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0644803** e o código CRC **845F74E9**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32768/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, processo nº 53000.057297/2012-93.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

LARA LITVIN VILLAS BÔAS
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro substituta**, em 13/09/2019, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4624774** e o código CRC **1EB5C965**.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Assunto: **Renovação de Outorga**

Protocolo nº: 53000.057297/2012-93

(Processo de Outorga nº 53103.000543/1999)

1. Considerando o disposto no item 20 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, publicada no DOU de 18/10/2011, e visto que o ato de outorga da **Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle**, sediada na localidade de **Escada / PE**, tem validade até 13/12/2012, opino no sentido de que seja providenciada a abertura do competente processo administrativo referente à Renovação de Outorga.

Brasília, 14 de janeiro de 2013.



NATÁLIA FROEMMING
Chefe de Serviço



LOE 5º 53/63 800 543/1999 40

**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**
Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



Ofício, 28/2012

Escada, 20 de novembro de 2012.

Ilmo. Sr.
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Dr. Octavio Penna Pieranti.

ASSUNTO: Renovação de Outorga

Senhor Coordenador

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF
53000 057297/2012-93
SEAPARCE
29/11/2012-07:17

Estamos encaminhando documentação, abaixo relacionada, referente à Renovação de Outorga, conforme determina a legislação pertinente.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011.

- 1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12);
- 2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.
- 3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;
- 4 - Cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

Recebido no NRH/MC/PE
Em, 24 / 11 / 2012
Joeides Pereira da Paz
Mat. SIAPE 452199

SEPARC



**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3;

6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no livro "A" do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

7 - declaração constante do Anexo 14 desta norma, assinada pelo representante legal da entidade, atestando que a emissora:

7.1) não veicula nenhuma publicidade comercial, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;

7.2) reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

7.3) Cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal;

8 - declaração, assinada pelo representante legal da entidade, indicando as pessoas responsáveis pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação, atestando a nacionalidade dessas pessoas e juntando os respectivos documentos de comprovação;

9 - Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora;

10 - Relação contendo o nome de todos os associados pessoas físicas, com o número de documento de identidade e órgão expedidor e endereço de residência ou domicílio, bem como de todos os associados pessoas jurídicas, com o número do CNPJ e endereço da sede;

11 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência

12. Conforme o item K da Norma Complementar 01/2011, estamos aguardando o valor relativo às despesas decorrente do Ato de Renovação de Outorga.

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentado no



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.

Escada, 20 de novembro de 2012.

Atenciosamente,



TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA
PRESIDENTE
CPF 073.476.374-30.



Endereço para correspondência: Rua Vigário Simões, 90, Centro, Escada, PE, CEP: 55.555-000

Telefone para contato: 081 – 9805-3555
Correio eletrônico (e-mail): digitalfmescada@hotmail.com



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**
Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE
RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Exmo Sr. Ministro de Estado das Comunicações,
A **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**, inscrita no CNPJ sob o nº **03.407.938/0001-19** com sede na Rua Vigário Simão, nº 90, Centro, na cidade de Escada, Estado de Pernambuco, CEP: 55500-000. Entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº **55** datada de **12/03/2001** e Decreto Legislativo nº **390** publicado no Diário Oficial da União datado de **13/12/2002**, vem respeitosamente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Escada, 20 de novembro de 2012.

Atenciosamente,

Tânia M^{te} Cabral da Silva
TANIA MARIA CABRAL DA SILVA
PRESIDENTE
CPF 073.476.374-30.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**
Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Tânia Maria Cabral da Silva, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DANÚZIA DANIELLE, declaro para os devidos fins que: Atesto que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Escada, 20 de novembro de 2012.

Atenciosamente,

Tânia M. Cabral da Silva

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA
PRESIDENTE
CPF 073.476.374-30.



Agência Nacional
de Telecomunicações

Menu Principal ▾

JOEIDES PEREIRA DA PAZ

Sistemas
Interativos

BOLETO >>> **Nada Consta** | menu ajuda



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: ASSOCIACAO DE RADIOD. CULTURAL E COMUNIT. DANUZIA DANIELLE
CNPJ: 03.407.938/0001-19

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 17:05:28 do dia 21/11/2012 (hora e data de Brasília).

Válida até 21/12/2012.

Certidão expedida gratuitamente.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
03.407.938/0001-19
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
20/09/1999

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO CULTURAL E COMUNITARIA DANUZIA DANIELLE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
DIGITAL FM

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R VIGARIO SIMAO

NÚMERO
90 COMPLEMENTO
CASA

CEP
55.500-000 BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
ESCADA UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/11/2012** às **21:50:30** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

1.º ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANUZIA
DANIELLE



Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE.



Art. 1.º - A Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danuzia Danielle, fundada em 01 de agosto de 1999, com sede na Rua Vigário Simão, 90, bairro Centro, na Cidade de Escada – PE, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem finalidade econômica, constituída de moradores da respectiva localidade, sem distinção e preconceitos de nacionalidade, religião, ideologia política e racial.

Parágrafo Único - Associação terá duração por tempo indeterminado, só podendo ser dissolvida mediante Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, com a presença da maioria absoluta dos associados com direito a voto.

Art. 2.º - Fica eleito o foro da Comarca de Escada/PE, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios, sobre qualquer assunto relacionado com a Associação.

Art. 3.º - A Associação tem por finalidade, a execução de Serviço de Radiodifusão Comunitária, sem fins lucrativos, e com finalidade a dar oportunidade à difusão de idéias, cultura, tradições, hábitos sociais da comunidade, formação, integração e organização comunitária nos aspectos de lazer, cultura e convívio social, prestar serviços de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, mediante concessão, permissão ou autorização que lhe será outorgada por ato do poder público competente para a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária estando sujeita a legislação específica.

Capítulo II

DA ASSOCIAÇÃO

Art. 4.º - A Associação prestará o serviço de radiodifusão comunitária, sem fins lucrativos, atendendo em sua programação aos seguintes princípios.

- a) Promover atividades artísticas, educacionais, científicas, esportivas e de informação;



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

- b) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim, atividades, movimentos e organismos;
- c) Respeitar os valores éticos e sociais da pessoa da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Manter convênios ou associar a entidades similares para prestação de serviços e assessoria;
- e) Manter convênios ou associar a entidades não governamentais, nacionais ou internacionais;
- f) Divulgar e promover suas atividades através de órgãos de imprensa escrita, televisada, radiodifusão e outros meios;
- g) Prestar serviço para a manutenção da Associação;
- h) Receber doações em caráter de apoio cultural aplicando-os no sentido de alcançar os objetivos da Associação;



Parágrafo Primeiro – É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação da emissora de radiodifusão comunitária.

Parágrafo Segundo – Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, proposta, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, através de pedido encaminhado a Direção responsável pela rádio comunitária.

Capítulo III

DOS ASSOCIADOS

Art. 5.º - A Associação é constituída por número ilimitado de associados devidamente inscritos no Livro ou Fichas competentes, após regular procedimento de admissão aprovado pela Assembléia Geral.

Art. 6.º - O quadro social será integrado por pessoas físicas e jurídicas, estas últimas desde que legalmente instituídas, de todas as classes, em número ilimitado.

Parágrafo Único – Serão admitidos como sócios quaisquer cidadão da comunidade que, mediante proposta, tiver sua inscrição aprovada pela Assembléia Geral, e que mantenham fiel obediência a este Estatuto e deliberações da Associação.

Art. 7.º - A exclusão de associados far-se-á sempre mediante decisão da Assembléia Geral, convocada exclusivamente para esse fim, com amplos poderes de defesa pelos Associados.

Parágrafo Único – A exclusão do associado só ocorrerá se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 8.º - Além dos fundadores, poderão ser criadas outras categorias de associados, tais como, beneméritos, honorários, contribuintes, colaboradores,



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 192807PE

etc., após deliberações da Diretoria e aprovação da Assembléia Geral que definirá, inclusive, normas quanto à sua admissão, direitos e deveres.



DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 9.º - São direitos dos Associados:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo da Associação; ✓
- b) Exercer os Cargos para os quais forem eleitos, salvo em caso de impedimento justificado;
- c) Gozar dos benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste Estatuto;
- d) Recorrer à Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, contra qualquer ato lesivo aos seus direitos,
- e) Ser informado periodicamente sobre as atividades da Associação;
- f) Participar das discussões, programações e festividades da Associação; ✓
- g) Participar quando formalmente convidado das reuniões da Diretoria;
- h) Será assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos. ✓



Art. 10.º - São deveres dos Associados:

- a) Prestigiar a programação da Associação;
- b) Zelar pelos bons nomes e matrimônio da Associação;
- c) Pagar suas contribuições em dias.

Capítulo IV

DOS ÓRGÃOS CONSTITUÍDOS

Art. 11.º - São órgãos constituídos da Associação:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Diretoria Executiva;
- c) O Conselho Fiscal;
- d) O Conselho Comunitário. ✓

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12.º - A Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano da Associação e é constituída pelos associados no gozo de seus direitos.

Art. 13.º - A Assembléia Geral reunir-se-á semestralmente nos meses de março e setembro observados as normas prescritas nos artigos 19º a 23º deste Estatuto, e, extraordinariamente, sempre que for convocada pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e por 1/5 (um quinto) dos Associados. ✓

Art. 14.º - A Assembleia Geral decidirá por maioria simples dos votos presentes, sendo vetado o voto por procuração.

Parágrafo Único – Funcionará em primeira convocação com 50% (cinquenta por cento) mais um, dos associados presentes.

Art. 15.º - As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias e o Edital deverá ser fixado em locais



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

públicos, bem visíveis, na sede da Associação e publicado em jornais de circulação local.



Art. 16.º - Compete a Assembleia Geral Ordinária:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- b) Eleger e empossar a Diretoria, do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário;
- c) Autorizar a Diretoria a comprar, vender, alugar e doar bens imóveis;
- d) Aprovar o Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil e Financeira;
- e) Aprovar a política de ação da Diretoria;
- f) Deliberar sobre assuntos da pauta e outros de interesse geral desde que apresentados por escrito à mesa Diretora, nos 15 (quinze) minutos que antecederem ao início da reunião;
- g) Deliberar sobre assuntos de interesse social.



Art. 17.º - Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- a) Destituir um ou mais membros da Diretoria, no caso de prática que atende contra os bons princípios e fundamentos deste Estatuto;
- b) Reformar total ou parcialmente o Estatuto Social;
- c) Aprovar o Regimento Interno da Associação, após apreciação da Diretoria;
- d) Deliberar sobre a extinção ou dissolução da Associação;
- e) Decidir sobre alienação e oneração do patrimônio da Associação.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem às letras “a” e “b”, é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18.º - A Diretoria Executiva será composta de seis (06) membros eleitos pelos associados, em Assembleia Geral, e atuará colegiadamente nas decisões.

Parágrafo Único – Os membros da Diretoria não serão remunerados pelo exercício do cargo, sob qualquer pretexto. ✓

Art. 19.º - Compete a Diretoria Executiva:

- a) Dirigir a Associação de acordo com o presente estatuto;
- b) Administrar o patrimônio social e promover o bem geral dos Associados;
- c) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e demais decisões da Assembleia Geral;
- d) Fixar Valores da contribuição mensal, e contratos com outras entidades;
- e) Acolher quaisquer reclamações dos associados ou, por parte, das pessoas da comunidade;
- f) Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer programação para fins de acompanhamento, com vistas ao atendimento dos interesses exclusivos da comunidade onde atua e das finalidades estabelecida no Art. 3.º;



Gilson Ramos Correia
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

- g) Prestar contas à primeira Assembléia Geral Ordinária anual o balanço patrimonial e o balanço da receita e despesas com o parecer do Conselho Fiscal;



Parágrafo Único – As decisões da Diretoria deverão ser tomadas por maioria simples dos votos com a participação da maioria simples de seus membros.

Art. 20.º - A Diretoria será composta pelos seguintes cargos, a saber, que dividirão entre si as tarefas e contribuições de forma a viabilizar não só as decisões da Diretoria colegiada, como fazer frente à administração da Entidade:

- a) Presidente;
- b) Vice Presidente;
- c) Secretaria Geral
- d) Tesoureiro;
- e) Diretor de Patrimônio;
- f) Diretor Cultural e de Comunicação.



Art. 21.º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da Associação caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e, maiores de 18 anos ou emancipados, e que todos os dirigentes deverão manter residências na área da comunidade atendida.

Art. 22.º - É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo, que assegure imunidade parlamentar ou decorra de foro especial. Também, a Associação não poderá manter vínculo que subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 23.º - O mandato eletivo dos membros da Diretoria Executiva será de um período de 04 (quatro) anos, permitida a uma reeleição consecutiva.

Art. 24.º - Havendo morte, renúncia ou impedimento definitivo do Presidente, o Vice Presidente assumirá a presidência da Associação e convocará a Assembléia Geral extraordinariamente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias para que se proceda à eleição do novo Presidente.

DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Art. 25.º - Compete ao Presidente:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- b) Representar a Associação ativa e passivamente, em juízo e fora dele, perante órgãos públicos, administrativos e particulares e, em geral, nas suas relações com terceiros, podendo para tal fim designar procurador;
- c) Convocar e presidir as Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria;
- d) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir, desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal, e sempre em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro;
- e) Os poderes da administração em geral, salvos os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, necessários ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 192801/PE

f) Tomar medidas de caráter urgente necessárias à boa execução deste estatuto, devendo na primeira reunião submeter seu ato a aprovação da Diretoria.



Art. 26.º - Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância;
- c) Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções;

Art. 27.º - Compete ao Secretário Geral:

- a) Fazer o expediente da correspondência, avisos, circulares e lavrar as atas das reuniões da Diretoria;
- b) Cuidar das Fixas ou Registros de Associados;
- c) Auxiliar o Presidente no relacionamento da Associação com as autoridades, meios de comunicação, comunidade e o seguimento político institucional;
- d) Elaborar o Relatório Anual de Atividades;
- e) Ter sob o seu controle e responsabilidade os assuntos administrativos da Associação;
- f) Substituir Vice-Presidente em todas as suas faltas ou impedimentos.



Art. 28.º - Compete ao Tesoureiro:

- a) Zelar pelo patrimônio da Associação;
- b) Manter em dias as contas bancárias e os valores da Associação, podendo aplicá-los ouvindo a Diretoria;
- c) Assinar cheques e outros papéis juntamente com o Presidente;
- d) Efetuar pagamentos e recebimentos autorizados.
- e) Manter em dia o trabalho da tesouraria e de contabilidade e apresentar ao Conselho Fiscal balancetes periódicos e anuais.

Art. 29.º - Compete ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes e material de publicação em geral;
- b) Implantar o arquivo histórico da Entidade.

Art. 30.º - Compete ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação de nome, objetos e realização da Entidade;
- c) Coordenar e supervisionar a elaboração do material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, regimento internos e outros.

DO CONSELHO FISCAL E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 31.º - O Conselho Fiscal, é o órgão de fiscalização das atividades econômico – financeiras da Associação e compor-se-á de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos a cada 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução para o período imediato.



Gilson Ramos Cardozo
ADVOGADO
OAB. 192837/E

Parágrafo Primeiro – O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o da Diretoria.

Parágrafo segundo – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 32.º - Entre os membros do Conselho Fiscal, um dos associados será o seu Presidente e outro Secretário.

Art. 33.º - O Conselho Fiscal tem suas atribuições e poderes conferidos por Lei.

Art. 34.º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros de escrituração da Associação;
- b) Examinar o balançete semestral apresentado pelo Diretor-Tesoureiro, opinando a respeito;
- c) Apreçar os balanços e inventários que acompanha o relatório anual da Diretoria;
- d) Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- e) Dar parecer à Assembléia Geral e à Diretoria, quando solicitado, sobre assuntos econômicos, financeiros, administrativos, patrimoniais, contábeis e jurídicos.

Parágrafo Único – o Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, sempre que necessário.

DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 35.º - O conselho Comunitário será instituído pela Associação através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco) entidades da comunidade local, representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os mandatos dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Art. 36.º - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Parágrafo Segundo: A Associação manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Art. 37.º - A diretoria, após ter sido eleita e empossada, convocará Assembleia Extraordinária para os próximos trinta (30) dias, onde se fará a eleição e posse do Conselho Comunitário.



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

Art. 38.º - O mandato do Conselho Comunitário será de quatro (04) anos, permitida uma recondução imediata.



Parágrafo Único - O Conselho Comunitário se reunirá ordinariamente uma vez por ano sempre no mês de julho e extraordinariamente sempre que for convocado pela Diretoria.

Capítulo V

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 39.º - As eleições para o Diretoria e o Conselho Fiscal realizar-se-ão, a cada quatro (quatro) anos, na sede da entidade, por chapa completa de candidato, pela Assembleia Geral, podendo os seus membros ser reeleitos por mais um mandato.

Parágrafo Primeiro - As eleições para a Diretoria serão convocadas em Edital com antecedência mínima de quarenta e cinco (45) dias contadas da data do término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Segundo - Nos primeiros trintas (30) dias deverão ser registradas na Secretária da entidade das chapas concorrentes.

Capítulo VI

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 40.º - O patrimônio da Associação será constituído de:

- I - De imóveis, utensílios e quaisquer outros bem de propriedade da Associação, bem como, os que futuramente venham a ser adquiridos;
- II - Das contribuições dos associados;
- III - Da arrecadação feita pela Entidade;
- IV - De doações, por entidades governamentais ou não e de empresas privadas;
- V - Dos bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- VI - Das prestações de serviço e/ou assessorias;
- VII - Das contribuições provenientes de apoio cultural. ✓

Art. 41.º - Os bens poderão ser alienados, mediante prévia autorização da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 42.º - No caso de extinção, competirá à Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o Liquidante e o Conselho Fiscal que devem funcionar durante o período de liquidação.

Parágrafo Único - O patrimônio da entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades afins, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia Geral Extraordinária e devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).



Gilson Ramos Cordero
ADVOGADO
OAB: 19280/PE

Capítulo VII

DA PERDA DO MANDATO

Art. 43.º - Perderão os mandatos os membros da Diretoria que incorrerem em malversação ou dilapidação do patrimônio social e/ou também grave violação do Estatuto, abandono de cargo, assim considerada a ausência não justificada em três (03) reuniões consecutivas, ou cinco (05) intercaladas, aceitação de cargos ou função não compatíveis com o exercício do cargo da Associação, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 17.º



Capítulo VIII

DAS PENALIDADES

Art. 44.º - Estará sujeito a pena prevista aqui o associado que incorrer nas seguintes faltas:

- a) Grave violação do Estatuto;
- b) Atitudes que contrariem as decisões da Assembleia Geral;
- c) Difamação da Associação ou sua Diretoria.

Art. 45.º - As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituírem-se em:

- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão de três (03) meses a dois (02) anos;
- c) Eliminação do quadro social.

Capítulo IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46.º - A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração no seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes, bem como, só poderá ser reformado por maioria de dois terço dos membros da Assembleia Geral, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 17.º

Art. 47.º - O quadro de pessoal deverá sempre ser constituído de pelo menos 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

Art. 48.º - Os casos omissos serão analisados pela Diretoria executiva e encaminhados à Assembleia Geral para apreciação.

Art. 49.º - Os associados, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.



Guilherme Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB 19280/PE

Art. 50.º - Nenhum membro desta Associação, inclusive os do Conselho Comunitário poderá receber salário, vantagens, bonificações, cotas ou ações sob qualquer forma ou pretexto.



Parágrafo Único - Não se considera remuneração para os fins deste artigo, o ressarcimento de despesas realizadas para a execução das atividades da Associação, tais como despesas de locomoção, hospedagem, alimentação, representações e viagens desde que previamente autorizadas pelo Presidente.

Art. 51.º - A Associação não distribuirá lucros ou dividendos a seus associados, dirigentes, empregados ou membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. A receita da será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

Art. 53º - São Sócios Fundadores da Associação, os seguintes Senhores (as): **FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00;; **José Robson R. de Araujo**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Dr Antônio de castro 98 Escada - Pe, RG. 05859048 SSP/PE e CPF 032.221.634/64; **Roberto Pereira Lins**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua da matriz 66, RG. 1548485 SSP/PE e CPF 160.298.674-87, **Maria Betânia Rodrigues da Silva**, brasileiro, casada, autônomo, residente na Rua ministro André Cavalcante 255 Escada - Pe, RG. 4231081 e CPF 794.070.724-87; **Roberto Luis de Barros**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua ministro André Cavalcante 255, Escada-Pe RG. 39918 PM PE e CPF 882.103.359-87; **Hélison Gomes**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Antonio alves de lima 13 Escada- Pe, RG. 2951688 SSP/PE e CPF 519.373.364-68; **Adeildo Chaves da Silva**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua 8 de dezembro Escada-Pe, RG. 1524404 SSP/PE e CPF 168.711.384-04; **Flávio R. da Silva**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua ministro André Cavalcante 255, RG. 537969 SSP/PE e CPF 025.932.764-60, **Gleison Lelino de Lima**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Dr. Antônio de castro 98 Escada Pe , RG. 9630337 e CPF 034.076.374-46, **Domingos Sávio Cabral Silva**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Vigário Simão 86 Centro Escada Pe RG. 3160268 SSP/PE e CPF 517.357.764-91; **ELIAS ESTEVÃO DE LIMA**, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Doutorzinho, 301 - Centro, Escada/PE, RG 2.447.461 SSP/PE e CPF 329.320.654-91; **JORGE LUIZ LIMA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87; **ANTÔNIO CARLOS CHAVES** brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Visconde de Utinga 291, Escada/PE, RG 1319049 SSP/PE e CPF 124.750.414-04

Art. 54º - São Membros da Diretoria da associação: **PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA**, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30; **VICE-PRESIDENTE: ODÉIA ANSELMO ALVES DA SILVA**, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada na Rua 21 de Abril, 60 - Centro, Escada/PE, RG 2.186.406 SSP /PE e CPF



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19851PE

153.069.764-68; **TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO DE LIMA**, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Doutorzinho, 301 – Centro, Escada/PE, RG 2.447.461 SSP/PE e CPF 329.320.654-91; **DIRETOR DE PATRIMÔNIO: LANIRA ALVES DE BARROS**, brasileira, desquitada, aposentada, residente e domiciliada na Rua São Bartolomeu, 27, Centro, Escada/PE, RG 1.233.156 SSE/PE e CPF 254.823.274-34; **SECRETÁRIO GERAL: JORGE LUIZ LIMA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF 707.990.404-87; **DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Samuel Gomes, 195, São Sebastião, Escada/PE, RG 1783181 SSP/PE e CPF 178.657.354-72; **CONSELHO FISCAL TITULARES: 1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua 21 de Abril, 60, Centro, Escada/PE, RG 1.473.365 SSP/PE e CPF: 246.669.804-82; **2º FERNADO CABRAL MENDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00; **3º ROSEANE ANDRADE DE SOUSA LEMOS**, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliado na Rua Ezequiel de Barros 238, Escada/PE, RG 4.919.091 SSP/PE e CPF: 976.248.534-34; **CONSELHO FISCAL SUPLENTE: 1º MARCIO ANDRÉ DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 256, Centro, Escada/PE, RG 6192796 SSP/PE e CPF 010.401.404-08; **2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO**, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Av. Pirapama, 42, Centro, Escada/PE, RG 5.989.110 SSP/PE e CPF 044.263.074-30; **3º GERVÁZIO PEREIRA DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, 105, Centro Escada/PE, RG 1.224.167 SSP/PE e CPF: 104.918.644-34.

Art. 55º - São Membros do Conselho Comunitário da Associação: **1º. FERNANDO SALES DA SILVA** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Ezequiel de Barros 156, Escada -PE RG. 751.611 SSP/Pe e CPF 021.305.994-00, neste ato representando a Entidade ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA CNPJ 10.572.904/0001-45; **2º. EDVALDO JOSÉ LEVINO** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Prof.º Rinaldo Barreto nº. 30 centro Escada -PE, RG. 1634821 SSP/ PE e CPF 135.398.094-49, neste ato representando a Entidade GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO CNPJ 08.911.844/0001-04; **3º. ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na AV. COMENDADOR JOSÉ PEREIRA S/N, RG. 58.262.046 SSP/PE e CPF 932.727.584-52, neste ato representando a Entidade SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA CNPJ 10.209.575/0001-72; **4º. PAULO ROGERIO A. SOARES**, brasileiro, solteiro, Professor, residente na Rua Barão de Suassuna 77 Centro Escada-PE, RG. 718.890 SSP/PE e CPF 451.047.005-34, neste ato representando a Entidade COSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA, **5º. Pe. VALDIR BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Padre, residente na Rua da Matriz 28, RG. 893684 SSP/PE e CPF 165.407.004-15, neste ato representando a Entidade PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO, CNPJ 01.821.505/0001-80



Gilson Ramos Cordero
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

Art. 56º - Este Estatuto revogará o anterior, depois de aprovado pelos associados em Assembleia Geral, convocada para essa finalidade, e registrado em cartório competente.



Escada, 02 de agosto, 2009

Tânia Maria Cabral da Silva

PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30.

Gilson Ramos Cordero
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas
Escada - Pernambuco

PROTOCOLO - A - 3

APRESENTADO EM NÚMERO 2.862

FOLHAS 63 - Certidão averbada LIVRO

Nº A - 8 FOLHAS 12/20 Número
de Ad. AV-2-150 ESCADA, 12 de
Novembro de 2012 O Oficial

Nº da Guia: 0001433782

EMOLUMENTOS	- R\$ <u>61,94</u>
TSNR	- R\$ <u>13,77</u>
TOTAL DEVIDO	- R\$ <u>75,71</u>

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA
Elias Mathias dos Santos - Titular
Marcelle Mathias Costa dos Santos
Reg. de Imóveis e Hipotecas, Protestos de
Ato Notarial e Docs. Particulares
ou de Registro, Dr. José Henrique, 198
Centro - Escada - CEP 55500-000
Fones: 3534-1555 / 3534-3712
ANOREG-PE
AC0069121

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO
DE AUTENTICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



Gilson Ramos Cordero
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

Matias
dos Santos
Titular











Matthias
dos Santos
Titular
22

organizar o entendimento do Estatuto, adequado para eventuais duvidas e litígios. Também acrescemos o mandato da Diretoria executiva de 03 (três) para 04 (quatro) anos. Assim, as reformulações aprovadas em Assembleia Geral, tanto do Estatuto e da nova composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e Comunitário saíram para reparar equívocos jurídicos, e preparar a entidade para um relacionamento jurídico perfeito, com seus parceiros externo e interno. Tomando a palavra como Secretaria da Assembleia, iniciou a leitura do Estatuto para apreciação e aprovação, o que fiz artigo por artigo. Lido e aprovado o Estatuto, iniciamos a eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal eleita por uma chapa de consenso para mandato de 04 (Quatro) anos, ficando assim composta: **PRESIDENTE:** TANIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30; **VICE-PRESIDENTE:** ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada na Rua 21 de Abri, 60 - Centro, Escada/PE, RG 2.186.406 SSP /PE e CPF 153.069.764-68; **TESOUREIRO:** ELIAS ESTEVÃO, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Doutorzinho, 301 - Centro, Escada/PE, RG 2.447.461 SSP/PE e CPF 329.320.654-91; **DIRETOR DE PATRIMONIO:** LANIRA ALVES DE BARROS, brasileira, desquitada, aposentada, residente e domiciliada na Rua São Bartolomeu, 27, Centro, Escada/PE, RG 1.288.156 SSE/PE e CPF 254.823.274-34; **SECRETÁRIO GERAL:** JORGE LUIZ LIMA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87; **DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO:** AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Samuel Gomes, 195, São Sebastião, Escada/PE, RG 1783181 SSP/PE e CPF 178.657.354-72; **CONSELHO FISCAL TITULARES:** 1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua 21 de Abril, 60, Centro, Escada/PE, RG 1.473.365 SSP/PE e CPF: 246.669.804-82; 2º FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00; 3º ROSEANE ANDRESA DE SOUZA LEMOS brasileira, casada, autônomo, residente e domiciliado na Rua Ezequiel de Barros, 238, Escada/PE, RG 4919091 SSP/PE e CPF: 976.248.534-34; **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** 1º MARCIO ANDRÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na rua Marechal Deodoro da Fonseca, 256, Centro, Escada/PE, RG 6192796 SSP/PE e CPF 010401404-08; 2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Av. Pirapama, 42, Centro, Escada/PE, RG 5.989.110 SSP/PE e CPF 044.263.074-30; 3º GERVÁZIO PEREIRA DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, 105, Centro Escada/PE, RG 1.224.167 SSP/PE e CPF: 104.918.644-34. O Senhor Presidente homologou os novos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, dando posse neste ato, para o mandato, de 04 anos, que vai de 2009 a 2013. Não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembleia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, a Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e em quanto esteve à frente da Associação elevará o nome da mesma, e encerrou a reunião, e eu JORGE LUIZ LIMA que servi de Secretario, lavro dato e assino a presente ata juntamente com toda a Diretoria, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização
Escada - PE - CEP 55500-000
Esta cópia está igual ao original que me foi apresentado. Dou fé
Emolumentos:
Por Rec. R\$ 2,38
TSNR R\$ 0,42
Total R\$ 2,80
23 NOV. 2012
Em Teste da verdade
Elias Mathias dos Santos - Titular
Marcelle Mathias Costa dos Santos - Substituta
Válido somente com o selo de autenticidade

Escada, 02 de agosto de 2009



Tania Maria Cabral da Silva

PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

Odeia Anselmo Alves da Silva

VICE-PRESIDENTE: ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

Elías Estevão

TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO

Lanira Alves de Barros

DIRETOR DE PATRIMONIO: LANIRA ALVES DE BARROS

Jorge Luiz de Lima

SECRETÁRIO GERAL: JORGE LUIZ LIMA

Amaro Francisco dos Santos Júnior

DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

CONSELHO FISCAL TITULARES

Reginaldo Anselmo de Oliveira

1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA

Fernando Cabral Mendes da Silva

2º FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA

Roseane Andreza de Souza Lemos

3º ROSEANE ANDREZA DE SOUZA LEMOS

CONSELHO FISCAL SUPLENTES:

Marcio André da Silva

1º MARCIO ANDRÉ DA SILVA

Maristela de Sema Carneiro

2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO

Gervázio Pereira da Silva Filho

3º GERVAZIO PEREIRA DA SILVA FILHO



Demais Associados presente na Assembleia

Rondri Antônio dos Santos 8.203.433-558/86
Domingo Siqueira Cabral de Silva 3160268 558/86



Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas
Escada - Pernambuco

PROTOCOLO - A - 3

APRESENTADO Nº, NÚMERO 2.861

FOLHAS 63. Participação LIVRO

Nº A - 03 FOLHAS 1381/1401 Número

de AV-1 150 ESCADA, 12 de

Novembro de 2012. Oficial

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA
Elias Mathias dos Santos - Titular
Marcelle Mathias Costa dos Santos
Reg. de Imóveis e Hipotecas, Protestos de
Títulos e Docs. Particulares
Av. Dr. José Henrique, 198
Centro - Escada - CEP 55500-000
Fones: 3534-1555 / 3534-3712

EMOLUMENTOS	= R\$ 61,94
TSNR	= R\$ 13,77
TOTAL RECEBIDO	= R\$ 75,71

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Ato Notarial
ou de Registro
DE AUTENTICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

ANOREG-PE
AC0069122

N.º da Guia: 0001433782.8

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização
ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
BME094421

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA
José Henrique, 198 - Térreo - Centro
Escada - PE - CEP 55500-000
Em Teste... da verdade
Elias Mathias dos Santos - Titular
Marcelle Mathias Costa dos Santos - Substituta
Válido somente com o selo de autenticidade

23 NOV. 2012
Emolumentos:
Por Rec R\$ 2,35
TSNR R\$ 0,46
Total R\$ 2,81



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.

(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Tânia Maria Cabral da Silva, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DANÚZIA DANIELLE, declaro para os devidos fins que:

- 1 - a emissora não veicula nenhuma publicidade, ficando ressalvados os casos de apoio cultural;
- 2 - a emissora reserva um percentual mínimo de 5% (cinco por cento) de tempo de sua programação para a transmissão de conteúdos noticiosos, de acordo com o que estabelece o art. 67, 3, do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; e
- 3 - a emissora cumpre a finalidade constitucional de promover a cultura nacional e regional, assim como do estímulo mínimo à produção independente em relação ao conteúdo veiculado, nos moldes do artigo 221, II, da Constituição Federal.

Escada, 20 de novembro de 2012.

Atenciosamente,

Tânia M. Cabral da Silva

TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA

PRESIDENTE

CPF 073.476.374-30.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**
Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA**



Eu, Tânia Maria Cabral da Silva, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DANÚZIA DANIELLE. Declaro para os devidos fins que: Sou o responsável pela gestão das atividades, pela área editorial e pela direção da programação. Estando devidamente qualificado nos autos do processo.

Escada, 20 de novembro de 2012.

Atenciosamente,

Tânia Maria Cabral da Silva
TANIA MARIA CABRAL DA SILVA
PRESIDENTE
CPF 073.476.374-30.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



Relatório do Conselho Comunitário referente à Grade de Programação

A Grade de Programação apresentada pela Diretoria da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, esta de acordo com o que consta no subitem 21.4.1 da Norma Complementar 01/2011 e aprovada pelo Conselho Comunitário.

PROGRAMAÇÃO DE 2ª A 6ª FEIRA

06h00min: HINO DE NOSSA SENHORA DA ESCADA

06h05min. – PROGRAMAS EVANGELICOS (IGREJAS EVANGELICAS)

08h0min. – HINO DO MUNICÍPIO DE ESCADA

08h05min. – PROGRAMA MANHA TOTAL

- HORÓSCOPO
- NOTÍCIAS LOCAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS
- RECEITAS
- FOCOS
- RECEITAS
- ENTREVISTAS COM ESPECIALISTAS SOBRE: SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E INFORMAÇÕES DIVERSAS.
- MOMENTO JURÍDICO – INFORMAÇÕES DIVERSAS

12h00min. – PROGRAMA ANOS 80 – Música popular

13h05min. – PROGRAMA TARDE LIVRE

- REPORTAGEM DOS PROBLEMAS DA CIDADE
- HORÓSCOPO
- NOTÍCIAS DA REGIÃO
- RECEITAS
- FOCOS
- ENTREVISTAS DE DIVERSOS TEMAS

16h00min. – PROGRAMA CAPITAL DO FORRO – MÚSICA DA TERRA.

18h00min. – AVE MARIA

18h05min. – PROGRAMA DA IGREJA CATÓLICA

19h00min. – A VOZ DO BRASIL

20h00min. – PROGRAMA DIGI LOVE – MÚSICA E INTERATIVIDADE

21h00min. – PROGRAMA EVANGÉLICOS – DIVERSAS IGREJAS EVANGÉLICAS

00h00min. – FINAL DA PROGRAMAÇÃO.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.

(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



PROGRAMAÇÃO DO SÁBADO

06h00min. – HINO DE NOSSA SENHORA DA ESCADA

06h00min. – PROGRAMAS EVANGELICOS (IGREJAS EVANGELICAS)

08h00min. – HINO DA ESCADA

08h05min. – PROGRAMA FÓRRO DE VERDADE

- MUSICAS DE FORRO PÉ DE SERRA
- HORÓSCOPO
- NOTÍCIAS
- ENTREVISTAS SOBRE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E INFORMAÇÕES DIVERSAS.

12h00min. – PROGRAMA BREGA TOTAL

16h00min. – PROGRAMA INTERATIVIDADE

- MUSICA
- NOTÍCIAS
- GINCANA

18h00min. – AVE MARIA

19h00min. – TRANSMISSÃO DA SANTA MISSA.

21h00min. – PROGRAMA RECORDANDO O PASSADO

- MUSICAS ANTIGA
- INTERATIVIDADE
- GINCANA

00h00min. – FINAL DA PROGRAMAÇÃO

PROGRAMAÇÃO DE DOMINGO

06h00min. - HINO DE NOSSA SENHORA DA ESCADA

06h00min. – PROGRAMA ESPIRITA (GRUPOS ESPIRITAS DA ESCADA)

08h00min. – HINO DA ESCADA

08h05min. – PROGRAMA AS MUSICAS QUE EU FIZ PARA MIM

- MUSICAS DE ROBERTO CARLOS
- NOTÍCIAS

10h00min. - PROGRAMA BREGA TOTAL

- MUSICAS BREGAS DE ARTISTAS LOCAIS

14h00min. - PROGRAMA TARDE DE DOMINGO

- TODO TIPO DE MUSICAS

19h30min. – TRANSMISSÃO DA MISSA CATOLICA



**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.

(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



21h00min. – PROGRAMA RECORDANDO O PASSADO

- MUSICAS ANTIGAS

10h00min. – DOMINGÃO ESPECIAL

00h00min. - FINAL DA PROGRAMAÇÃO

Esta de acordo com o que preceitua uma programação devidamente comunitária, sendo de grande importância para a nossa comunidade. Assim foi aprovada pelo Conselho Comunitário e vai assinada pelos representantes das Entidades que compõem o referido Conselho.
Escada, 20 de novembro de 2012.

Tânia Maria Cabral da Silva

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

PRESIDENTE

CPF 073.476.374-30.

CONSELHEIROS COMUNITÁRIO

Fernando Sales da Silva

1º. FERNANDO SALES DA SILVA

ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA
ESCADA

Edvaldo José Levino

2º. EDVALDO JOSÉ LEVINO

GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO

Antônia das Virgens Santos Dutra

3º. ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA

SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA

Paulo Rogério A. Soares

4º. PAULO ROGÉRIO A. SOARES

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA

Waldir Bezerra da Silva

5º. WALDIR BEZERRA DA SILVA

PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.821.505/0001-80 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 13/05/1997
NOME EMPRESARIAL PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTACAO			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAROQUIA ESCADA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R DA MATRIZ	NÚMERO 28	COMPLEMENTO	
CEP 55.500-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ESCADA	UF PE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/11/2012** às **21:39:56** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
08.911.844/0001-04
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
25/04/1986

NOME EMPRESARIAL
GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R PAULO PARISIO

NÚMERO
240 COMPLEMENTO

CEP
55.500-000

BAIRRO/DISTRITO
JAGUARIBE

MUNICÍPIO
ESCADA

UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
24/09/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/11/2012** às **21:47:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.209.575/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 21/09/1970
NOME EMPRESARIAL SERVICO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SASE			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R VIGARIO SIMAO	NÚMERO 99	COMPLEMENTO	
CEP 55.500-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ESCADA	UF PE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 22/11/2012 às 21:42:01 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral



Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
10.572.904/0001-45
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
14/01/2009

NOME EMPRESARIAL

ASSOCIACAO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA - ASPESCAE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

ASPESCAE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO

R DR ALFREDO CORREIA

NÚMERO

87

COMPLEMENTO

ANDAR A 1

CEP

55.500-000

BAIRRO/DISTRITO

ATALAIA

MUNICÍPIO

ESCADA

UF

PE

SITUAÇÃO CADASTRAL

ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL

14/01/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/11/2012** às **21:45:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA	
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 01.953.632/0001-32 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 30/06/1997
NOME EMPRESARIAL CONSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARAO DE SUASSUNA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R BARAO DE SUASSUNA	NÚMERO 77	COMPLEMENTO	
CEP 55.500-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ESCADA	UF PE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 22/11/2012 às 21:43:54 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Matthias
dos Santos
Tribunal

35

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DO
CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL
E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE.

Aos 04(quatro) dia do mês de agosto de 2009, às 20h00min horas, na Sede da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, sito a Rua Vigário Simão, 90 - Centro, Município de Escada no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral para a Eleição e posse do Conselho Comunitário. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Sra. TANIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30. Convidando a mim JORGE LUIZ LIMA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87 para secretariar a sessão. - Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como secretária, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocado esta Assembléia Geral, que tem o seguinte teor: a) **Eleição e Posse do Conselho Comunitário**, e assuntos de interesse geral - Iniciando-se os trabalhos, a Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude da necessidade de instalação do Conselho Comunitário, conforme preceitua os Art. 33º ao Art. 36º do Estatuto da Associação, sendo composto por 05 (cinco) entidades da Comunidade, com fins específicos de acompanhar a programação da Radio com vista aos interesse da comunidade. Assim, procedemos com a Eleição e posse das Entidades que comporá o **Conselho Comunitário**: 1º. **FERNANDO SALES DA SILVA** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Ezequiel de Barros 156, Escada -PE RG. 751.611 SSP/Pe e CPF 021.305.994-00, neste ato representando a Entidade ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA CNPJ 10.572.904/0001-45; 2º. **EDVALDO JOSÉ LEVINO** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Prof.º Rinaldo Barreto nº. 30 centro Escada -PE, RG. 1634821 SSP/ PE e CPF 135.398.094-49, neste ato representando a Entidade GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO CNPJ 08.911.844/0001-04; 3º. **ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na AV. COMENDADOR JOSÉ PEREIRA S/N, RG. 58.262.046 SSP/PE e CPF 932.727.584-52, neste ato representando a Entidade SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA CNPJ 10.209.575/0001-72; 4º. **PAULO ROGERIO A. SOARES**, brasileiro, solteiro, Professor, residente na Rua Barão de Suassuna 77 Centro Escada-PE, RG. 718.890 SSP/PE e CPF 451.047.005-34, neste ato representando a Entidade COSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA, 5º. **Pe. VALDIR BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Padre, residente na Rua da Matriz 28 , RG. 893684 SSP/PE e CPF 165.407.004-15, neste ato representando a Entidade PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO , CNPJ 01.821.505/0001-80

O Senhor Presidente homologou os membros do Conselho Comunitário, dando posse neste ato, para o mandato de 04 anos, que vai de 2009 a 2013, coincidindo com o da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembléia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE,, o Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e em quanto esteve à frente da Entidade elevará o nome da Associação, e encerrou a reunião, e eu JORGE LUIZ LIMA que servi de Secretario, lavro dato e

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA
Rua Dr. José Henrique, 198 - Térreo - Centro
Escada - PE - CEP 55500-000

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização

23 NOV. 2012

Em Teste da verdade
Elias Mathias dos Santos - Titular
Marcelle Mathias Costa dos Santos - Substituta
Valido somente com o selo de autenticidade

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
BME 09442

Emolumentos:
Por Rec R\$ 2,30
TSNR R\$ 0,40
Total R\$ 2,80

assinou Jorge Luiz de Lima a presente ata juntamente com toda a Diretoria e dos Representantes de Conselho Comunitário, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.

Escada, 04 de Agosto de 2009

Tânia M^a Cabral da Silva

PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

Odeia Anselmo Alves da Silva

VICE-PRESIDENTE: ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

Elías Estevão da Silva

TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO

Janira Alves de Barros

DIRETOR DE PATRIMONIO: JANIRA ALVES DE BARROS

Jorge Luiz de Lima

SECRETÁRIO GERAL: JORGE LUIZ LIMA

Amaro Francisco dos Santos Junior

DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

CONSELHEIROS COMUNITÁRIO

Fernando Sales da Silva

FERNANDO SALES DA SILVA - ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA

Edvaldo José Levino

EDVALDO JOSÉ LEVINO - GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO

Antonia das Virgens Santos Dutra

ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA - SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA

Paulo Rogério A. Soares

PAULO ROGERIO A. SOARES - COSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA

Pe. Valdir Bezerra da Silva

Pe. VALDIR BEZERRA DA SILVA - PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO



37
8

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO
BME094450

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA
 Dr. Jose Henrique, 198 - 111880 - Centro
 Escada - PE - CEP 55500-000

Esta cópia está igual ao original que me foi apresentado. Dou fé

PE 23 NOV. 2012

Emolumentos:
 Por Rec R\$ 2,38
 TSNR R\$ 0,48
 Total R\$ 2,86

Em Testº..... da verdade
 Elias Mathias dos Santos - Titular
 Marcelle Mathias Costa dos Santos - Substituta
 Valido somente com o selo de autenticacao

TOTAL RECEIVING 157 83 CD

SEI 53000.057297/2012-93 / pg. 37

RELAÇÃO DE ASSOCIADOS ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE

Nome completo legível	RG com órgão emissor	Endereço
TANIA MARIA CABRAL DA SILVA	RG 8.069.768 SSP/PE	Rua Vigário Simão, 86 Centro Escada/PE,
ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA	RG 2.186.406 SSP /PE	Rua 21 de Abri, 60 – Centro, Escada/PE
ELIAS ESTEVÃO	RG 2.447.461 SSP/PE	Av. Doutorzinho, 301 Centro Escada/PE,
LANIRA ALVES DE BARROS	RG 1.288.156 SSE/PE	Rua São Bartolomeu, 27 Centro Escada/PE,
JORGE LUIZ LIMA	RG 3.761.698 SSP/PE	Rua Visconde de Utinga, s/n Centro Escada/PE,
AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR	RG 1783181 SSP/PE	Rua Samuel Gomes , 195, , Escada/PE
REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA	RG 1.473.365 SSP/PE	21 de Abril, 60, Centro, Escada/PE
FERNADO CABRAL MENDES DA SILVA	4.495.029 SSP/PE	Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE
ROSEANE ANDRESA DE SOUZA LEMOS	RG 4919091 SSP/PE	Rua Ezequiel de Barros, 238, Centro Escada/PE
MARCIO ANDRÉ DA SILVA	RG 6192796 SSP/PE	rua Marechal Deodoro da Fonseca, 256, Centro, Escada/PE
MARISTELA DE SEMA CARNEIRO	RG 5.989.110 SSP/PE	Av. Pirapama, 42, Centro, Escada/PE
GERVÁZIO PEREIRA DA SILVA FILHO	RG 1.224.167 SSP/PE	Rua Floriano Peixoto, 105, Centro Escada/PE,
DOMINGOS SAVIO CABRAL DA SILVA	RG 3760268 SSP/PE	Rua Vigario Simão 90 térreo- Centro –

		EscadaEscada/PE
ANDRE ANTONIO DOS SANTOS	8.203.497 SSP/PE	Rua da Matriz 80 Centro Escada/PE,





**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**
Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**



Eu, Tânia Maria Cabral da Silva, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DANÚZIA DANIELLE. Declaro para os devidos fins que: solicito vistoria técnica da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Escada, 20 de novembro de 2012.

Atenciosamente,

Tânia Maria Cabral da Silva

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA
PRESIDENTE
CPF 073.476.374-30.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação de Gestão de Pessoas
Núcleo de Recursos Humanos no Estado de Pernambuco
Avenida Guararapes, 250, 5º Andar, Sala 511, Santo Antônio, Recife-PE
Tel.: (81) 3425-3611 – Fax: (81) 3424-9366



Memo. nº 775/ 2012 / NRH-PE/COGEP/CGGP/SPOA/SE-MC


Recife, 27 de novembro de 2012

AO Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária / MC

Assunto: **Renovação de Outorga**

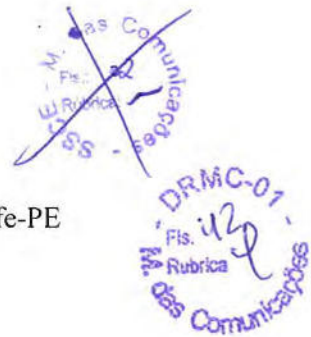
Encaminhamos em anexo, documentos da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danuzia Danielle, solicitando renovação de outorga, na cidade de Escada, no Estado Pernambuco.

Atenciosamente,


MARIA DA PENHA DA SILVA OLIVEIRA
Responsável pelo Núcleo de RH/MC no Estado de Pernambuco
Substituta

34

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria-Executiva
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas
Coordenação de Gestão de Pessoas
Núcleo de Recursos Humanos no Estado de Pernambuco
Avenida Guararapes, 250, 5º Andar, Sala 511, Santo Antônio, Recife-PE
Tel.: (81) 3425-3611 - Fax: (81) 3424-9366



Memo nº 785/2012/NRH-PE/COGEP/CGGP/SPOA/SE-MC

Recife, 29 de novembro de 2012.

Ao Senhor Diretor do Departamento de Outorga de Serviço de Comunicação Eletrônica

Assunto: **Documentação para processo nº 53103.000543/1999**

Encaminhamos, em anexo, documentação da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, sediada na cidade de Escada – PE, referente a nova diretoria executiva e Conselhos Fiscal e Comunitário.

Atenciosamente,


SILVANA FERREIRA DE ARAÚJO
Responsável pelo Núcleo de RH/MC no Estado de Pernambuco

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 057936/2012-11
SEAPA/SCE
03/12/2012-07:36

Seam



**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.

(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



Ofício nº 029/2012



Escada, 26 de novembro de 2012.

Ilmo. Sr.

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO
ELETRÔNICA.**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo Ala Oeste – Sala 300 - 3º andar
CEP: 70044-900 – Brasília – DF

Assunto; Encaminhamento de Documentação.

Ref.: PROCESSO Nº 53103.000543/1999

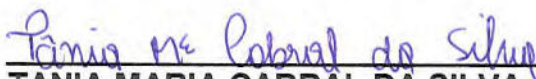
Senhor Diretor,


Estamos encaminhando documentos, abaixo relacionado, referente a nova Diretoria Executiva e os Conselhos Fiscal e Comunitário.

- 1- Ata de Eleição e Posse da Nova Diretoria devidamente registrada;
- 2- Ata de Eleição e Posse o Conselho Comunitário, devidamente registrado;
- 3- Declaração assinada por todos os Diretores comprometendo-se ao fiel cumprimento da Norma;
- 4- Declaração que todos os Dirigentes residem na comunidade;
- 5- Declaração de que seus Dirigentes não têm vínculo com outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária;
- 6- Declaração que não tem vínculo de subordinação com outras entidades;
- 7- Prova de brasileiros natos de todos os Diretores (cópia de RG e CPF)

Escada, 26 de novembro de 2012.

Atenciosamente,


TANIA MARIA CABRAL DA SILVA
PRESIDENTE
CPF 073.476.374-30.

Recebido no NRH/MC/PE
Em, 26 / 11 / 2012

Joeldes Pereira da Paz
Mat. SIAPE 452199

searc



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



DECLARAÇÃO



Eu, Tânia Maria Cabral da Silva, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DANÚZIA DANIELLE. DECLARAM para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que todos se comprometem ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o Serviço de RADCOM.

Escada, 20 de novembro de 2012.

Tânia Mª Cabral da Silva

PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

Odeia Anselmo Alves da Silva

VICE-PRESIDENTE: ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

Elas Estevão de Sousa

TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO

lanira Alves de Barros

DIRETOR DE PATRIMONIO: LANIRA ALVES DE BARROS

Jorge Luiz Lima

SECRETÁRIO GERAL: JORGE LUIZ LIMA

Amaro Francisco dos Santos Junior

DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR



**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.

(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



DECLARAÇÃO

Eu, Tânia Maria Cabral da Silva, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DANÚZIA DANIELLE. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida pela estação.

Escada, 20 de novembro de 2012.

Tânia ME Cabral da Silva

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

PRESIDENTE

CPF 073.476.374-30.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



DECLARAÇÃO



Eu, Tânia Maria Cabral da Silva, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DANÚZIA DANIELLE, DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que: A entidade não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

Escada, 20 de novembro de 2012.

Tânia M^{te} Cabral da Silva

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

PRESIDENTE

CPF 073.476.374-30.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



DECLARAÇÃO



Eu, Tânia Maria Cabral da Silva, na qualidade de representante legal da ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DANÚZIA DANIELLE. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que a Entidade requerente não possui qualquer vínculo de subordinação com outra Entidade, mediante compromissos e/ou relações financeiras, familiares, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

Escada, 20 de novembro de 2012.

Tânia M^c Cabral da Silva

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

PRESIDENTE

CPF 073.476.374-30.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
01.821.505/0001-80
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
13/05/1997

NOME EMPRESARIAL
PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTACAO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
PAROQUIA ESCADA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.91-0-00 - Atividades de organizações religiosas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R DA MATRIZ

NÚMERO
28

COMPLEMENTO

CEP
55.500-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
ESCADA

UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/11/2012** às **21:39:56** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
08.911.844/0001-04
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
25/04/1986

NOME EMPRESARIAL
GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R PAULO PARISIO

NÚMERO
240

COMPLEMENTO

CEP
55.500-000

BAIRRO/DISTRITO
JAGUARIBE

MUNICÍPIO
ESCADA

UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
24/09/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/11/2012** às **21:47:47** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
10.209.575/0001-72
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
21/09/1970

NOME EMPRESARIAL
SERVICO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
SASE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R VIGARIO SIMAO

NÚMERO
99 COMPLEMENTO

CEP
55.500-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
ESCADA

UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/11/2012** às **21:42:01** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
10.572.904/0001-45
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
14/01/2009

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA - ASPESCAE

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
ASPESCAE

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R DR ALFREDO CORREIA

NÚMERO
87

COMPLEMENTO
ANDAR A 1

CEP
55.500-000

BAIRRO/DISTRITO
ATALAIA

MUNICÍPIO
ESCADA

UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
14/01/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/11/2012** às **21:45:28** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
01.953.632/0001-32
MATRIZ

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
30/06/1997

NOME EMPRESARIAL
CONSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARAO DE SUASSUNA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA

LOGRADOURO
R BARAO DE SUASSUNA

NÚMERO
77

COMPLEMENTO

CEP
55.500-000

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
ESCADA

UF
PE

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia **22/11/2012** às **21:43:54** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

1.º ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE
RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANUZIA
DANIELLE



Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE.



Art. 1.º - A Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danuzia Danielle, fundada em 01 de agosto de 1999, com sede na Rua Vigário Simão, 90, bairro Centro, na Cidade de Escada - PE, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem finalidade econômica, constituída de moradores da respectiva localidade, sem distinção e preconceitos de nacionalidade, religião, ideologia política e racial.



Parágrafo Único - Associação terá duração por tempo indeterminado, só podendo ser dissolvida mediante Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, com a presença da maioria absoluta dos associados com direito a voto.

Art. 2.º - Fica eleito o foro da Comarca de Escada/PE, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios, sobre qualquer assunto relacionado com a Associação.

Art. 3.º - A Associação tem por finalidade, a execução de Serviço de Radiodifusão Comunitária, sem fins lucrativos, e com finalidade a dar oportunidade à difusão de idéias, cultura, tradições, hábitos sociais da comunidade, formação, integração e organização comunitária nos aspectos de lazer, cultura e convívio social, prestar serviços de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, mediante concessão, permissão ou autorização que lhe será outorgada por ato do poder público competente para a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária estando sujeita a legislação específica.

Capítulo II

DA ASSOCIAÇÃO

Art. 4.º - A Associação prestará o serviço de radiodifusão comunitária, sem fins lucrativos, atendendo em sua programação aos seguintes princípios.

- a) Promover atividades artísticas, educacionais, científicas, esportivas e de informação;



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

- b) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim, atividades, movimentos e organismos;
- c) Respeitar os valores éticos e sociais da pessoa da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Manter convênios ou associar a entidades similares para prestação de serviços e assessoria;
- e) Manter convênios ou associar a entidades não governamentais nacionais ou internacionais;
- f) Divulgar e promover suas atividades através de órgãos de imprensa escrita, televisada, radiodifusão e outros meios;
- g) Prestar serviço para a manutenção da Associação;
- h) Receber doações em caráter de apoio cultural aplicando-os no sentido de alcançar os objetivos da Associação;



Parágrafo Primeiro – É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação da emissora de radiodifusão comunitária.

Parágrafo Segundo – Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, proposta, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, através de pedido encaminhado a Direção responsável pela rádio comunitária.

Capítulo III

DOS ASSOCIADOS

Art. 5.º - A Associação é constituída por número ilimitado de associados devidamente inscritos no Livro ou Fichas competentes, após regular procedimento de admissão aprovado pela Assembléia Geral.

Art. 6.º - O quadro social será integrado por pessoas físicas e jurídicas, estas últimas desde que legalmente constituídas, de todas as classes, em número ilimitado.

Parágrafo Único – Serão admitidos como sócios quaisquer cidadão da comunidade que, mediante proposta, tiver sua inscrição aprovada pela Assembléia Geral, e que mantenham fiel obediência a este Estatuto e deliberações da Associação.

Art. 7.º - A exclusão de associados far-se-á sempre mediante decisão da Assembléia Geral, convocada exclusivamente para esse fim, com amplos poderes de defesa pelos Associados.

Parágrafo Único – A exclusão do associado só ocorrerá se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 8.º - Além dos fundadores, poderão ser criadas outras categorias de associados, tais como, beneméritos, honorários, contribuintes, colaboradores,



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19288/PE

etc., após deliberações da Diretoria e aprovação da Assembleia Geral que definirá, inclusive, normas quanto à sua admissão, direitos e deveres.



DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 9.º - São direitos dos Associados:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo da Associação;
- b) Exercer os Cargos para os quais forem eleitos, salvo em caso de impedimento justificado;
- c) Gozar dos benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste Estatuto;
- d) Recorrer à Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, contra qualquer ato lesivo aos seus direitos;
- e) Ser informado periodicamente sobre as atividades da Associação;
- f) Participar das discussões, programações e festividades da Associação;
- g) Participar quando formalmente convidado das reuniões da Diretoria;
- h) Será assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos.



Art. 10.º - São deveres dos Associados:

- a) Prestigiar a programação da Associação;
- b) Zelar pelos bons nomes e matrimônio da Associação;
- c) Pagar suas contribuições em dias.

Capitulo IV

DOS ÓRGÃOS CONSTITUÍDOS

Art. 11.º - São órgãos constituídos da Associação:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Diretoria Executiva;
- c) O Conselho Fiscal;
- d) O Conselho Comunitário.

DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 12.º - A Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano da Associação e é constituída pelos associados no gozo de seus direitos.

Art. 13.º - A Assembleia Geral reunir-se-á semestralmente nos meses de março e setembro observados as normas prescritas nos artigos 19º a 23º deste Estatuto, e, extraordinariamente, sempre que for convocada pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e por 1/5 (um quinto) dos Associados.

Art. 14.º - A Assembleia Geral decidirá por maioria simples dos votos presentes, sendo vetado o voto por procuração.

Parágrafo Único – Funcionará em primeira convocação com 50% (cinquenta por cento) mais um, dos associados presentes.

Art. 15.º - As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias e o Edital deverá ser fixado em locais



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

públicos, bem visíveis, na sede da Associação e publicado em jornais de circulação local.

Art. 16.º - Compete a Assembleia Geral Ordinária:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- b) Eleger e empossar a Diretoria, do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário;
- c) Autorizar a Diretoria a comprar, vender, alugar e doar bens imóveis;
- d) Aprovar o Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil e Financeira;
- e) Aprovar a política de ação da Diretoria;
- f) Deliberar sobre assuntos da pauta e outros de interesse geral desde que apresentados por escrito à mesa Diretora, nos 15 (quinze) minutos que antecederem ao início da reunião;
- g) Deliberar sobre assuntos de interesse social.

Art. 17.º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- a) Destituir um ou mais membros da Diretoria, no caso de prática que atende contra os bons princípios e fundamentos deste Estatuto;
- b) Reformar total ou parcialmente o Estatuto Social;
- c) Aprovar o Regimento Interno da Associação, após apreciação da Diretoria;
- d) Deliberar sobre a extinção ou dissolução da Associação;
- e) Decidir sobre alienação e oneração do patrimônio da Associação.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem às letras “a” e “b”, é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18.º - A Diretoria Executiva será composta de seis (06) membros eleitos pelos associados, em Assembleia Geral, e atuará colegiadamente nas decisões.

Parágrafo Único – Os membros da Diretoria não serão remunerados pelo exercício do cargo, sob qualquer pretexto.

Art. 19.º - Compete a Diretoria Executiva:

- a) Dirigir a Associação de acordo com o presente estatuto;
- b) Administrar o patrimônio social e promover o bem geral dos Associados;
- c) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e demais decisões da Assembleia Geral;
- d) Fixar Valores da contribuição mensal, e contratos com outras entidades;
- e) Acolher quaisquer reclamações dos associados ou, por parte, das pessoas da comunidade;
- f) Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer programação para fins de acompanhamento, com vistas ao atendimento dos interesses exclusivos da comunidade onde atua e das finalidades estabelecida no Art. 3.º;



Gilson Ramos Correia
ADVOGADO
OAB. 15280/PE

- g) Prestar contas à primeira Assembléia Geral Ordinária anual o balanço patrimonial e o balanço da receita e despesas com o parecer do Conselho Fiscal;



Parágrafo Único - As decisões da Diretoria deverão ser tomadas por maioria simples dos votos com a participação da maioria simples de seus membros.

Art. 20.º - A Diretoria será composta pelos seguintes cargos, a saber, que dividirão entre si as tarefas e contribuições de forma a viabilizar não só as decisões da Diretoria colegiada, como fazer frente à administração da Entidade:

- a) Presidente;
- b) Vice Presidente;
- c) Secretaria Geral
- d) Tesoureiro;
- e) Diretor de Patrimônio;
- f) Diretor Cultural e de Comunicação.



Art. 21.º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da Associação caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e, maiores de 18 anos ou emancipados, e que todos os dirigentes deverão manter residências na área da comunidade atendida.

Art. 22.º - É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo, que assegure imunidade parlamentar ou decorra de foro especial. Também, a Associação não poderá manter vínculo que subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 23.º - O mandato eletivo dos membros da Diretoria Executiva será de um período de 04 (quatro) anos, permitida a uma reeleição consecutiva.

Art. 24.º - Havendo morte, renúncia ou impedimento definitivo do Presidente, o Vice Presidente assumirá a presidência da Associação e convocará a Assembléia Geral extraordinariamente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias para que se proceda à eleição do novo Presidente.

DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Art. 25.º - Compete ao Presidente:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- b) Representar a Associação ativa e passivamente, em juízo e fora dele, perante órgãos públicos, administrativos e particulares e, em geral nas suas relações com terceiros, podendo para tal fim designar procurador;
- c) Convocar e presidir as Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria;
- d) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir, desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal, e sempre em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro;
- e) Os poderes da administração em geral, salvos os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, necessários ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 192801/PE

f) Tomar medidas de caráter urgente necessárias à boa execução deste estatuto, devendo na primeira reunião submeter seu ato a aprovação da Diretoria.



Art. 26.º - Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância;
- c) Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções;



Art. 27.º - Compete ao Secretário Geral:

- a) Fazer o expediente da correspondência, avisos, circulares e lavrar as atas das reuniões da Diretoria;
- b) Cuidar das Fixas ou Registros de Associados;
- c) Auxiliar o Presidente no relacionamento da Associação com as autoridades, meios de comunicação, comunidade e o seguimento político institucional;
- d) Elaborar o Relatório Anual de Atividades;
- e) Ter sob o seu controle e responsabilidade os assuntos administrativos da Associação;
- f) Substituir Vice-Presidente em todas as suas faltas ou impedimentos.



Art. 28.º - Compete ao Tesoureiro:

- a) Zelar pelo patrimônio da Associação;
- b) Manter em dias as contas bancárias e os valores da Associação, podendo aplicá-los ouvindo a Diretoria;
- c) Assinar cheques e outros papéis juntamente com o Presidente;
- d) Efetuar pagamentos e recebimentos autorizados.
- e) Manter em dia o trabalho da tesouraria e de contabilidade e apresentar ao Conselho Fiscal balancetes periódicos e anuais.



Art. 29.º - Compete ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes e material de publicação em geral;
- b) Implantar o arquivo histórico da Entidade.

Art. 30.º - Compete ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação de nome, objetos e realização da Entidade;
- c) Coordenar e supervisionar a elaboração do material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, regimento internos e outros.

DO CONSELHO FISCAL E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 31.º - O Conselho Fiscal, é o órgão de fiscalização das atividades econômico – financeiras da Associação e compor-se-á de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos a cada 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução para o período imediato.

Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19281/PE



Parágrafo Primeiro – O mandato do Conselho Fiscal coincidirá com o da Diretoria.

Parágrafo segundo – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 32.º - Entre os membros do Conselho Fiscal, um dos associados será o seu Presidente e outro Secretário.

Art. 33.º - O Conselho Fiscal tem suas atribuições e poderes conferidos por Lei.

Art. 34.º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) Examinar os livros de escrituração da Associação;
- b) Examinar o balancete semestral apresentado pelo Diretor-Tesoureiro, opinando a respeito;
- c) Apreçar os balanços e inventários que acompanha o relatório anual da Diretoria;
- d) Opinar sobre a aquisição e alienação de bens;
- e) Dar parecer à Assembléia Geral e à Diretoria, quando solicitado, sobre assuntos econômicos, financeiros, administrativos, patrimoniais, contábeis e jurídicos.

Parágrafo Único – o Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, sempre que necessário.

DO CONSELHO COMUNITÁRIO

Art. 35.º - O conselho Comunitário será instituído pela Associação através do chamamento de todas as entidades legalmente instituídas e sediadas em sua área de atuação, para prestar serviços de RadCom, tais como associações de classes, beneméritas, religiosas ou de moradores, devendo ser composto com o mínimo de 05 (cinco) entidades da comunidade local, representadas por seus representantes legais, não tendo prazo para mandato, respeitados os mandatos dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

Art. 36.º - O Conselho Comunitário terá o fim específico de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e aos princípios da lei n.º 9.612/98 que rege a matéria.

Parágrafo Primeiro: O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, anualmente, sempre na data de aniversário da outorga, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação considerando, entre outros aspectos, o atendimento dos objetivos estabelecidos por lei.

Parágrafo Segundo: A Associação manterá disponível e atualizado, para qualquer solicitação ou inspeção do Ministério das Comunicações, o ato que estabeleceu a composição do Conselho Comunitário.

Art. 37.º - A diretoria, após ter sido eleita e empossada, convocará Assembleia Extraordinária para os próximos trinta (30) dias, onde se fará a eleição e posse do Conselho Comunitário.



Gilson Ramos Correia
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

Art. 38.º - O mandato do Conselho Comunitário será de quatro (04) anos, permitida uma recondução imediata.

Parágrafo Único - O Conselho Comunitário se reunirá ordinariamente uma vez por ano sempre no mês de julho e extraordinariamente sempre que for convocado pela Diretoria.

Capítulo V

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 39.º - As eleições para o Diretoria e o Conselho Fiscal realizar-se-ão, a cada quatro (quatro) anos, na sede da entidade, por chapa completa de candidato, pela Assembleia Geral, podendo os seus membros ser reeleitos por mais um mandato.

Parágrafo Primeiro - As eleições para a Diretoria serão convocadas em Edital com antecedência mínima de quarenta e cinco (45) dias contadas da data do término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Segundo - Nos primeiros trintas (30) dias deverão ser registradas na Secretária da entidade das chapas concorrentes.

Capítulo VI

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 40.º - O patrimônio da Associação será constituído de:

- I - De imóveis, utensílios e quaisquer outros bem de propriedade da Associação, bem como, os que futuramente venham a ser adquiridos;
- II - Das contribuições dos associados;
- III - Da arrecadação feita pela Entidade;
- IV - De doações, por entidades governamentais ou não e de empresas privadas;
- V - Dos bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- VI - Das prestações de serviço e/ou assessorias;
- VII - Das contribuições provenientes de apoio cultural.

Art. 41.º - Os bens poderão ser alienados, mediante prévia autorização da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 42.º - No caso de extinção, competirá à Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o Liquidante e o Conselho Fiscal que devem funcionar durante o período de liquidação.

Parágrafo Único - O patrimônio da entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades afins, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia Geral Extraordinária e devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).



Wilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

Capítulo VII

DA PERDA DO MANDATO

Art. 43.º - Perderão os mandatos os membros da Diretoria que incorrerem em malversação ou dilapidação do patrimônio social e/ou também grave violação do Estatuto, abandono de cargo, assim considerada a ausência não justificada em três (03) reuniões consecutivas, ou cinco (05) intercaladas, aceitação de cargos ou função não compatíveis com o exercício do cargo da Associação, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 17.º.

Capítulo VIII

DAS PENALIDADES

Art. 44.º - Estará sujeito a pena prevista aqui o associado que incorrer nas seguintes faltas:

- a) Grave violação do Estatuto;
- b) Atitudes que contrariem as decisões da Assembleia Geral;
- c) Difamação da Associação ou sua Diretoria.

Art. 45.º - As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituírem-se em:

- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão de três (03) meses a dois (02) anos;
- c) Eliminação do quadro social.

Capítulo IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46.º - A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração no seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes, bem como, só poderá ser reformado por maioria de dois terço dos membros da Assembleia Geral, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 17.º.

Art. 47.º - O quadro de pessoal deverá sempre ser constituído de pelo menos 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

Art. 48.º - Os casos omissos serão analisados pela Diretoria executiva e encaminhados à Assembleia Geral para apreciação.

Art. 49.º - Os associados, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.



Guilherme Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB: 19280/PE

Art. 50.º - Nenhum membro desta Associação, inclusive os do Conselho Comunitário poderá receber salário, vantagens, bonificações, cotas ou ações sob qualquer forma ou pretexto.

Parágrafo Único - Não se considera remuneração para os fins deste artigo, o ressarcimento de despesas realizadas para a execução das atividades da Associação, tais como despesas de locomoção, hospedagem, alimentação, representações e viagens desde que previamente autorizadas pelo Presidente.

Art. 51.º - A Associação não distribuirá lucros ou dividendos a seus associados, dirigentes, empregados ou membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. A receita da será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

Art. 53º - São Sócios Fundadores da Associação, os seguintes Senhores (as): **FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00;; **José Robson R. de Araujo**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Dr antônio de castro 98 Escada - Pe, RG. 05859048 SSP/PE e CPF 032.221.634/64; **Roberto Pereira Lins**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua da matriz 66, RG. 1548485 SSP/PE e CPF 160.298.674-87, **Maria Betânia Rodrigues da Silva**, brasileiro, casada, autônomo, residente na Rua ministro André Cavalcante 255 Escada - Pe, RG. 4231081 e CPF 794.070.724-87; **Roberto Luis de Barros**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua ministro André Cavalcante 255, Escada-Pe RG. 39918 PM PE e CPF 882.103.359-87; **Hélison Gomes**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Antonio alves de lima 13 Escada- Pe, RG. 2951688 SSP/PE e CPF 519.373.364-68; **Adeildo Chaves da Silva**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua 8 de dezembro Escada-Pe, RG. 1524404 SSP/PE e CPF 168.711.384-04; **Flávio R. da Silva**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua ministro André Cavalcante 255, RG. 537969 SSP/PE e CPF 025.932.764-60, **Gleison Lelino de Lima**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Dr. Antônio de castro 98 Escada Pe , RG. 9630337 e CPF 034.076.374-46, **Domingos Sávio Cabral Silva**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Vigário Simão 86 Centro Escada Pe RG. 3160268 SSP/PE e CPF 517.357.764-91; **ELIAS ESTEVÃO DE LIMA**, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Doutorzinho, 301 - Centro, Escada/PE, RG 2.447.461 SSP/PE e CPF 329.320.654-91; **JORGE LUIZ LIMA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87; **ANTÔNIO CARLOS CHAVES** brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Visconde de Utinga 291, Escada/PE, RG 1319049 SSP/PE e CPF 124.750.414-04

Art. 54º - São Membros da Diretoria da associação: **PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA**, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30; **VICE-PRESIDENTE: ODÉIA ANSELMO ALVES DA SILVA**, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada na Rua 21 de Abril, 60 - Centro, Escada/PE, RG 2.186.406 SSP /PE e CPF



Gilson Ramos da Silva
ADVOCADO
OAB. 19851PE

153.069.764-68; **TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO DE LIMA**, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Doutorzinho, 301 – Centro, Escada/PE, RG 2.447.461 SSP/PE e CPF 329.320.654-91; **DIRETOR DE PATRIMÔNIO: LANIRA ALVES DE BARROS**, brasileira, desquitada, aposentada, residente e domiciliada na Rua São Bartolomeu, 27, Centro, Escada/PE, RG 1.238.156 SSE/PE e CPF 254.823.274-34; **SECRETÁRIO GERAL: JORGE LUIZ LIMA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87; **DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Samuel Gomes, 195, São Sebastião, Escada/PE, RG 1783181 SSP/PE e CPF 178.657.354-72; **CONSELHO FISCAL TITULARES: 1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua 21 de Abril, 60, Centro, Escada/PE, RG 1.473.365 SSP/PE e CPF: 246.669.804-82; **2º FERNADO CABRAL MENDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00; **3º ROSEANE ANDRADE DE SOUSA LEMOS**, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliado na Rua Ezequiel de Barros 238, Escada/PE, RG 4.919.091 SSP/PE e CPF: 976.248.534-34; **CONSELHO FISCAL SUPLENTE: 1º MARCIO ANDRÉ DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 256, Centro, Escada/PE, RG 6192796 SSP/PE e CPF 010.401.404-08; **2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO**, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Av. Pirapama, 42, Centro, Escada/PE, RG 5.989.110 SSP/PE e CPF 044.263.074-30; **3º GERVÁZIO PEREIRA DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, 105, Centro Escada/PE, RG 1.224.167 SSP/PE e CPF: 104.918.644-34.



Art. 55º - São Membros do Conselho Comunitário da Associação: **1º. FERNANDO SALES DA SILVA** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Ezequiel de Barros 156, Escada -PE RG. 751.611 SSP/Pe e CPF 021.305.994-00, neste ato representando a Entidade ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA CNPJ 10.572.904/0001-45; **2º. EDVALDO JOSÉ LEVINO** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Prof.º Rinaldo Barreto nº. 30 centro Escada -PE, RG. 1634821 SSP/ PE e CPF 135.398.094-49, neste ato representando a Entidade GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO CNPJ 08.911.844/0001-04; **3º. ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na AV. COMENDADOR JOSÉ PEREIRA S/N, RG. 58.262.046 SSP/PE e CPF 932.727.584-52, neste ato representando a Entidade SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA CNPJ 10.209.575/0001-72; **4º. PAULO ROGERIO A. SOARES**, brasileiro, solteiro, Professor, residente na Rua Barão de Suassuna 77 Centro Escada-PE, RG. 718.890 SSP/PE e CPF 451.047.005-34, neste ato representando a Entidade COSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA, **5º. Pe. VALDIR BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Padre, residente na Rua da Matriz 28, RG. 893684 SSP/PE e CPF 165.407.004-15, neste ato representando a Entidade PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO, CNPJ 01.821.505/0001-80



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB - 19230/PE

Art. 56º - Este Estatuto revogará o anterior, depois de aprovado pelos associados em Assembleia Geral, convocada para essa finalidade, e registrado em cartório competente.



Escada, 02 de agosto, 2009

Tania e Mr. Cabral da Silva

PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30.



Gilson Ramos Cordero
ADVOGADO
OAB. 19280/PE



Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas
Escada - Pernambuco

PROTOCOLO - A - 3

APRESENTADO Nº NÚMERO 2862

FOLHAS 63. Antepara averbação LIVRO

Nº A - 8 FOLHAS 12/200 Número

de Ad. AV-2-150 ESCADA, 12 de

Novembro de 2012. O Oficial

[Signature]

N: da Guia: 0005433782. E

EMOLUMENTOS	- R\$ 61,94
TSNR	- R\$ 13,77
TOTAL RECEBIDO	- R\$ 75,71

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA
Elias Mathias dos Santos - Titular
Marcelle Mathias Costa dos Santos
Reg. de Imóveis e Hipotecas, Protestos de
Ato Notarial e Ocs. Particulares
ou de Registro, Dr. José Henrique, 198
Centro - Escada - CEP 55500-000
Fones: 3534-1555 / 3534-3712
ANOREG-PE
ACO069121

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO
DE AUTENTICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO



Gilson Ramos Cordero
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

Matias dos Santos Titular
Fis. 630
Rubrica
DRMC-0
Fis. 630
Rubrica
dos Comunic

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE REFORMULAÇÃO DO
ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO
CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Aos 02(segundo) dia do mês de agosto de 2009, às 20h00min horas, na nova Sede da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, sito a Rua Vigário Simão, 90 - Centro, Município de Escada no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral para a 1º Alteração do Estatuto Social, Eleição e posse da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Sr. FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00. Convidando a mim JORGE LUIZ LIMA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87 para secretariar a sessão. – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como secretária, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembléia Geral, que tem o seguinte teor: a) Eleição e Posse da Diretoria Executiva; b) Eleição e posse do Conselho Fiscal; c) Reforma do Estatuto Social, e assuntos de interesse geral. – Iniciando-se os trabalhos, a Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude do Estatuto Social da Entidade se de 1999, se fez necessário uma reformulação para a adequação ao novo Código Civil, bem como a Legislação pertinente a Radiodifusão Comunitária, através da Norma Complementar 01/2004. E, após registro em cartório, seja encaminhada toda documentação ao Ministério das Comunicações em Brasília para procedes as alterações no seu banco de dados. Assim, procedemos às alterações do Estatuto Social, tendo em vista da necessidade do seu enquadramento no novo Código Civil, e também dá uma maior transparência das suas finalidades comunitária e social. Em primeiro lugar, buscamos organizar todo o Estatuto por Capitulo para a melhor organização e visualização dos associados, na busca de seus interesses. Já no primeiro capitulo organizamos da seguinte forma: **DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE**. Nesse sentido, houver uma melhora na organização do capitulo, e uma arrumação na redação dos Artigos 1º, 2º e 3º. No Capitulo III, trocamos a palavra **DA FILIAÇÃO**, por: **DOS ASSOCIADOS**, dando mais clareza e um maior rigor jurídico ao Capitulo e democratizando a participação dos associados no dia-a-dia da entidade, bem como separando os direitos e deveres dos associados. No Capitulo IV, foi incluído outro órgão deliberativo da Associação; o Conselho Comunitário. Este uma exigência da Norma Complementar 01/2004 do Ministério das Comunicações. Assim, o estatuto foi acrescido de novo artigos que disciplina este Conselho, que vai do Art. 30º ao 38º. Também, demos uma nova redação aos demais itens deste Capitulo, como o disciplinamento da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. Já no Art. 20º, retiramos o papel de Suplentes da Diretoria Executiva, ficando assim: Art. 20.º - A Diretoria será composta pelos seguintes cargos, a saber, que dividirão entre si as tarefa e contribuições de forma a viabilizar não só as decisões da Diretoria colegiada, como fazer frente à administração da Entidade: a) Presidente; b) Vice Presidente; c) Secretaria Geral; d) Tesoureiro; e) Diretor de Patrimônio; f) Diretor Cultural e de Comunicação. Diante das alterações proposta, o Estatuto sofreu grandes reformulações, pois, foi acrescida de vários novos artigos, tanto para disciplinar a atuação do Conselho Comunitário quanto das atribuições dos novos diretores. Também foi feita alteração para



organizar o entendimento do Estatuto, adequado para eventuais duvidas e litígios. Também acrescemos o mandato da Diretoria executiva de 03 (três) para 04 (quatro) anos. Assim, as reformulações aprovadas em Assembleia Geral, tanto do Estatuto e da nova composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e Comunitário se deram para reparar equívocos jurídicos, e preparar a entidade para um relacionamento jurídico perfeito, com seus parceiros externo e interno. Tomando a palavra como Secretária da Assembléia, iniciou a leitura do Estatuto para a apreciação e aprovação, o que fiz artigo por artigo. Lido e aprovado o Estatuto, iniciamos a eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal eleita por uma chapa de consenso para mandato de 04 (Quatro) anos, ficando assim composta: **PRESIDENTE:** TANIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30; **VICE-PRESIDENTE:** ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada na Rua 21 de Abri, 60 – Centro, Escada/PE, RG 2.186.406 SSP /PE e CPF 153.069.764-68; **TESOUREIRO:** ELIAS ESTEVÃO, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Doutorzinho, 301 – Centro, Escada/PE, RG 2.447.461 SSP/PE e CPF 329.320.654-91; **DIRETOR DE PATRIMONIO:** LANIRA ALVES DE BARROS, brasileira, desquitada, aposentada, residente e domiciliada na Rua São Bartolomeu, 27, Centro, Escada/PE, RG 1.288.156 SSE/PE e CPF 254.823.274-34; **SECRETÁRIO GERAL:** JORGE LUIZ LIMA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87; **DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO:** AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Samuel Gomes, 195, São Sebastião, Escada/PE, RG 1783181 SSP/PE e CPF 178.657.354-72; **CONSELHO FISCAL TITULARES:** 1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua 21 de Abril, 60, Centro, Escada/PE, RG 1.473.365 SSP/PE e CPF: 246.669.804-82; 2º FERNADO CABRAL MENDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00; 3º ROSEANE ANDRESA DE SOUZA LEMOS brasileira, casada, autônomo, residente e domiciliado na Rua Ezequiel de Barros, 238, Escada/PE, RG 4919091 SSP/PE e CPF: 976.248.534-34; **CONSELHO FISCAL SUPLENTES:** 1º MARCIO ANDRÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliada na rua Marechal Deodoro da Fonseca, 256, Centro, Escada/PE, RG 6192796 SSP/PE e CPF 010401404-08; 2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Av. Pirapama, 42, Centro, Escada/PE, RG 5.989.110 SSP/PE e CPF 044.263.074-30; 3º GERVÁZIO PEREIRA DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, 105, Centro Escada/PE, RG 1.224.167 SSP/PE e CPF: 104.918.644-34. O Senhor Presidente homologou os novos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, dando posse neste ato, para o mandato, de 04 anos, que vai de 2009 a 2013. Não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembléia Geral Extraordinária da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**, a Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e em quanto esteve à frente da Associação elevará o nome da mesma, e encerrou a reunião, e eu JORGE LUIZ LIMA que servi de Secretario, lavro dato e assino Jorge Luiz Lima a presente ata justamente com toda a Diretoria bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.



Escada, 02 de agosto de 2009



Tania, M^a Cabral da Silva

PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

Odeia Anselmo Alves da Silva

VICE-PRESIDENTE: ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

Elas Estevo da Silva

TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO

Lanira Alves de Barros

DIRETOR DE PATRIMONIO: LANIRA ALVES DE BARROS

Jorge Luis do Hum

SECRETARIO GERAL: JORGE LUIZ LIMA

Amaro Francisco dos Santos (junior)

DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

CONSELHO FISCAL TITULARES

Reginaldo Anselmo de Oliveira

1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA

Fernando Cabral Mendes da Silva

2º FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA

Roseane Andreza de Souza Lemos

3º ROSEANE ANDREZA DE SOUZA LEMOS

CONSELHO FISCAL SUPLENTES:

Marcio Andre da Silva Oliveira

1º MARCIO ANDRÉ DA SILVA

Maristela de Sema Carneiro

2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO

Gervazio Pereira da Silva Filho

3º GERVAZIO PEREIRA DA SILVA FILHO



Demais Associados presente na Assembleia

André Antonio dos Santos 8.203.493 558/86
Camargo Sávio Cabral de Silva 3160268 558/86



Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas
 Escada - Pernambuco

PROTOCOLO - A - 3

APRESENTADO Nº, NÚMERO 2, 861

FOLHAS 63. Participação em bens LIVRO

Nº A - 03 FOLHAS 1380/1400 Número

de And. Av. 1 150 ESCADA, 12 de

Novembro, de 2012. Oficial

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA
 Elias Mathias dos Santos - Titular
 Marcelle Mathias Costa dos Santos
 Reg. de Imóveis e Hipotecas, Protestos de
 Títulos e Docs. Particulares
 Av. Dr. José Henrique, 198
 Centro - Escada - CEP 55500-000
 Fones: 3534-1555 / 3534-3712

EMOLUMENTOS	= R\$ 61,94
TSNR	= R\$ 13,77
TOTAL DEVIDO	= R\$ 75,71



N.º da Guia: 0001433782.8



Matias
dos Santos
Filho

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSE DO
CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL
E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE.

Aos 04(quatro) dia do mês de agosto de 2009, às 20h00min horas, na Sede da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, sito a Rua Vigário Simão, 90 - Centro, Município de Escada no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral para a Eleição e posse do Conselho Comunitário. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Sra. TANIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30. Convidando a mim JORGE LUIZ LIMA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87 para secretariar a sessão.. - Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como secretária, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocado esta Assembléia Geral, que tem o seguinte teor: a) **Eleição e Posse do Conselho Comunitário**, e assuntos de interesse geral - Iniciando-se os trabalhos, a Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude da necessidade de instalação do Conselho Comunitário, conforme preceitua os Art. 33º ao Art. 36º do Estatuto da Associação, sendo composto por 05 (cinco) entidades da Comunidade, com fins específicos de acompanhar a programação da Radio com vista aos interesse da comunidade. Assim, procedemos com a Eleição e posse das Entidades que comporá o **Conselho Comunitário**: 1º. **FERNANDO SALES DA SILVA** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Ezequiel de Barros 156, Escada -PE RG. 751.611 SSP/Pe e CPF 021.305.994-00, neste ato representando a Entidade ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA CNPJ 10.572.904/0001-45; 2º. **EDVALDO JOSÉ LEVINO** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Prof.º Rinaldo Barreto nº. 30 centro Escada -PE, RG. 1634821 SSP/ PE e CPF 135.398.094-49, neste ato representando a Entidade GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO CNPJ 08.911.844/0001-04; 3º. **ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na AV. COMENDADOR JOSÉ PEREIRA S/N, RG. 58.262.046 SSP/PE e CPF 932.727.584-52, neste ato representando a Entidade SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA CNPJ 10.209.575/0001-72; 4º. **PAULO ROGERIO A. SOARES**, brasileiro, solteiro, Professor, residente na Rua Barão de Suassuna 77 Centro Escada-PE, RG. 718.890 SSP/PE e CPF 451.047.005-34, neste ato representando a Entidade COSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA, 5º. **Pe. VALDIR BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Padre, residente na Rua da Matriz 28 , RG. 893684 SSP/PE e CPF 165.407.004-15, neste ato representando a Entidade PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO , CNPJ 01.821.505/0001-80

O Senhor Presidente homologou os membros do Conselho Comunitário, dando posse neste ato, para o mandato de 04 anos, que vai de 2009 a 2013, coincidindo com o da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembléia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE,, o Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e em quanto esteve à frente da Entidade elevará o nome da Associação, e encerrou a reunião, e eu JORGE LUIZ LIMA que servi de Secretario, lavro dato e



assinou Jorge Luiz do Nascimento a presente ata juntamente com toda a Diretoria e dos Representantes de Conselho Comunitário, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.

Escada, 04 de Agosto de 2009

Tânia M^a Cabral da Silva

PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

Odeia Anselmo Alves da Silva

VICE-PRESIDENTE: ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

Elías Estevão

TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO

Janira Alves de Barros

DIRETOR DE PATRIMONIO: JANIRA ALVES DE BARROS

Jorge Luiz do Nascimento

SECRETÁRIO GERAL: JORGE LUIZ LIMA

Amaro Francisco dos Santos Junior

DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

CONSELHEIROS COMUNITÁRIO

Fernando Sales da Silva

FERNANDO SALES DA SILVA - ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA

Edvaldo José Levino

EDVALDO JOSÉ LEVINO - GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO

Antônia das Virgens Santos Dutra

ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA - SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA

Paulo Rogério A. Soares

PAULO ROGERIO A. SOARES - COSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA

Pe. Valdir Bezerra da Silva

Pe. VALDIR BEZERRA DA SILVA - PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
 Selo de Autenticação
 e Fiscalização
 ANORES-PE
 AUTENTICAÇÃO
 BME094449
 Em Test. da verdade
 Elias Mathias dos Santos - Titular
 Marcelle Mathias Costa dos Santos - Substituta
 Valido somente com o selo de autenticidade

EMOLUMENTOS	- R\$	61,94
TSNR	- R\$	13,77
		6,89
TOTAL RECEBIDO	- R\$	82,60

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO
DE AUTENTICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO 09R-34

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E TAXAS DE RUI

PO. E. A. T. N. T. T.

Tânia M. Cabral da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE

AUTENTICAÇÃO

BME094392

Escada/PE 22 NOV. 2012

Em Teste da verdade

Elias Mathias dos Santos - Titular

Marcelle Mathias Costa dos Santos - Substituta

Válido somente com o selo de autenticidade

Emolumentos:

Por Rec R\$ 2,38

TSNR R\$ 0,48

Total R\$ 2,86

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.069.768

DATA DE EXPEDIÇÃO 23/05/2006

NOME << TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA >>

FILIAÇÃO << DOMINGOS SAVIO CABRAL DA SILVA >>

<< MARIA BETANIA RODRIGUES DA SILVA >>

NATURALIDADE ESCADA - PE

DATA DE NASCIMENTO 04/12/1989

DOC/ORIGEM << CN.27004 LA24 F.58V CART. ESCADA-PE 26.12.1989 >>

CPF 073.478.374-30

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE

AUTENTICAÇÃO

BME094393

Escada/PE 22 NOV. 2012

Em Teste da verdade

Elias Mathias dos Santos - Titular

Marcelle Mathias Costa dos Santos - Substituta

Válido somente com o selo de autenticidade

Emolumentos:

Por Rec R\$ 2,38

TSNR R\$ 0,48

Total R\$ 2,86

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

MAIOR DE

7260439177

Lamira Alves de Barros

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO

BME094391

Escada/PE 22 NOV. 2012

Em Teste da verdade
Elias Mathias dos Santos - Titular
Marcelle Mathias Costa dos Santos - Substituta
Válido somente com o selo de autenticidade

Emolumentos:
Por Rec R\$ 2,38
TSNR R\$ 0,48
Total R\$ 2,86

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.288.156 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/03/2007

NOME << LANIRA ALVES DE BARROS >>

FILIAÇÃO << ANTONIO ALVES DE BARROS >>
<< ALAIDE GOMES DE BARROS >>

NATURALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTAO - PE DATA DE NASCIMENTO 01/01/1942

DOIS ORIGEM << CN 4283-L 13-F 189-CART. SEDE POMBOIS, PE-05.01.1942. >>

CPF 254.823.274-34

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI N° 7.116 DE 29/08/83

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade e Fiscalização

ANOREG-PE
AUTENTICAÇÃO

BME094390

Escada/PE 22 NOV. 2012

Em Teste da verdade
Elias Mathias dos Santos - Titular
Marcelle Mathias Costa dos Santos - Substituta
Válido somente com o selo de autenticidade

Emolumentos:
Por Rec R\$ 2,38
TSNR R\$ 0,48
Total R\$ 2,86

DRMC-01
Fls. 73
Rubrica
das Comunicações

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.473.365 DATA DE EXPEDIÇÃO 11.11.1992

NOME REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA.

FILIAÇÃO Manoel Lourenço de Oliveira.
Maria Anselmo de Oliveira.

NATURALIDADE Recife PE DATA DE NASCIMENTO 13.03.1961

DOC ORIGEM C.Cas. 9910 Fls 81 Lv. 20-B
3º Cart. de Cas. do Recife PE

CPF 246.669.804.82

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO P 19

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRIÇÃO NO
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Reginaldo Anselmo de Oliveira

NASCIMENTO 13.03.61

INSCRIÇÃO NO CPF 246 669 804 82

CONTRIBUINTE

REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO TAVARES BUIAL

CAC-03





ASSIGNATURA DO TITULAR

Nome: Antonio Carlos da Silva

CARTILHA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL

2.186.408

DATA DE EMISSÃO 31/07/2002

NOME ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

FILIAÇÃO ALUISIO ALVES DA SILVA

MARIA JÚLIA SANTANA DA SILVA

NATURALIDADE:

SÃO PAULO SP

DOC. ORIGEM

05/08/1950

CC.360-L-B-AUX.2-F.00-CART.2º-DIST-RECIFE-PE-08.05.2002

OFF

153.069.764-68

SIGNATURADO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/63

F-05 372/9



Ren 5 5300-057297-97 Lora 31

**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



**REQUERIMENTO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO
DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

53000 070748/2013-69

Exmo. Sr. Ministro de Estado das Comunicações,

SEAPA/SCE
04/12/2013-08:23

A ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANNÚZIA DANIELLE, inscrita no CNPJ sob o nº 03.407.938/0001-19 com sede na Rua Vigário Simão, 90, Centro, na cidade de Escada, Estado de Pernambuco. Entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente autorizada conforme Portaria nº 55 DOU de 12/03/2001 e Decreto Legislativo nº 390 publicado no Diário Oficial da União datado de 13/12/2002, vem respeitosa-mente à presença de Va. Exa. requerer a renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária em atendimento ao subitem 20.2 da Norma nº 1/2011, bem como, apresentar a documentação de que trata o item 20.3 da Norma nº 1/2011 aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011, publicada no Diário Oficial da União.

Escada, 20 de novembro de 2013.

Tânia Mª Cabral da Silva

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

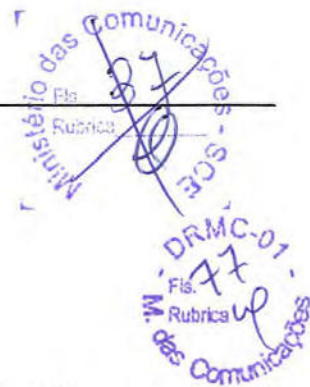
PRESIDENTE

CPF 073.476.374-30.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**


Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Tânia Maria Cabral da Silva, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DANÚZIA DANIELLE**, declaro para os devidos fins que: solicito vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência.

Escada, 20 de novembro de 2013.



TANIA MARIA CABRAL DA SILVA
PRESIDENTE
CPF 073.476.374-30.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



**DECLARAÇÃO PARA RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA EXECUÇÃO DO
SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO COMUNITÁRIA**

Eu, Tânia Maria Cabral da Silva, na qualidade de representante legal da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIO DANÚZIA DANIELLE**, declaro para os devidos fins que: Atesto que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Escada, 20 de novembro de 2013.

Tânia M^{te} Cabral da Silva
TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA
PRESIDENTE
CPF 073.476.374-30.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



Ofício 055/2013

Escada, 20 de novembro de 2013

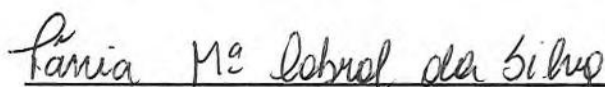
Ilmo. Sr.
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Dr. Samir Amando Granja Nobre Maia

Assunto: **RENOVAÇÃO DE OUTORGA**

Senhor Coordenador,

Em atenção dos que consta na Portaria n.º 197 de 1.º de julho de 2013, que estabelece data limite para a apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária, estamos afirmando o interesse da Entidade na Renovação de Outorga, e segue para análise a documentação em conformidade com o subitem 20.3 da Norma 01/2011, aprovada pela Portaria MC n.º 462, de 14 de outubro de 2011, alterado pela Portaria 197 de 01/07/2013.

Escada, 20 de novembro de 2013.



TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

PRESIDENTE

CPF 073.476.374-30.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**
Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



Relatório do Conselho Comunitário referente à Grade de Programação

A Grade de Programação apresentada pela Diretoria da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, esta de acordo com o que consta no subitem 21.4.1 da Norma Complementar 01/2011 e aprovada pelo Conselho Comunitário.

PROGRAMAÇÃO DE 2ª A 6ª FEIRA

06h00min: HINO DE NOSSA SENHORA DA ESCADA

06h05min. – PROGRAMAS EVANGÉLICOS (IGREJAS EVANGÉLICAS)

08h0min. – HINO DO MUNICÍPIO DE ESCADA

08h05min. – PROGRAMA MANHÃ TOTAL

- HORÓSCOPO
- NOTÍCIAS LOCAIS, ESTADUAIS E NACIONAIS
- RECEITAS
- FOCOS
- RECEITAS
- ENTREVISTAS COM ESPECIALISTAS SOBRE: SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E INFORMAÇÕES DIVERSAS.
- MOMENTO JURÍDICO – INFORMAÇÕES DIVERSAS

12h00min. – PROGRAMA ANOS 80 – Música popular

13h05min. – PROGRAMA TARDE LIVRE

- REPORTAGEM DOS PROBLEMAS DA CIDADE
- HORÓSCOPO
- NOTÍCIAS DA REGIÃO
- RECEITAS
- FOCOS
- ENTREVISTAS DE DIVERSOS TEMAS

16h00min. – PROGRAMA CAPITAL DO FORRO – MÚSICA DA TERRA.

18h00min. – AVE MARIA

18h05min. – PROGRAMA DA IGREJA CATÓLICA

19h00min. – A VOZ DO BRASIL

20h00min. – PROGRAMA DIGILOVE – MÚSICA E INTERATIVIDADE

21h00min. – PROGRAMA EVANGÉLICOS – DIVERSAS IGREJAS EVANGÉLICAS

00h00min. – FINAL DA PROGRAMAÇÃO.



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.

(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



PROGRAMAÇÃO DO SÁBADO

06h00min. – HINO DE NOSSA SENHORA DA ESCADA

06h00min. – PROGRAMAS EVANGELICOS (IGREJAS EVANGELICAS)

08h00min. – HINO DA ESCADA

08h05min. – PROGRAMA FÓRRO DE VERDADE

- MUSICAS DE FORRO PÉ DE SERRA
- HORÓSCOPO
- NOTÍCIAS
- ENTREVISTAS SOBRE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA E INFORMAÇÕES DIVERSAS.

12h00min. – PROGRAMA BREGA TOTAL

16h00min. – PROGRAMA INTERATIVIDADE

- MUSICA
- NOTÍCIAS
- GINCANA

18h00min. – AVE MARIA

19h00min. – TRANSMISSÃO DA SANTA MISSA.

21h00min. – PROGRAMA RECORDANDO O PASSADO

- MUSICAS ANTIGA
- INTERATIVIDADE
- GINCANA

00h00min. – FINAL DA PROGRAMAÇÃO

PROGRAMAÇÃO DE DOMINGO

06h00min. - HINO DE NOSSA SENHORA DA ESCADA

06h00min. – PROGRAMA ESPIRITA (GRUPOS ESPIRITAS DA ESCADA)

08h00min. – HINO DA ESCADA

08h05min. – PROGRAMA AS MUSICAS QUE EU FIZ PARA MIM

- MUSICAS DE ROBERTO CARLOS
- NOTÍCIAS

10h00min. - PROGRAMA BREGA TOTAL

- MUSICAS BREGAS DE ARTISTAS LOCAIS

14h00min. - PROGRAMA TARDE DE DOMINGO

- TODO TIPO DE MUSICAS

19h30min. – TRANSMISSÃO DA MISSA CATOLICA





**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.

(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



21h00min. – PROGRAMA RECORDANDO O PASSADO

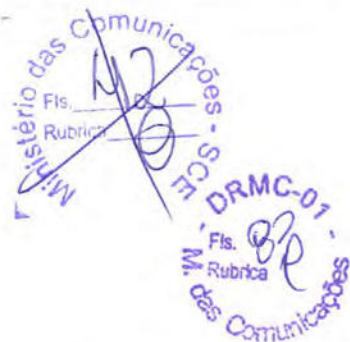
- MUSICAS ANTIGAS

10h00min. – DOMINGÃO ESPECIAL

00h00min. - FINAL DA PROGRAMAÇÃO

Esta de acordo com o que preceitua uma programação devidamente comunitária, sendo de grande importância para a nossa comunidade. Assim foi aprovada pelo Conselho Comunitário e vai assinada pelos representantes das Entidades que compõem o referido Conselho.

Escada, 20 de novembro de 2012.



Tania Maria Cabral da Silva

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

PRESIDENTE

CPF 073.476.374-30.

CONSELHEIROS COMUNITÁRIO

Fernando Sales da Silva

1º. FERNANDO SALES DA SILVA

ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA

Edvaldo José Levino

2º. EDVALDO JOSÉ LEVINO

GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO

Antonia das Virgens Santos Dutra

3º. ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA

SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA

Paulo Rogério A. Soares

4º. PAULO ROGERIO A. SOARES

CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA

Waldir Bezerra da Silva

5º. WALDIR BEZERRA DA SILVA

PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL



Nome: ASSOCIACAO DE RADIOD. CULTURAL E COMUNIT. DANUZIA DANIELLE

CNPJ: 03.407.938/0001-19

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 16:28:14 do dia 27/11/2013 (hora e data de Brasília).

Válida até 27/12/2013.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.



		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.407.938/0001-19	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/09/1999
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO CULTURAL E COMUNITARIA DANUZIA DANIELLE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DIGITAL FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
ENDEREÇO VIGARIO SIMAO	NÚMERO 90	COMPLEMENTO CASA	
CEP 55.500-000	BARRIO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ESCADA	UF PE
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 27/11/2013 às 19:03:27 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).
[Atualize sua página](#)



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS CONFORME SUBITEM 20.3 DA NORMA Nº 1/2011, APROVADA PELA PORTARIA MC Nº 462, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011. (Item alterado pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013).

- | |
|---|
| 1 - Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da interessada, dirigido ao Ministério das Comunicações (Anexo 12); |
| 2 - Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação. |
| 3 - Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel; |
| 4 - cópia de comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual |
| 5 - documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto conforme item 8.2 e 8.3; |
| 6 - ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; |
| 7 - último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 desta norma, sobre a programação veiculada pela emissora; |
| 8 - Declaração assinada pelo representante legal da entidade solicitando vistoria da Anatel, especificamente para efeitos da renovação da outorga, de acordo com a disponibilidade da Agência. |

Declaro, sob as penas da lei, como representante legal da entidade requerente, para fins de instrução do processo de renovação da outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, junto ao Ministério das Comunicações, que toda a documentação descrita neste formulário está sendo apresentada no original ou em cópia autenticada e em conformidade com o subitem 20.3 da Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria MC nº 462, de 14 de Outubro de 2011.



Escada, 20 de novembro de 2013.


TANIA MARIA CABRAL DA SILVA
PRESIDENTE
CPF 073.476.374-30.

Endereço para correspondência: **Rua Vigário Simão, 90, Centro, Escada - PE CEP:**

Telefone para contato: **081 – 9805-3553**

Correio eletrônico e-mail tania-cabral@hotmail.com ou saviovideo@hotmail.com

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE.

Aos 04(quatro) dia do mês de agosto de 2009, às 20h00min horas, na Sede da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, sito a Rua Vigário Simão, 90 - Centro, Município de Escada no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral para a Eleição e posse do Conselho Comunitário. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Sra. TANIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30:. Convidando a mim JORGE LUIZ LIMA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87 para secretariar a sessão.. – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como secretária, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocado esta Assembléia Geral, que tem o seguinte teor: a) **Eleição e Posse do Conselho Comunitário**, e assuntos de interesse geral – Iniciando-se os trabalhos, a Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude da necessidade de instalação do Conselho Comunitário, conforme preceitua os Art. 33º ao Art. 36º do Estatuto da Associação, sendo composto por 05 (cinco) entidades da Comunidade, com fins específicos de acompanhar a programação da Radio com vista aos interesse da comunidade. Assim, procedemos com a Eleição e posse das Entidades que comporá o **Conselho Comunitário**: 1º. **FERNANDO SALES DA SILVA** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Ezequiel de Barros 156, Escada -PE RG. 751.611 SSP/Pe e CPF 021.305.994-00, neste ato representando a Entidade ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA CNPJ 10.572.904/0001-45; 2º. **EDVALDO JOSÉ LEVINO** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Prof.º Rinaldo Barreto nº. 30 centro Escada -PE, RG. 1634821 SSP/ PE e CPF 135.398.094-49, neste ato representando a Entidade GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO CNPJ 08.911.844/0001-04; 3º. **ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na AV. COMENDADOR JOSÉ PEREIRA S/N, RG. 58.262.046 SSP/PE e CPF 932.727.584-52, neste ato representando a Entidade SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA CNPJ 10.209.575/0001-72; 4º. **PAULO ROGERIO A. SOARES**, brasileiro, solteiro, Professor, residente na Rua Barão de Suassuna 77 Centro Escada-PE, RG. 718.890 SSP/PE e CPF 451.047.005-34, neste ato representando a Entidade COSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA, 5º. **Pe. VALDIR BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Padre, residente na Rua da Matriz 28 , RG. 893684 SSP/PE e CPF 165.407.004-15, neste ato representando a Entidade PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO , CNPJ 01.821.505/0001-80

O Senhor Presidente homologou os membros do Conselho Comunitário, dando posse neste ato, para o mandato de 04 anos, que vai de 2009 a 1013, coincidindo com o da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembléia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE,, o Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e em quanto esteve à frente da Entidade elevará o nome da Associação, e encerrou a reunião e eu JORGE LUIZ LIMA que servi de Secretário, lavro dato e



com

o todos os

~~Verbo das Comunicações - SEC~~
~~Fls.~~
~~Publica~~

DRMC-01
Fls. 000
Rubrica
M. des
Comunicaciones

Dolcia Anselmo Alves da Silva

João Francisco de Sousa
TÉCNICO DE ELABORAÇÃO

Lamiro Flores deBarras

Sprache des abend

Amândeo Francisco dos Santos Júnior

CONSELHEIROS COMUNITARIO
 (Illegible signature)

Added for review

Antonia das Virgens Santos Dutra

James Rogers Prudie Seanez

Dr. Valdeserrano

5º OFÍCIO DE NOVA SERRA
Arnaldo Maciel Tabelião
AUTENTICADO Conforme com o original apresentado
"Valido somente com o selo de Autenticidade - Dou Fa
28 NOV. 2013
R\$ 2,50
R\$ 0,50
R\$ 3,00

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade
e Fiscalização

53000.057297/2012-9

53000.057297/2012-93 / pg. 88

Demais Associados presente na Assembleia

Nome completo legível	RG com órgão emissor	Assinatura
FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA	4495029 SSP/PE	Fernando Cabral
André Antonio dos Santos	8.203.497 SSP/PE	André
Domingos Sávio Cabral da Silva	3160268 SSP/PE	Domingos
Maristela de Souza Carneiro	5.989.110	Maristela Sma.
Reginaldo Anselmo de Oliveira	1.473.365 SSP/PE	Anselmo
Márcio André da Silva OLIVEIRA	6192796 SSP/PE	Márcio



Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas
Escada - Pernambuco
PROTOCOLO - A - 8.

APRESENTADO hoje, NÚMERO 2.863
FOLHAS 63. Antepago averbação LIVRO
Nº A - 8 FOLHAS 201/22 Número
de Ed. AV-3-150 ESCADA, 12 de
Novembro de 2012
Nº da Guia 0003433782

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA
Elias Mathias dos Santos - Titular
Marcelle Mathias Costa dos Santos
Reg. de Imóveis e Hipotecas, Protestos de
Ato Notarial, Docs. Particulares
ou de Registro - Escada - CEP 55500-000
Fones: 3534-1555 / 3534-3712



5º OFÍCIO DE NOTAS RECEIPE
Anselmo Maciel
AUTENTICAÇÃO Conforme o original apresentado
Valido somente com o selo de Autenticação e Fiscalização
28 NOV 2012
EMOLUMENTOS
TSNR
R\$ 61,94
R\$ 13,77
R\$ 6,89
R\$ 82,60

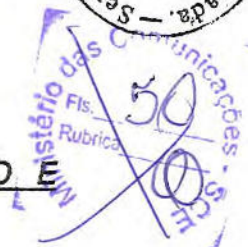
VALIDO SOMENTE COM O SELO
DE AUTENTICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

1.º ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANUZIA DANIELLE



Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE.



Art. 1.º - A Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danuzia Danielle, fundada em 01 de agosto de 1999, com sede na Rua Vigário Simão, 90, bairro Centro, na Cidade de Escada – PE, é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem finalidade econômica, constituída de moradores da respectiva localidade, sem distinção e preconceitos de nacionalidade, religião, ideologia política e racial.



Parágrafo Único - Associação terá duração por tempo indeterminado, só podendo ser dissolvida mediante Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, com a presença da maioria absoluta dos associados com direito a voto.

Art. 2.º - Fica eleito o foro da Comarca de Escada/PE, para dirimir eventuais dúvidas ou litígios, sobre qualquer assunto relacionado com a Associação.

Art. 3.º - A Associação tem por finalidade, a execução de Serviço de Radiodifusão Comunitária, sem fins lucrativos, e com finalidade a dar oportunidade à difusão de idéias, cultura, tradições, hábitos sociais da comunidade, formação, integração e organização comunitária nos aspectos de lazer, cultura e convívio social, prestar serviços de utilidade pública, contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente, permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão, respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, mediante concessão, permissão ou autorização que lhe será outorgada por ato do poder público competente para a execução do serviço de Radiodifusão Comunitária estando sujeita a legislação específica.

Capítulo II

DA ASSOCIAÇÃO

Art. 4.º - A Associação prestará o serviço de radiodifusão comunitária, sem fins lucrativos, atendendo em sua programação aos seguintes princípios.

- Promover atividades artísticas, educacionais, científicas, esportivas e de informação;



- b) Incentivar comportamentos de participação, organização e solidariedade, criando ou estimulando para este fim, atividades, movimentos e organismos;
- c) Respeitar os valores éticos e sociais da pessoa da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;
- d) Manter convênios ou associar a entidades similares para prestação de serviços e assessoria;
- e) Manter convênios ou associar a entidades não governamentais nacionais ou internacionais;
- f) Divulgar e promover suas atividades através de órgãos de imprensa escrita, televisada, radiodifusão e outros meios;
- g) Prestar serviço para a manutenção da Associação;
- h) Receber doações em caráter de apoio cultural aplicando-os no sentido de alcançar os objetivos da Associação;



Parágrafo Primeiro – É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação da emissora de radiodifusão comunitária.

Parágrafo Segundo – Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opinião sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, proposta, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, através de pedido encaminhado a Direção responsável pela rádio comunitária.

Capítulo III

DOS ASSOCIADOS

Art. 5.º - A Associação é constituída por número ilimitado de associados devidamente inscritos no Livro ou Fichas competentes, após regular procedimento de admissão aprovado pela Assembléia Geral.

Art. 6.º - O quadro social será integrado por pessoas físicas e jurídicas, estas últimas desde que legalmente constituídas, de todas as classes, em número ilimitado.

Parágrafo Único – Serão admitidos como sócios quaisquer cidadão da comunidade que, mediante proposta, tiver sua inscrição aprovada pela Assembléia Geral, e que mantenham fiel obediência a este Estatuto e deliberações da Associação.

Art. 7.º - A exclusão de associados far-se-á sempre mediante decisão da Assembléia Geral, convocada exclusivamente para esse fim, com amplos poderes de defesa pelos Associados.

Parágrafo Único – A exclusão do associado só ocorrerá se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 8.º - Além dos fundadores, poderão ser criadas outras categorias de associados, tais como, beneméritos, honorários, contribuintes, colaboradores,



5º OFÍCIO DE NOTAS
Arnaldo Maciel Tabelião
AUTENTICAÇÃO conforme original apresentado
"Válido somente com o selo de Autenticidade do Tabelião"

28 NOV. 2013

R\$ 2,50
R\$ 0,50
R\$ 3,00

Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

etc., após deliberações da Diretoria e aprovação da Assembleia Geral que definirá, inclusive, normas quanto à sua admissão, direitos e deveres.

DOS DIREITOS E DEVERES DOS ASSOCIADOS

Art. 9.º - São direitos dos Associados:

- a) Votar e ser votado para qualquer cargo da Associação;
- b) Exercer os Cargos para os quais forem eleitos, salvo em caso de impedimento justificado;
- c) Gozar dos benefícios oferecidos pela Associação, na forma prevista neste Estatuto;
- d) Recorrer à Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, contra qualquer ato lesivo aos seus direitos;
- e) Ser informado periodicamente sobre as atividades da Associação;
- f) Participar das discussões, programações e festividades da Associação;
- g) Participar quando formalmente convidado das reuniões da Diretoria;
- h) Será assegurado a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover a convocação dos órgãos deliberativos.

Art. 10.º - São deveres dos Associados:

- a) Prestigiar a programação da Associação;
- b) Zelar pelos bons nomes e matrimônio da Associação;
- c) Pagar suas contribuições em dias.

Capítulo IV

DOS ÓRGÃOS CONSTITUÍDOS

Art. 11.º - São órgãos constituídos da Associação:

- a) A Assembleia Geral;
- b) A Diretoria Executiva;
- c) O Conselho Fiscal;
- d) O Conselho Comunitário.

DA ASSEMBLEIA GERAL

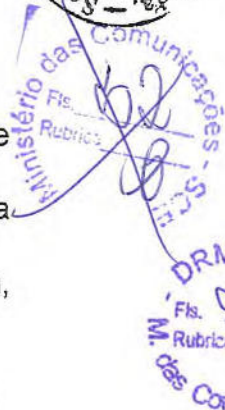
Art. 12.º - A Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano da Associação e é constituída pelos associados no gozo de seus direitos.

Art. 13.º - A Assembleia Geral reunir-se-á semestralmente nos meses de março e setembro observados as normas prescritas nos artigos 19º a 23º deste Estatuto, e, extraordinariamente, sempre que for convocada pela Diretoria, pelo Conselho Fiscal e por 1/5 (um quinto) dos Associados.

Art. 14.º - A Assembleia Geral decidirá por maioria simples dos votos presentes, sendo vetado o voto por procuração.

Parágrafo Único – Funcionará em primeira convocação com 50% (cinquenta por cento) mais um, dos associados presentes.

Art. 15.º - As reuniões da Assembleia Geral serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias e o Edital deverá ser fixado em locais



28 NOV. 2013

Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

públicos, bem visíveis, na sede da Associação e publicado em jornais de circulação local.

Art. 16.º - Compete a Assembleia Geral Ordinária:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- b) Eleger e empossar a Diretoria, do Conselho Fiscal e Conselho Comunitário;
- c) Autorizar a Diretoria a comprar, vender, alugar e doar bens imóveis;
- d) Aprovar o Balanço Patrimonial e Demonstração Contábil e Financeira;
- e) Aprovar a política de ação da Diretoria;
- f) Deliberar sobre assuntos da pauta e outros de interesse geral desde que apresentados por escrito à mesa Diretora, nos 15 (quinze) minutos que antecederem ao início da reunião;
- g) Deliberar sobre assuntos de interesse social.

Art. 17.º - Compete à Assembléia Geral Extraordinária:

- a) Destituir um ou mais membros da Diretoria, no caso de prática que atende contra os bons princípios e fundamentos deste Estatuto;
- b) Reformar total ou parcialmente o Estatuto Social;
- c) Aprovar o Regimento Interno da Associação, após apreciação da Diretoria;
- d) Deliberar sobre a extinção ou dissolução da Associação;
- e) Decidir sobre alienação e oneração do patrimônio da Associação.

Parágrafo Único – Para as deliberações a que se referem às letras “a” e “b”, é exigido o voto concorde de dois terços dos presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de um terço nas convocações seguintes.

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18.º - A Diretoria Executiva será composta de seis (06) membros eleitos pelos associados, em Assembleia Geral, e atuará colegiadamente nas decisões.

Parágrafo Único – Os membros da Diretoria não serão remunerados pelo exercício do cargo, sob qualquer pretexto.

Art. 19.º - Compete a Diretoria Executiva:

- a) Dirigir a Associação de acordo com o presente estatuto;
- b) Administrar o patrimônio social e promover o bem geral dos Associados;
- c) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e demais decisões da Assembleia Geral;
- d) Fixar Valores da contribuição mensal, e contratos com outras entidades;
- e) Acolher quaisquer reclamações dos associados ou, por parte, das pessoas da comunidade;
- f) Apresentar ao Conselho Comunitário toda e qualquer programação para fins de acompanhamento, com vistas ao atendimento dos interesses exclusivos da comunidade onde atua e das finalidades estabelecida no Art. 3.º;



Gilson Ramos Cordero
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

- g) Prestar contas à primeira Assembléia Geral Ordinária anual o balanço patrimonial e o balanço da receita e despesas com o parecer do Conselho Fiscal;

Parágrafo Único – As decisões da Diretoria deverão ser tomadas por maioria simples dos votos com a participação da maioria simples de seus membros.

Art. 20.º - A Diretoria será composta pelos seguintes cargos, a saber, que dividirão entre si as tarefas e contribuições de forma a viabilizar não só as decisões da Diretoria colegiada, como fazer frente à administração da Entidade:

- a) Presidente;
- b) Vice Presidente;
- c) Secretaria Geral
- d) Tesoureiro;
- e) Diretor de Patrimônio;
- f) Diretor Cultural e de Comunicação.

Art. 21.º - A responsabilidade e a orientação intelectual e administrativa da Associação caberão somente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e, maiores de 18 anos ou emancipados, e que todos os dirigentes deverão manter residências na área da comunidade atendida.

Art. 22.º - É vedado participar da administração membros que ocupem cargo eletivo, que assegure imunidade parlamentar ou decorra de foro especial. Também, a Associação não poderá manter vínculo que subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 23.º - O mandato eletivo dos membros da Diretoria Executiva será de um período de 04 (quatro) anos, permitida a uma reeleição consecutiva.

Art. 24.º - Havendo morte, renúncia ou impedimento definitivo do Presidente, o Vice Presidente assumirá a presidência da Associação e convocará a Assembléia Geral extraordinariamente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias para que se proceda à eleição do novo Presidente.

DA COMPETÊNCIA ESPECÍFICA DOS MEMBROS DA DIRETORIA

Art. 25.º - Compete ao Presidente:

- a) Cumprir e fazer cumprir o Estatuto Social e o Regimento Interno;
- b) Representar a Associação ativa e passivamente, em juízo e fora dele, perante órgãos públicos, administrativos e particulares e, em geral nas suas relações com terceiros, podendo para tal fim designar procurador;
- c) Convocar e presidir as Assembléias Gerais e reuniões da Diretoria;
- d) Abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, assinar convênios, contrair obrigações, empréstimos e transigir, desde que emitido parecer antecipado pelo Conselho Fiscal, e sempre em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro;
- e) Os poderes da administração em geral, salvos os que neste estatuto são conferidos à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal, necessários ao desenvolvimento de suas atividades na Associação;



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

f) Tomar medidas de caráter urgente necessárias à boa execução deste estatuto, devendo na primeira reunião submeter seu ato a aprovação da Diretoria.



Art. 26.º - Compete ao Vice-Presidente:

- a) Substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- b) Assumir o mandato, em caso de vacância;
- c) Auxiliar o Presidente no desempenho de suas funções;



Art. 27.º - Compete ao Secretário Geral:

- a) Fazer o expediente da correspondência, avisos, circulares e lavrar as atas das reuniões da Diretoria;
- b) Cuidar das Fixas ou Registros de Associados;
- c) Auxiliar o Presidente no relacionamento da Associação com as autoridades, meios de comunicação, comunidade e o seguimento político institucional;
- d) Elaborar o Relatório Anual de Atividades;
- e) Ter sob o seu controle e responsabilidade os assuntos administrativos da Associação;
- f) Substituir Vice-Presidente em todas as suas faltas ou impedimentos.

Art. 28.º - Compete ao Tesoureiro:

- a) Zelar pelo patrimônio da Associação;
- b) Manter em dias as contas bancárias e os valores da Associação, podendo aplicá-los ouvindo a Diretoria;
- c) Assinar cheques e outros papéis juntamente com o Presidente;
- d) Efetuar pagamentos e recebimentos autorizados.
- e) Manter em dia o trabalho da tesouraria e de contabilidade e apresentar ao Conselho Fiscal balancetes periódicos e anuais.

Art. 29.º - Compete ao Diretor de Patrimônio:

- a) Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade quer sejam bens móveis ou imóveis, materiais de consumo, equipamentos, livros, discos, fitas, filmes e material de publicação em geral;
- b) Implantar o arquivo histórico da Entidade.

Art. 30.º - Compete ao Diretor Cultural e de Comunicação Social:

- a) Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto ao público em geral;
- b) Promover por todos os meios possíveis, de forma organizada, sistemática e eficiente a divulgação de nome, objetos e realização da Entidade;
- c) Coordenar e supervisionar a elaboração do material de divulgação da Entidade, bem como dos documentos de leitura obrigatória, como este Estatuto, regimento internos e outros.

DO CONSELHO FISCAL E SUAS COMPETÊNCIAS

Art. 31.º - O Conselho Fiscal, é o órgão de fiscalização das atividades econômico – financeiras da Associação e compor-se-á de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos a cada 04 (quatro) anos, sendo permitida uma recondução para o período imediato.



Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

Art. 38.º - O mandato do Conselho Comunitário será de quatro (04) anos, permitida uma recondução imediata.

Parágrafo Único – O Conselho Comunitário se reunirá ordinariamente uma vez por ano sempre no mês de julho e extraordinariamente sempre que for convocado pela Diretoria.

Capítulo V

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 39.º - As eleições para o Diretoria e o Conselho Fiscal realizar-se-ão, a cada quatro (quatro) anos, na sede da entidade, por chapa completa de candidato, pela Assembleia Geral, podendo os seus membros ser reeleitos por mais um mandato.

Parágrafo Primeiro - As eleições para a Diretoria serão convocadas em Edital com antecedência mínima de quarenta e cinco (45) dias contadas da data do término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Segundo – Nos primeiros trintas (30) dias deverão ser registradas na Secretária da entidade das chapas concorrentes.

Capítulo VI

DO PATRIMÔNIO SOCIAL

Art. 40.º - O patrimônio da Associação será constituído de:

- I – De imóveis, utensílios e quaisquer outros bem de propriedade da Associação, bem como, os que futuramente venham a ser adquiridos;
- II – Das contribuições dos associados;
- III – Da arrecadação feita pela Entidade;
- IV – De doações, por entidades governamentais ou não e de empresas privadas;
- V – Dos bens e valores adquiridos e suas possíveis rendas;
- VI – Das prestações de serviço e/ou assessorias;
- VII – Das contribuições provenientes de apoio cultural.

Art. 41.º - Os bens poderão ser alienados, mediante prévia autorização da Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 42.º - No caso de extinção, competirá à Assembléia Geral Extraordinária estabelecer o modo de liquidação e nomear o Liquidante e o Conselho Fiscal que devem funcionar durante o período de liquidação.

Parágrafo Único – O patrimônio da entidade deverá ser doado a outras entidades de atividades afins, sempre de caráter comunitário e sem fins lucrativos, entidades estas a serem definidas pela Assembléia Geral Extraordinária e devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).



Wilson Ramos Corderro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

Capítulo VII

DAS PERDA DO MANDATO

Art. 43.º - Perderão os mandatos os membros da Diretoria que incorrerem em malversação ou dilapidação do patrimônio social e/ou também grave violação do Estatuto, abandono de cargo, assim considerada a ausência não justificada em três (03) reuniões consecutivas, ou cinco (05) intercaladas, aceitação de cargos ou função não compatíveis com o exercício do cargo da Associação, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 17º.



Capítulo VIII

DAS PENALIDADES

Art. 44.º - Estará sujeito a pena prevista aqui o associado que incorrer nas seguintes faltas:

- a) Grave violação do Estatuto;
- b) Atitudes que contrariem as decisões da Assembleia Geral;
- c) Difamação da Associação ou sua Diretoria.

Art. 45.º - As penas serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão de três (03) meses a dois (02) anos;
- c) Eliminação do quadro social.



Capítulo IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 46.º - A entidade não poderá efetuar nenhuma alteração no seu instrumento social sem prévia autorização dos órgãos competentes, bem como, só poderá ser reformado por maioria de dois terço dos membros da Assembleia Geral, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 17º.

Art. 47.º - O quadro de pessoal deverá sempre ser constituído de pelo menos 2/3 (dois terço) de trabalhadores brasileiros.

Art. 48.º - Os casos omissos serão analisados pela Diretoria executiva e encaminhados à Assembleia Geral para apreciação.

Art. 49.º - Os associados, os membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário não responderão, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações contraídas pela Associação, ressalvados os casos em que os dirigentes responderão por comprovada culpa no desempenho de suas funções.



5º OFÍCIO DE NOTAS
Arnaldo Maciel Taboas
AUTENTICAÇÃO Conforme o original apresentado
-Válido somente com o selo de Autenticidade- Odu Fe

28 NOV. 2013

R\$ 2,50
R\$ 0,50
R\$ 3,00

Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB 19280/PE

Art. 50.º - Nenhum membro desta Associação, inclusive os do Conselho Comunitário poderá receber salário, vantagens, bonificações, cotas ou ações sob qualquer forma ou pretexto.

Parágrafo Único - Não se considera remuneração para os fins deste artigo, o ressarcimento de despesas realizadas para a execução das atividades da Associação, tais como despesas de locomoção, hospedagem, alimentação, representações e viagens desde que previamente autorizadas pelo Presidente.

Art. 51.º - A Associação não distribuirá lucros ou dividendos a seus associados, dirigentes, empregados ou membros do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. A receita da será utilizada, única e exclusivamente, para a consecução de suas finalidades institucionais.

Art. 53º - São Sócios Fundadores da Associação, os seguintes Senhores (as): **FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00;; **José Robson R. de Araujo**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Dr antônio de castro 98 Escada - Pe, RG. 05859048 SSP/PE e CPF 032.221.634/64; **Roberto Pereira Lins**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua da matriz 66, RG. 1548485 SSP/PE e CPF 160.298.674-87, **Maria Betânia Rodrigues da Silva**, brasileiro, casada, autônomo, residente na Rua ministro André Cavalcante 255 Escada - Pe, RG. 4231081 e CPF 794.070.724-87; **Roberto Luis de Barros**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua ministro André Cavalcante 255, Escada-Pe RG. 39918 PM PE e CPF 882.103.359-87; **Hélison Gomes**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Antonio alves de lima 13 Escada- Pe, RG. 2951688 SSP/PE e CPF 519.373.364-68; **Adeildo Chaves da Silva**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua 8 de dezembro Escada-Pe, RG. 1524404 SSP/PE e CPF 168.711.384-04; **Flávio R. da Silva**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua ministro André Cavalcante 255, RG. 537969 SSP/PE e CPF 025.932.764-60, **Gleison Lelino de Lima**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Dr. Antônio de castro 98 Escada Pe , RG. 9630337 e CPF 034.076.374-46, **Domingos Sávio Cabral Silva**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na Rua Vigário Simão 86 Centro Escada Pe RG. 3160268 SSP/PE e CPF 517.357.764-91; **ELIAS ESTEVÃO DE LIMA**, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Doutorzinho, 301 - Centro, Escada/PE, RG 2.447.461 SSP/PE e CPF 329.320.654-91; **JORGE LUIZ LIMA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87; **ANTÔNIO CARLOS CHAVES** brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Visconde de Utinga 291, Escada/PE, RG 1319049 SSP/PE e CPF 124.750.414-04

Art. 54º - São Membros da Diretoria da associação: **PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA**, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30; **VICE-PRESIDENTE: ODÉIA ANSELMO ALVES DA SILVA**, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada na Rua 21 de Abril, 60 - Centro, Escada/PE, RG 2.186.406 SSP/PE e CPF



28 NOV. 2013

R\$ 2,50
R\$ 0,50
R\$ 3,00

Gilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

153.069.764-68; **TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO DE LIMA**, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Doutorzinho, 301 – Centro, Escada/PE, RG 2.447.461 SSP/PE e CPF 329.320.654-91; **DIRETOR DE PATRIMONIO: LANIRA ALVES DE BARROS**, brasileira, desquitada, aposentada, residente e domiciliada na Rua São Bartolomeu, 27, Centro, Escada/PE, RG 1.288.156 SSE/PE e CPF 254.823.274-34; **SECRETÁRIO GERAL: JORGE LUIZ LIMA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87; **DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Samuel Gomes, 195, São Sebastião, Escada/PE, RG 1783181 SSP/PE e CPF 178.657.354-72; **CONSELHO FISCAL TITULARES: 1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua 21 de Abril, 60, Centro, Escada/PE, RG 1.473.365 SSP/PE e CPF: 246.669.804-82; **2º FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00; **3º ROSEANE ANDRADE DE SOUSA LEMOS**, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliado na Rua Ezequiel de Barros 238, Escada/PE, RG 4.919.091 SSP/PE e CPF: 976.248.534-34; **CONSELHO FISCAL SUPLENTE: 1º MARCIO ANDRÉ DA SILVA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na rua Marechal Deodoro da Fonseca, 256, Centro, Escada/PE, RG 6192796 SSP/PE e CPF 010.401.404-08; **2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO**, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Av. Pirapama, 42, Centro, Escada/PE, RG 5.989.110 SSP/PE e CPF 044.263.074-30; **3º GERVÁZIO PEREIRA DA SILVA FILHO**, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, 105, Centro Escada/PE, RG 1.224.167 SSP/PE e CPF: 104.918.644-34.

Art. 55º - São Membros do Conselho Comunitário da Associação: **1º. FERNANDO SALES DA SILVA** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Ezequiel de Barros 156, Escada -PE RG. 751.611 SSP/Pe e CPF 021.305.994-00, neste ato representando a Entidade ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA CNPJ 10.572.904/0001-45; **2º. EDVALDO JOSÉ LEVINO** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Prof.º Rinaldo Barreto nº. 30 centro Escada -PE, RG. 1634821 SSP/ PE e CPF 135.398.094-49, neste ato representando a Entidade GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO CNPJ 08.911.844/0001-04; **3º. ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA**, brasileiro, solteiro, autônomo, residente na AV. COMENDADOR JOSÉ PEREIRA S/N, RG. 58.262.046 SSP/PE e CPF 932.727.584-52, neste ato representando a Entidade SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA CNPJ 10.209.575/0001-72; **4º. PAULO ROGERIO A. SOARES**, brasileiro, solteiro, Professor, residente na Rua Barão de Suassuna 77 Centro Escada-PE, RG. 718.890 SSP/PE e CPF 451.047.005-34, neste ato representando a Entidade COSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA, **5º. Pe. VALDIR BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Padre, residente na Rua da Matriz 28, RG. 893684 SSP/PE e CPF 165.407.004-15, neste ato representando a Entidade PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO, CNPJ 01.821.505/0001-80



5º OFÍCIO DE NOTAS
Arnaldo Maciel Tabelião
AUTENTICAÇÃO Conforme o original apresentado
"Válido somente com o selo de Autenticidade do Tabelião"

28 NOV. 2013

Emolumentos
TSMP
TOTAL
UBIRAJARA GOMES DE LIMA JUNIOR
Escritório Autorizado Recife - PE

R\$ 2,50
R\$ 0,50
R\$ 3,00

Wilson Ramos Cordeiro
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

Art. 56º - Este Estatuto revogará o anterior, depois de aprovado pelos associados em Assembleia Geral, convocada para essa finalidade, e registrado em cartório competente.



Escada, 02 de agosto, 2009

Tania Maria Cabral da Silva

PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30.

Gilson Ramos Cordero
ADVOGADO
OAB. 19280/PE



Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas
Escada - Pernambuco

PROTOCOLO - A - 3

APRESENTADO AND. NÚMERO 2.862

FOLHAS 63 - Contingência averbação LIVRO

Nº A - 8 FOLHAS 12/200 Número

de Ad. AV - 2 - 150 ESCADA, 12 de

Novembro de 2012 O Oficial:

[Signature]

EMOLUMENTOS	- R\$ 61,94
TSNR	- R\$ 13,77
TOTAL DEVIDO	- R\$ 75,71

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA
Elias Mathias dos Santos - Titular
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Reg. de Imóveis e Hipotecas, Protestos de
Ato Notarial e Docs. Particulares
ou de Registro - Dr. José Henrique, 198
Centro - Escada - CEP 55500-000
Fones: 3534-1555 / 3534-3712
ANOREG-PE
AC0069121

Nº da Guia: 0001433782. *[Signature]*

VÁLIDO SOMENTE COM O SELO
DE AUTENTICAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

5º OFÍCIO DE NOTAS
Arnaldo Maciel Tabelião
AUTENTICAÇÃO Conforme original apresentado
"Válido somente com o selo de Autenticação e Fiscalização"

28 NOV 2013
Emolumentos
TSNR
TOTAL
LEIRAJARA GOMES DE LIMA JUNIOR
Escritório Autorizado - Recife - PE



Gilson Ramos Cordero
ADVOGADO
OAB. 19280/PE

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE REFORMULAÇÃO DO
ESTATUTO SOCIAL, ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA, DO
CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Aos 02(segundo) dia do mês de agosto de 2009, às 20h00min horas, na nova Sede da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, sito a Rua Vigário Simão, 90 - Centro, Município de Escada no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral para a 1º Alteração do Estatuto Social, Eleição e posse da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Conselho Comunitário. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Sr. FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00. Convidando a mim JORGE LUIZ LIMA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87 para secretariar a sessão. – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como secretária, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembléia Geral, que tem o seguinte teor: a) Eleição e Posse da Diretoria Executiva; b) Eleição e posse do Conselho Fiscal; c) Reforma do Estatuto Social, e assuntos de interesse geral. – Iniciando-se os trabalhos, a Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude do Estatuto Social da Entidade se de 1999, se fez necessário uma reformulação para a adequação ao novo Código Civil, bem como a Legislação pertinente a Radiodifusão Comunitária, através da Norma Complementar 01/2004. E, após registro em cartório, seja encaminhada toda documentação ao Ministério das Comunicações em Brasília para procedes as alterações no seu banco de dados. Assim, procedemos às alterações do Estatuto Social, tendo em vista da necessidade do seu enquadramento no novo Código Civil, e também dá uma maior transparência das suas finalidades comunitária e social. Em primeiro lugar, buscamos organizar todo o Estatuto por Capitulo para a melhor organização e visualização dos associados, na busca de seus interesses. Já no primeiro capitulo organizamos da seguinte forma: **DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, SEDE, FORO, DURAÇÃO E FINALIDADE**. Nesse sentido, houver uma melhora na organização do capitulo, e uma arrumação na redação dos Artigos 1º, 2º e 3º. No Capitulo III, trocamos a palavra **DA FILIAÇÃO**, por: **DOS ASSOCIADOS**, dando mais clareza e um maior rigor jurídico ao Capitulo e democratizando a participação dos associados no dia-a-dia da entidade, bem como separando os direitos e deveres dos associados. No Capitulo IV, foi incluído outro órgão deliberativo da Associação; o Conselho Comunitário. Este uma exigência da Norma Complementar 01/2004 do Ministério das Comunicações. Assim, o estatuto foi acrescido de novo artigos que disciplina este Conselho, que vai do Art. 30º ao 38º. Também, demos uma nova redação aos demais itens deste Capitulo, como o disciplinamento da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva. Já no Art. 20º, retiramos o papel de Suplentes da Diretoria Executiva, ficando assim: Art. 20.º - A Diretoria será composta pelos seguintes cargos, a saber, que dividirão entre si as tarefa e contribuições de forma a viabilizar não só as decisões da Diretoria colegiada, como fazer frente à administração da Entidade: a) Presidente; b) Vice Presidente; c) Secretaria Geral; d) Tesoureiro; e) Diretor de Patrimônio; f) Diretor Cultural e de Comunicação. Diante das alterações proposta, o Estatuto sofreu grandes reformulações, pois, foi acrescida de vários novos artigos, tanto para disciplinar a atuação do Conselho Comunitário quanto das atribuições dos novos diretores. Também foi feita alteração para

5º OFÍCIO DE NOTAS
Arnaldo Maciel Tabelião
AUTENTICAÇÃO Conforme o original assinado
"Válido somente com o selo de Autenticação, Cartão"

28 NOV 2013

Emolumentos

Taxas

UBIRAJARA GOMES DE LIMA JUNIOR

Procurador Autorizado



organizar o entendimento do Estatuto, adequado para eventuais duvidas e litígios. Também acrescentamos o mandato da Diretoria executiva de 03 (três) para 04 (quatro) anos. Assim, as reformulações aprovadas em Assembleia Geral, tanto do Estatuto e da nova composição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal e Comunitário, se deram para reparar equívocos jurídicos, e preparar a entidade para um relacionamento jurídico perfeito, com seus parceiros externo e interno. Tomando a palavra como Secretaria da Assembléia, iniciou a leitura do Estatuto para a apreciação e aprovação, o que fiz artigo por artigo. Lido e aprovado o Estatuto, iniciamos a eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal eleita por uma chapa de consenso para mandato de 04 (Quatro) anos, ficando assim composta: **PRESIDENTE:** TANIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30; **VICE-PRESIDENTE:** ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada na Rua 21 de Abri, 60 – Centro, Escada/PE, RG 2.186.406 SSP /PE e CPF 153.069.764-68; **TESOUREIRO:** ELIAS ESTEVÃO, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Doutorzinho, 301 – Centro, Escada/PE, RG 2.447.461 SSP/PE e CPF 329.320.654-91; **DIRETOR DE PATRIMONIO:** LANIRA ALVES DE BARROS, brasileira, desquitada, aposentada, residente e domiciliada na Rua São Bartolomeu, 27, Centro, Escada/PE, RG 1.288.156 SSE/PE e CPF 254.823.274-34; **SECRETÁRIO GERAL:** JORGE LUIZ LIMA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Visconde de Utinga, s/n, RG 3.761.698 SSP/PE e CPF: 707.990.404-87; **DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO:** AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Samuel Gomes, 195, São Sebastião, Escada/PE, RG 1783181 SSP/PE e CPF 178.657.354-72; **CONSELHO FISCAL TITULARES:** 1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua 21 de Abril, 60, Centro, Escada/PE, RG 1.473.365 SSP/PE e CPF: 246.669.804-82; 2º FERNADO CABRAL MENDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00; 3º ROSEANE ANDRESA DE SOUZA LEMOS brasileira, casada, autônomo, residente e domiciliado na Rua Ezequiel de Barros, 238, Escada/PE, RG 4919091 SSP/PE e CPF: 976.248.534-34; **CONSELHO FISCAL SUPLENTES:** 1º MARCIO ANDRÉ DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliada na rua Marechal Deodoro da Fonseca, 256, Centro, Escada/PE, RG 6192796 SSP/PE e CPF 010401404-08; 2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Av. Pirapama, 42, Centro, Escada/PE, RG 5.989.110 SSP/PE e CPF 044.263.074-30; 3º GERVÁZIO PEREIRA DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, 105, Centro Escada/PE, RG 1.224.167 SSP/PE e CPF: 104.918.644-34. O Senhor Presidente homologou os novos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, dando posse neste ato, para o mandato, de 04 anos, que vai de 2009 a 2013. Não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembléia Geral Extraordinária da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**, a Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, e em quanto esteve à frente da Associação elevará o nome da mesma, e encerrou a reunião, e eu JORGE LUIZ LIMA que servi de Secretario, lavro dato e assino Jorge Luiz Lima a presente ata justamente com toda a Diretoria, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.

Escritório Notarial e Registro
Elias Mathias
dos Santos
Titular
63

DRMC-01
Fls. 103
Rubrica
des. Comunicações

5º OFÍCIO DE NOTAS
Arnaldo Maciel Tabelião
AUTENTICAÇÃO Conforme o original apresentado
"Válido somente com o selo de Autenticidade"

28 NOV. 2013

R\$ 2,50
R\$ 0,50
R\$ 3,00
TOTAL
R\$ 6,00

Emolumentos
TSMR
TOTAL
TUBIRAJARA GOMES DE LIMA JUNIOR
Escritório Autorizado - Recife - PE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Selo de Autenticidade
e Escadização
SERIADO
AUTENTICAÇÃO
BR 0061736

Escada, 02 de agosto de 2009



Tânia Maria Cabral da Silva

PRESIDENTE: TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

Odeia Anselmo Alves da Silva

VICE-PRESIDENTE: ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

Elías Estevão

TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO

lanira Alves de Barros

DIRETOR DE PATRIMONIO: LANIRA ALVES DE BARROS

Jorge Luiz de Lima

SECRETARIO GERAL: JORGE LUIZ LIMA

Amaro Francisco dos Santos Júnior

DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

CONSELHO FISCAL TITULARES

Reginaldo Anselmo de Oliveira

1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA

Fernando Cabral Mendes da Silva

2º FERNADO CABRAL MENDES DA SILVA

Roseane Andresa de Souza Lemos

3º ROSEANE ANDRESA DE SOUZA LEMOS

CONSELHO FISCAL SUPLENTES:

Marcio André da Silva Oliveira

1º MARCIO ANDRÉ DA SILVA

Maristela de Sema Carneiro

2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO

Gervázio Pereira da Silva Filho

3º GERVAZIO PEREIRA DA SILVA FILHO

5º OFICIO DE NOTAS
Arnaldo Maciel Taboão
AUTENTICAÇÃO Conforme como original apresentado.
"Válido somente com o selo de Autenticidade ou Fe"

28 NOV. 2013

Emolumentos
TSNB
TOTAL

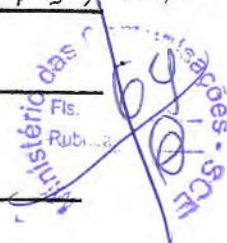
UBIRAJARA GOMES DE LIMA JÚNIOR
Escritor Autorizado - Recife - PE

R\$ 2,50
R\$ 0,50
R\$ 3,00



Demais Associados presente na Assembleia

André Antonio dos Santos 8.203.495-558/06
 Domingos Siqueira Cabral de Silva 3160268 558/06



Cartório do Registro de Pessoas Jurídicas
 Escada - Pernambuco

PROTOCOLO - A - 3

APRESENTADO HOJE, NÚMERO 2.861

FOLHAS 63. *Participação em* LIVRO

Nº A - 03 FOLHAS 1381/1401 Número

de *Ord. AV-1* 150 ESCADA, 12 de

Novembro de 2012. O Oficial

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA
 Elias Mathias dos Santos - Titular
 Marcelle Mathias Costa dos Santos
 Reg. de Imóveis e Hipotecas, Protestos de
 Títulos e Docs. Particulares
 Av. Dr. José Henrique, 198
 Centro - Escada - CEP 55500-000
 Fones: 3534-1555 / 3534-3712

EMOLUMENTOS	= R\$ 61,94
TSNR	= R\$ 13,77
TOTAL RECEBIDO	= R\$ 75,71

N.º da Guia: 0001433782.8



5º OFÍCIO DE NOTAS
 Arnaldo Maciel Tabelião
 AUTENTICAÇÃO Conforme o original apresentado
 "Válido somente com o selo de Autenticação de Escada"



28 NOV 2013
 Emolumentos
 TSNR
 TOTAL
 UBIRAJARA GOMES DE LIMA JÚNIOR
 Escrevente Autorizado - Recife - PE

Endereço

Coordenação de Radiodifusão Comunitária ou do
Departamento de Outorgas (Bloco R, Anexo B, Via N2 –
Esplanada dos Ministérios, Brasília, DF. CEP: 70044-900)



Ministério das Comunicações
Fis.
Rubrica

DRMC-01
Fis.
Rubrica
das Comunicações

D. H.



REMETENTE

ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E

COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE
Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.

PROCESSO Nº 53103.000543/1999

CNPJ nº 03.407.938/0001-19



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária



Nota Técnica nº 85/2014/CGRC/SCE-MC

Assunto: **Constatação de pendências relativas ao requerimento de Renovação de Outorga**

Referência: Processo de renovação nº 53000.057297/2012

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da renovação da outorga concedida à **Associação Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle** para a execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de **Escada/PE**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a Portaria nº 197, de 1/7/2013, publicada no D.O.U. de 2/7/2013, que estende a data limite para apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária até 30/11/2013, e considerando os documentos já encaminhados por esta entidade, solicitamos que a entidade apresente os documentos elencados abaixo:

I. Prova de que os Srs. Elias Estêvão, Jorge Luiz Lima e Amaro Francisco dos Santos Júnior são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento/Nascimento), de acordo com o subitem 8.1, alínea "e", da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2; e

II. Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) de cada dirigente em exercício.

CONCLUSÃO

3. Em face do exposto, a entidade deverá ser comunicada para apresentar toda a documentação solicitada acima, no original ou em cópia autenticada, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica, de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que acompanha o ofício de encaminhamento. Transcorrido esse prazo sem que haja respostas, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o processo será encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com vistas à extinção da Autorização outorgada à requerente.


4. Informamos, ainda, que o referido prazo poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, apenas na ocorrência de caso fortuito, força maior, emergência ou calamidade pública, regularmente comprovados, desde que se apresente uma solicitação formal neste

cps/CGRC

sentido, subscrita por quem de direito, dentro do prazo inicialmente acordado para cumprimento das exigências. Qualquer documentação encaminhada após o transcurso desse prazo será considerada intempestiva. Ressalte-se que não serão conhecidos pedidos de prorrogações via fax, e-mail ou telefone.

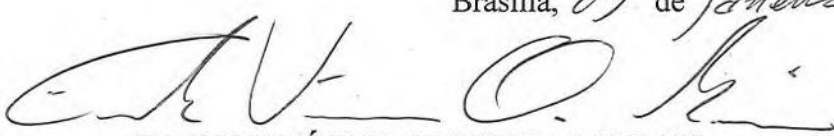
À consideração superior.

Brasília, 09 de janeiro de 2014.


CLÁUDIA PEREIRA DOS SANTOS
Técnica de nível superior

De acordo. Aprovo a Nota Técnica nº 85/2014/CGRC/DEOC/SCE-MC.

Brasília, 09 de janeiro de 2014.


ERICK VINÍCIUS OLIVEIRA MORAIS
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituto



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º andar 70044-900 - Brasília - DF
(61) 3311-6281



Ofício nº 126 /2014/CGRC/SCE-MC

Brasília, 09 de Janeiro de 2014.

À Senhora

TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA

Representante Legal da Associação Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle
Rua Vigário Simão, nº 90, Centro
55.500-000 Escada – PE

Assunto: **Encaminha Nota Técnica relativa à análise do Processo nº 53000.057297/2012.**

Senhora Representante Legal,

1. Tendo em vista a análise realizada no processo nº 53000.057297/2012, na localidade de **Escada/PE**, no qual essa Entidade requer renovação outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, encaminhamos cópia da Nota Técnica nº 85/2014 que indica pendências passíveis de saneamento pela entidade.
2. Comunicamos, por fim, o prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento deste ofício de acordo com o AR Postal (Aviso de Recebimento) que o acompanha, para que a entidade apresente todos esclarecimentos e documentação solicitada sob pena de extinção da outorga.
3. O referido prazo poderá ser prorrogado por uma única vez, por igual período, **apenas** na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, bem como nos casos de emergência ou de calamidade pública, regularmente comprovados, desde que a requerente apresente uma solicitação formal neste sentido, dentro do prazo para cumprimento das exigências. Decorrido esse prazo, a documentação encaminhada será considerada intempestiva. Ressaltamos ainda que não serão aceitas prorrogações de prazo solicitadas por fax, e-mail ou telefone.
4. Aproveitamos para informar que esta Secretaria poderá, a seu critério, enviar comunicados oficiais via SMS e documentos digitalizados via internet às entidades interessadas, desde que complementem seu cadastro com telefone celular e mantenham atualizado o endereço eletrônico do respectivo representante legal. Ressalte-se que o fornecimento de tais dados implica anuência dessa entidade em receber as referidas comunicações oficiais e deve ser feito por meio de ofício, com assinatura do seu representante legal. Os conteúdos encaminhados por esses meios referem-se tão somente à entidade destinatária e não serão considerados para fins legais como contagem de prazo e ciência de interessado.

Atenciosamente,

ERICK VINÍCIUS OLIVEIRA MORAIS

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária – Substituto

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

CE-M. das Comunicações
Fls. 68
Rubrica: 2

Identificação do Processo

Número: 53000.057297/2012 Localidade / UF: ESCADA/PE
Entidade: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO CULTURAL E COMUNITARIA DANUZIA DANIELLE
Aviso: 5 Publicação: 09/09/1999 Prazo: 30 Canal: 285

PRMC-01
Fls. 103
Rubrica: 40

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Fernando José Coelho	832.532.894-00	null	01/08/2002 01/08/2002	
Elizangela Santos da Silva	032.221.634-64	null	01/08/2002 01/08/2002	
Rosa Lima e Silva	882.103.594-87	null	01/08/2002 01/08/2002	
Marcelo José Coelho	168.711.384-04	null	01/08/2002 01/08/2002	
Maria José Pereira da Silva	517.357.764-91	null	01/08/2002 01/08/2002	
Carlos Alexandre Farias da Silva	794.070.724-87	null	01/08/2002 01/08/2002	
Osnir Emerson da Silva	168.298.674-87	null	01/08/2002 01/08/2002	
Selma Maria Coelho Galdino	328.059.934-20	null	01/08/2002 01/08/2002	
Edvaldo Francisco da Silva	896.756.304-34	null	01/08/2002 01/08/2002	
Anisio Xavier da Rocha Neto	689.596.724-91	null	01/08/2002 01/08/2002	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Em face da análise efetuada nos autos, em detrimento a Lei 9.612/98, bem como Norma Complementar nº 01/011 e face à Portaria 197/2013, constatou-se que a entidade apresentou os seguintes documentos:

- Declaração de que a emissora apresenta os mesmos parâmetros técnicos em conformidade com a última autorização do MiniCom - fls. 06;
- Certidão da ANATEL - fls. 07;
- Cópia do CNPJ - fls. 08;
- Estatuto atualizado ou cópia das alterações - fls. 09/20;
- Último relatório do conselho comunitário - fls. 27-29;
- Ata de eleição da diretoria, datada de 02/08/2009 - fls. 21-24;
- Prova de nacionalidade dos dirigentes - fls. 32-35.

A entidade deve apresentar:

- Prova de nacionalidade dos Srs. Elias Estêvão, Jorge Luiz Lima e Amaro Francisco dos Santos Júnior.

É o relatório.

DENÚNCIA

53000.057297/12

05



ANATEL Agência Nacional
de Telecomunicações

Rua Joaquim Bandeira, 492 – Boa Viagem – Recife/PE – CEP: 51.160-290
(81) 3472-8309 e (fax) (81) 3472-8360
<http://www.anatel.gov.br>

Ofício n.º 245/2014-GR06-Anatel



Recife, 14 de fevereiro de 2014.

Ao Senhor

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária

Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Ministério das Comunicações

Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 3º andar – Anexo – Ala Oeste

70044-900 – Brasília – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

BRASÍLIA - DF

53000 008270/2014-39

SEAPA/SCE

21/02/2014-09:10

Assunto: **Encaminha Correspondências.**

Senhor Coordenador-Geral,

Encaminhamos, anexas, as correspondências dos Srs. Fernando José Coelho e Marcelo José Coelho, protocolizadas nesta Gerência Regional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) no Estado de Pernambuco em 11 de fevereiro de 2014 sob os n.ºs 53532.000419/2014 e 53532.000430/2014, respectivamente, por estarem endereçadas a esse Ministério das Comunicações.


RICARDO HENRIQUE FEREREIRA CAVALCANTI
Gerente Regional
Substituto

Anexo: Correspondências.

Sicap 201490024913

5010
132

Prezado Sr. **Samir Amando Granja Nobre Maia**
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária
Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações



Venho **DENÚNCIAR** que no site do Ministério das Comunicações na parte que se refere as entidades que solicitam renovação de outorgas de radiodifusão comunitária aparece meu nome **FERNANDO JOSE COELHO** como representante legal da **Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle**, entidade localizada na cidade de **Escada /PE** que é detentora de outorga de concessão de radiodifusão comunitária na referida cidade. Faço saber que nunca pertenci a esta associação e que nunca fui associado ou dirigente da mesma e que não represento, nem nunca representei esta entidade acima citada em qualquer órgão Federal, Estadual ou Municipal. E que se esta entidade colocou meu nome como representante legal o fez de forma leviana e de má fé.

- 1- Solicito explicações a este Departamento do MINICOM porque o meu nome consta como representante legal, pois não autorizei que meu nome fosse colocado como representante legal desta citada entidade e nunca pertenci a esta Associação.
- 2- Solicito a retirada do meu nome com **EXTREMA URGÊNCIA** da relação de representante legal desta Associação junto ao MiniCom.
- 3- Solicito também explicações porque o meu nome consta como representante legal da referida entidade no site do Ministério das Comunicações.

Na certeza que minha solicitação seja urgentemente providenciada.

Agradeço Antecipadamente


Fernando Jose Coelho

CPF 557564684-04
RG N° 2390202 SSP-PE

Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel
Sicap nº <u>53532000419/2014</u>
Data <u>11/02/2014</u>
Escritório Regional de Pernambuco / ER06

Prezado Sr. **Samir Amando Granja Nobre Maia**
Coordenador Geral de Radiodifusão Comunitária
Departamento de Outorgas de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações




Venho **DENÚNCIAR** que no site do Ministério das Comunicações na parte que se refere as entidades com Decreto legislativo, Autorizadas e Entidades participante de Aviso de radiodifusão comunitária aparece meu nome **MARCELO JOSE COELHO** como representante legal da **Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle**, entidade localizada na cidade de Escada /PE que é detentora de outorga de concessão de radiodifusão comunitária na referida cidade. Faço saber que nunca pertenci a esta associação e que nunca fui associado ou dirigente da mesma e que não represento, nem nunca representei esta entidade acima citada em qualquer órgão Federal, Estadual ou Municipal. E que se esta entidade colocou meu nome como representante legal o fez de forma leviana e de má fé.

- 1- Solicito explicações a este Departamento do MINICOM porque o meu nome consta como representante legal, pois não autorizei que meu nome fosse colocado como representante legal desta citada entidade e nunca pertenci a esta Associação.
- 2- Solicito a retirada do meu nome com EXTREMA URGÊNCIA da relação de representante legal desta Associação junto ao MiniCom.
- 3- Solicito também explicações porque o meu nome consta como representante legal da referida entidade no site do Ministério das Comunicações.

Na certeza que minha solicitação seja urgentemente providenciada.

Agradeço Antecipadamente


Marcelo José Coelho

CPF 217.527.374-15
RG nº 1.928.087 SSP-PE

Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel	
Sicap nº	5353.2000430/2014
Data	01/02/2014
Escritório Regional de Pernambuco / ER06	

AR

Ofício nº 245/2014-GR06-Anatel (201490024913)

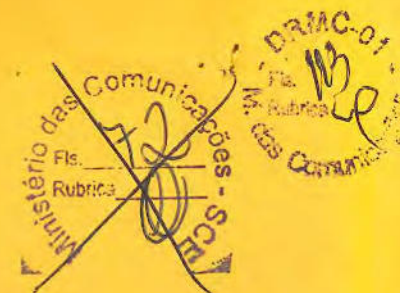
GERÊNCIA

Docs. 53532.000419/2014

53532.000430/2014

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação
Eletrônica
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Ministério das Comunicações
Esplanada dos Ministérios – Bloco R – 3º andar –
Anexo – Ala Oeste
70044-900 – Brasília – DF

10/1 FEB 2016





Agência Nacional de Telecomunicações
Rua Joaquim Bandeira, 492 - Boa Viagem
Recife/PE CEP: 51160-290

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)



TERMO DE CADASTRO DE INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO ÂMBITO DO SEI

1. Certifico que as informações cadastrais referentes ao processo supracitado foram devidamente inseridas no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), permanecendo com o mesmo número do processo físico.
2. Foi providenciada a digitalização e consequente inserção do seu conteúdo no Sistema, devendo o processo físico ser encaminhado ao Serviço de Arquivo Geral e Biblioteca para arquivo.
3. A partir desta data, todas as movimentações referentes ao presente processo se darão no âmbito do SEI, devendo este fato ser informado ao interessado na primeira oportunidade.
4. Em face da constatação de erro na numeração original deste processo, procedi à renumeração das folhas de nº 02 a nº 72 que passam a constituir, após a renumeração, as folhas de nº 42 a nº 113 as quais rubriquei.

São Paulo, 03 de novembro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Arcos de Souza, Agente Administrativo**, em 03/11/2014, às 11:12, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0216859** e o código CRC **1E76C9BB**.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Estado de São Paulo

NOTA TÉCNICA Nº 20161/2014/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53000.057297/2012-93**

Processo de Outorga nº: 53103.000543/1999

Assunto: **Exigências relativas ao requerimento de renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da análise do pedido de renovação de outorga da **Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Escada/PE**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a necessidade de saneamento de pendências relativas à documentação que instrui o requerimento, devendo a entidade providenciar o envio dos itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Em conformidade com o entendimento da consultoria jurídica deste Ministério e considerando que a vigência do mandato dos diretores se encontra vencida - não constando, até a presente data, nos autos do processo, os atos constitutivos da composição da nova diretoria, conforme prescrito pelo item 21.10.1 da Norma nº 1/2011 (transcrição abaixo) - a entidade deverá apresentar:

i) Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

ii) Prova de que seus atuais diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não será aceita, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH), em atenção à restrição disposta no subitem 8.4.2;

iii) CPF de todos os atuais dirigentes.

Norma nº 1/2011

21.10.1. As alterações nos atos constitutivos e modificação da composição da diretoria da entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observadas as disposições desta Norma, devem ser apresentadas ao Ministério das Comunicações devidamente registradas ou averbadas na repartição competente, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua realização.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para **apresentar** toda a documentação solicitada, sob pena de indeferimento do pedido de renovação e consequente extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 16/12/2014, às 11:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 16/12/2014, às 14:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0283168** e o código CRC **0BD1D2C0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina
CEP: 05311-900 - São Paulo-SP
Tel.: (11) 3101-0123

Ofício nº 22455/2014/SEI-MC

São Paulo, 12 de dezembro de 2014

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle
Rua Vigário Simões, 90 - Centro
55.555-000 / Escada - PE

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057297/2012-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminhamos cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 20161/2014/SEI-MC**, desta Delegacia Regional, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Galvão, Delegado**, em 16/12/2014, às 11:16, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.
Nº de Série do Certificado: 1217060



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador



0283819 e o código CRC **B182F9CC**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

Ofício nº 22455/2014/SEI-MC

São Paulo, 12 de dezembro de 2014

Ao(A) Senhor(a)
Representante Legal da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle
Rua Vigário Simões, 90 - Centro
55.555-000 / Escada - PE

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53000.057297/2012-93.

NATAIRE

NATAIRE

UF

PAÍS / PAYS

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

31 / 12 / 14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

FERNANDO C. DOMINGOS DA SILVA

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

24495029

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

Tacilo Kasper
Carilvo
Mat. 3.605/414-0

31 DEZ 2014

DR-PE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 188 mm



AVISO DE RECEBIMENTO

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU Nº DE REGISTRO DO OBJETO)

AVISO DE

JH 22349653 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT



TENTATIVAS

ENTREGA

<div></div>	<div></div>	<div></div>
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
DELEGACIA REGIONAL DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

NO ESTADO DE SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER 582 - BLOCO 1 - MEZANINO - VILA LEOPOLDINA
FONES (11) 3101-0123 - FAX (11) 3101-8680
CEP: 05.311-900 - SÃO PAULO-SP

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO
RETOUR

--	--	--	--	--	--	--	--



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.

(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



Ofício nº 02/2015

Escada, 25 de janeiro de 2015.

53900.005767/2015-32

04/02/15

Ilmo Sr.

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Dr. Thiago Galvão

Assunto: ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

PROCESSO: 53.000.057297/2012-93

Senhor Coordenador,

Tendo em vista o que consta no Ofício nº 22455/2014/SEI-MC, datado de 12/12/2014. Comunicamos que a Ata de Eleição da nova diretoria, encontra-se em análise no Cartório Único de Registro de Documentos, neste Município.

Assim, o prazo de análise e entrega da referida ata, extrapola o prazo de trinta dias estabelecido. Neste sentido, estamos solicitando **Prorrogação de Prazo**, por mais um período de 30 (trinta) dias.

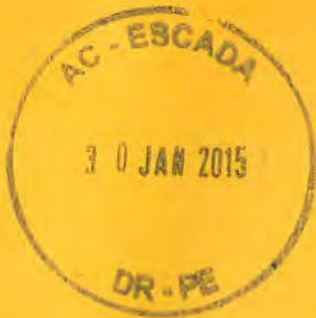
Atenciosamente,

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

PRESIDENTE

CPF 073.476.374-30.

DELEGACIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EM SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER, 592, BLOCO 1,
MEZANINO (ECT) VILA LEOPOLDINA
CEP: 05311-900 - SÃO PAULO - SP.



		REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY	
AR <input checked="" type="checkbox"/>	MP <input type="checkbox"/>	PESO / WEIGHT (kg)	
		24g	
JG 70244840 5 BR			

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

PROCESSO: 53.000.057297/2012-93

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

Associação de Rad. Cult. E Com. Danúzia Danielle

Rua Vigário Simão, 90 – Centro.

CEP: 555-000 - 000 Escada/PE



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.

(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



Ofício nº 02/2015

Escada, 25 de janeiro de 2015.

53900.006626/2015-37

09/02/15

Ilmo Sr.

Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo

Dr. Thiago Galvão

Assunto: ENCAMINHAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

PROCESSO: 53.000.057297/2012-93

Senhor Coordenador,

Tendo em vista o que consta no Ofício nº 22455/2014/SEI-MC, datado de 12/12/2014. Comunicamos que a Ata de Eleição da nova diretoria, encontra-se em análise no Cartório Único de Registro de Documentos, neste Município.

Assim, o prazo de análise e entrega da referida ata, extrapola o prazo de trinta dias estabelecido. Neste sentido, estamos solicitando **Prorrogação de Prazo**, por mais um período de 30 (trinta) dias.

Atenciosamente,

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

PRESIDENTE

CPF 073.476.374-30.

DELEGACIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EM SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER, 592, BLOCO 1,
MEZANINO (ECT) VILA LEOPOLDINA
CEP: 05311-900 - SÃO PAULO - SP.



PROCESSO: 53.000.057297/2012-93

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

Associação de Rad. Cult. E Com. Danúzia Danielle

Rua Vigário Simão, 90 – Centro.

CEP: 555-000 - 000 Escada/PE



**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL
E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



Ofício 0010/2015

Escada, 25 de fevereiro de 2015.

Ilmo Sr.
Dr. Thiago Galvão
Delegado Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) – Vila Leopoldina,
São Paulo – CEP: 05311-900

Assunto: Encaminhamento de documentação

Ref. De **PROCESSO: 53.000.057297/2012-93**

53900.011189/2015-73

05/03/15

Senhor Delegado

Tendo em vista no que consta nos ofícios 22455/2014/SEI-MC, datado de 12 de dezembro de 2014, estamos encaminhando documentação abaixo relacionada conforme Nota Técnica nº 200161/2014/SEI-MC.

1. Cópia da Ata de eleição e posse da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal
2. Cópia autenticada de documentos comprovando a condição de brasileiros natos e do CPF.
3. Declarações constante na Norma 01/2011.

Atenciosamente,

Tânia Maria Cabral da Silva

Presidente

CPF. nº 073.476.374-30



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO DIFUSÃO CULTURAL
E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



DECLARAÇÃO

Eu, **Tânia Maria Cabral da Silva**, na qualidade de representante legal da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que a Entidade requerente não possui qualquer vínculo de subordinação com outra Entidade, mediante compromissos e/ou relações financeiras, familiares, religiosas, político-partidárias ou comerciais.

Escada, 25 de fevereiro de 2015.

Atenciosamente,

Tânia Maria Cabral da Silva

Presidente

CPF. nº 073.476.374-30



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL
E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



DECLARAÇÃO

Eu, **Tânia Maria Cabral da Silva**, na qualidade de representante legal da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que: A entidade não tem como integrante no seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura.

Escada, 25 de fevereiro de 2015.

Atenciosamente,

Tânia Maria Cabral da Silva

Presidente

CPF. nº 073.476.374-30



**ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL
E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19

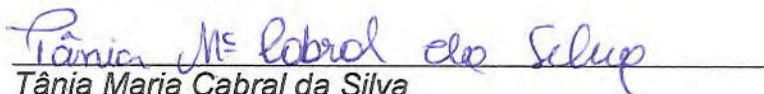


DECLARAÇÃO

Eu, **Tânia Maria Cabral da Silva**, na qualidade de representante legal da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle. DECLARO para fins de prova ao Ministério das Comunicações, que todos os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida pela estação.

Escada, 25 de fevereiro de 2015.

Atenciosamente,



Tânia Maria Cabral da Silva

Presidente

CPF. nº 073.476.374-30



**ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL
E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Rua Vigário Simão, 90 – Centro Escada/PE.
(0xx) 81 3534-2009/ 9619-3063 CNPJ N.º 03.407.938/0001-19



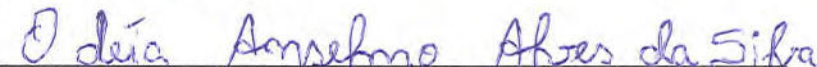
DECLARAÇÃO

Nós, na qualidade de dirigente da **ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO-DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**, DECLARAMOS, para fins, que nos comprometemos ao fiel cumprimento da Lei nº 9.612/98 de 19 de fevereiro de 1998, do regimento e das Normas estabelecidas para o Serviço de Radiodifusão Comunitária


Escada, 25 de fevereiro de 2015.



PRESIDENTE: Tânia Maria Cabral da Silva
CPF: 073.476.374-30



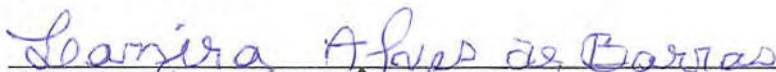
VICE-PRESIDENTE: Odeia Anselmo Alves da Silva
CPF: 153.069.764-68



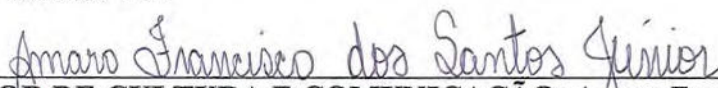
TESOUREIRO: Elias Estevão de Lima
CPF: 329.320.654-91



SECRETÁRIA GERAL: Georger dos Santos Pereira
CPF: 735.723.814-87



DIRETOR DE PATRIMÔNIO: Lanira Alves de Barros
CPF: 254.823.274-34



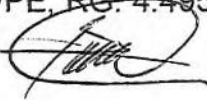








DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO: Amaro Francisco dos Santos
CPF: 178.657.354-72



ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE.

Aos 05 (Cinco) dia do mês de agosto de 2013, às 20h00min horas, na nova Sede da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, sito a Rua Vigário Simão, 90 - Centro, Município de Escada no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral Extraordinária de Eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Sr. FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG 4.495.029 SSP/PE e CPF: 832.532.894-00. Convidando a mim GEORGER DOS SANTOS PEREIRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Dr. ANTONIO DE CASTRO Nº 436, RG 3.908.861 SSP/PE e CPF: 735.723.814-87 para secretariar a sessão. – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como secretário, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocada esta Assembléia Geral, que tem o seguinte teor: a) Eleição e Posse da Diretoria Executiva; b) Eleição e posse do Conselho Fiscal; c) e assuntos de interesse geral. – Iniciando-se os trabalhos, o Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude do termino do mandato da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, se fez necessário nova eleição. Tomando a palavra como Secretario da Assembléia, foram comunicados a todos os presentes, que não havia nenhuma chapa inscrita e por consenso, a Diretoria em exercício fica reeleita para um mandato de 04 (quatro) anos, ficando assim composta: **PRESIDENTE:** TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF: 073.476.374-30; **VICE-PRESIDENTE:** ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA, brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada na Rua 21 de Abril, 60 – Centro, Escada/PE, RG: 2.186.406 SSP /PE e CPF 153.069.764-68; **TESOUREIRO:** ELIAS ESTEVÃO DE LIMA, brasileiro, casado, autônomo, residente e domiciliado na Av. Doutorzinho, 301 – Centro, Escada/PE, RG 2.447.461 SSP/PE e CPF 329.320.654-91; **DIRETORA DE PATRIMÔNIO:** LANIRA ALVES DE BARROS, brasileira, desquitada, aposentada, residente e domiciliada na Rua São Bartolomeu, 27, Centro, Escada/PE, RG: 1.288.156 SSE/PE e CPF: 254.823.274-34; **SECRETÁRIO GERAL:** GEORGER DOS SANTOS PEREIRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Dr. ANTONIO DE CASTRO Nº 436, RG 3.908.861 SSP/PE e CPF: 735.723.814-87; **DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO:** AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Samuel Gomes , 195, Alto São Sebastião, Escada/PE, RG: 1.783.181 SSP/PE e CPF: 178.657.354-72; **CONSELHO FISCAL TITULARES:** 1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua 21 de Abril, 60, Centro, Escada/PE, RG: 1.473.365 SSP/PE e CPF: 246.669.804-82; 2º FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA, brasileiro, solteiro, autônomo, residente e domiciliado na Rua Vigário Simão, 94, Centro, Escada/PE, RG: 4.495.029 SSP/PE e



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Ildefonso Torres de Sá

TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54 500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

ESCREVENTE: ADMINISTRADOR

Emol. R\$ 2,52, TSMR R\$ 0,57, FERC R\$ 0,29 Total R\$ 3,38

Selo: 0150615.JJH10201401.40518 27/02/2015 15:27:55

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital.

CPF: 832.532.894-00; 3º ROSEANE ANDRÉA DE SOUZA LEMOS brasileira, casada, autônoma, residente e domiciliada na Rua Dr.º Ezequiel de Barros, 238, Escada/PE, RG: 4.919.091 SSP/PE e CPF: 976.248.534-34; **CONSELHO FISCAL SUPLENTE:** THATIANA PATRICIA LEMOS DE MESQUITA, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Rua Barão de Jundiá, 75, Centro, Escada/PE, RG: 8.008.492 SDS/PE e CPF: 092.444.874-11; 2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO, brasileira, solteira, autônoma, residente e domiciliada na Av. Pirapama, 42, Centro, Escada/PE, RG: 5.989.110 SSP/PE e CPF: 044.263.074-30; 3º GERVÁZIO FERREIRA DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, funcionário público, residente e domiciliado na Rua Floriano Peixoto, 105, Centro Escada/PE, RG: 1.224.167 SSP/PE e CPF: 104.918.644-34. O Senhor Presidente homologou os novos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, dando posse neste ato, para o mandato, de 04 anos, que vai de 2013 a 2017. Não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembléia Geral Extraordinária da **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**, o Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos, encerrou a reunião, e eu GEORGER DOS SANTOS PEREIRA que servi de Secretário, lavro, dato e assino George dos S. Pereira a presente ata justamente com toda a Diretoria, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.

Escada, 05 de agosto de 2013.

Tânia Maria Cabral da Silva
PRESIDENTE: TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA

Odeia Anselmo Alves da Silva
VICE-PRESIDENTE: ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

Elis Estevão de Lima
TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO DE LIMA

Lanira Alves de Barros
DIRETORA DE PATRIMÔNIO: LANIRA ALVES DE BARROS

George dos S. Pereira
SECRETÁRIO GERAL: GEORGER DOS SANTOS PEREIRA

Amaro Francisco dos Santos Júnior
DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

CONSELHO FISCAL TITULARES

Reginaldo Anselmo de Oliveira
1º REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA

Fernando Cabral Mendes da Silva
2º FERNANDO CABRAL MENDES DA SILVA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de:
ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA
REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA

GARANHUNS, sexta-feira, 23 de fevereiro de 2015 - 14:50:29

Total: R\$ 7,90 EMUL: R\$ 4,50 TST: R\$ 3,32 - Lei 11.404/09

Test. de verdade

JOSE ALBERTO PAES DOS SANTOS, respondendo pelo expediente.



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de São Agostinho / PE - Fone: (81) 321.0393 - Fax: (81) 3521-0833
TITULAR
Ildefonso Torres de Sá
Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.
ESCRIVENTE: ADMINISTRADOR
Emol. R\$ 2,52; TMR R\$ 0,57; FERC R\$ 0,29 Total R\$ 3,38
Selo: 0150615.DGA10201401.40519 27/02/2015 15:27:53
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

Roseane Andréa de Souza Lemos
3º ROSEANE ANDRÉA DE SOUZA LEMOS



CONSELHO FISCAL SUPLENTES:

Thatiana Patrícia Lemos de Mesquita
1º THATIANA PATRICIA LEMOS DE MESQUITA

Maistela de Sema Carneiro da Silva
2º MARISTELA DE SEMA CARNEIRO

Gervázio Ferreira da Silva Filho
3º GERVÁZIO FERREIRA DA SILVA FILHO

Demais Associados presente na Assembleia

Mariele M. Cabral Silva. 8833208 SDS PE - D

Edson do Jari Pereira 1634821 SSPPE

Amaro Francisco da Silva 2780426 SDS-PE

Diogo x Souza Lira RG: 7093211 SDS/PE

Maistela de Sema Carneiro da Silva RG. 5.989. 180 SDS-PE

N: da GWA: 0003778767

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA - CARTÓRIO ÚNICO

TABELÃO TITULAR: ELIAS MATHIAS DOS SANTOS | SUBSTITUTA: MARCELLE MATHIAS COSTA DOS SANTOS

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO
SOB O Nº 3177 / 0 - ESCADA/PE, 26 DE FEVEREIRO DE 2015
EMOLUMENTOS R\$ 73,29 TSNR R\$ 16,29 FERC R\$ 8,15
APOSTO SELO ADE062351 NA 1ª VIA, CERTIFICO E DOU FÉ.
AVERBADO AO REG. 150 DE 14/09/1999
O TAFELIÃO: FILIAS MATHIAS DOS SANTOS

AV. DR. JOSE HENRIQUE, 198 - CENTRO - ESCADA/PE - CEP: 55.570-000 - TEL: (81) 3534-1585 / 3712



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Ildefonso Torres de Sá
Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

ESCREVENTE: ADMINISTRADOR

Emol. R\$ 2,52, TSNR R\$ 0,57, FERC R\$ 0,29 Total R\$ 3,38

Selo: 0150615.ICX10201401.40520 27/02/2015 15:22:55

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital



ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO COMUNITÁRIO DA ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE.

Aos 06 (seis) dia do mês de agosto de 2013, às 20h00min horas, na Sede da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, sito a Rua Vigário Simão, 90 - Centro, Município de Escada no Estado de Pernambuco, reuniram-se em Assembléia Geral para a Eleição e posse do Conselho Comunitário. Assumiu a Presidência dos trabalhos, por aclamação unânime o Sra. TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA, brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada na Rua Vigário Simão, 86, Centro, Escada/PE, RG 8.069.768 SSP/PE e CPF 073.476.374-30. Convidando a mim GEORGER DOS SANTOS PEREIRA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Dr. ANTONIO DE CASTRO Nº 436, RG: 3.908.861 SSP/PE e CPF: 735.723.814-87 para secretariar a sessão. – Dando por instalada a Assembléia, ordenando-me, o que fiz como secretário, que procedesse a leitura da ordem do dia, para a qual fora convocado esta Assembléia Geral, que tem o seguinte teor: **a) Eleição e Posse do Conselho Comunitário**, e assuntos de interesse geral – Iniciando-se os trabalhos, a Presidente esclareceu os motivos da convocação, que em virtude da necessidade de instalação do Conselho Comunitário, conforme preceitua os Art. 33º ao Art. 36º do Estatuto da Associação, sendo composto por 05 (cinco) entidades da Comunidade, com fins específicos de acompanhar a programação da Rádio com vista aos interesse da comunidade e acrescentou que o mandato dos referidos Conselheiro inspirou no corrente mês e que por consenso, tanto da Diretoria e com a anuências de todos os Conselheiros, resolveu-se reelegê-los para mais um período de 04 (quatro) anos. Assim, procedemos com a reeleição e posse das Entidades que comporá o **Conselho Comunitário**: **1º. FERNANDO SALES DA SILVA** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Dr.º Ezequiel de Barros 156, Escada -PE RG. 751.611 SSP/PE e CPF 021.305.994-00, neste ato representando a Entidade ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA CNPJ 10.572.904/0001-45; **2º. EDVALDO JOSÉ LEVINO** brasileiro, casado, autônomo, residente na Rua Prof.º Rinaldo Barreto nº. 30, Centro Escada-PE, RG. 1.634.821 SSP/ PE e CPF 135.398.094-49, neste ato representando a Entidade GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO CNPJ 08.911.844/0001-04; **3º. ANTONIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA**, brasileira, solteira, autônoma, residente na AV. COMENDADOR JOSÉ PEREIRA S/N, RG. 58.262.046 SSP/PE e CPF 932.727.584-52, neste ato representando a Entidade SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA CNPJ 10.209.575/0001-72; **4º. PAULO ROGERIO A. SOARES**, brasileiro, solteiro, Professor, residente na Rua Barão de Suassuna, 77, Centro Escada, PE, RG. 718.890 SSP/PE e CPF 451.047.005-34, neste ato representando a Entidade COSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA, **5º. Pe. VALDIR BEZERRA DA SILVA**, brasileiro, solteiro, Padre, residente na Rua da Matriz, 28, RG. 893.684 SSP/PE e CPF 165.407.004-15, neste ato representando a Entidade PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO, CNPJ 01.821.505/0001-80. O Senhor Presidente homologou os membros do Conselho Comunitário, dando posse neste ato, para o mandato de 04 anos, que vai de 2013 a 2017, coincidindo com o da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e não havendo mais nada a serem discutidos nesta Assembléia Geral Extraordinária da ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, a Presidente agradeceu os presentes pela colaboração de todos e em quanto estiver à frente da Entidade elevará o nome da

1º Primeiro Serviço Notarial e Registral

Ildefonso Torres de Sá
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 138 - Centro - CEP 54.300-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

ESCREVENTE: ADMINISTRADOR

Emol. R\$ 2,52, TSNR R\$ 0,57, FERC R\$ 0,29 Total R\$ 3,38

Selo: 0150615.PZE10201401.40525 27/02/2015 15:27:05

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital.

Associação, e encerrou a reunião, e eu GEORGER DOS SANTOS PEREIRA que servi de Secretário, lavro, dato e assino George dos S. Pereira a presente ata justamente com toda a Diretoria e dos Representantes de Conselho Comunitário, bem como todos os presentes vistos abaixo especificados.

Escada, 06 de Agosto de 2013.



Tânia Maria Cabral da Silva

PRESIDENTE: TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA

Odeia Anselmo Alves da Silva

VICE-PRESIDENTE: ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

Elias Estevão de Lima

TESOUREIRO: ELIAS ESTEVÃO DE LIMA

Lanira Alves de Barros

DIRETOR DE PATRIMÔNIO: LANIRA ALVES DE BARROS

George dos S. Pereira

SECRETÁRIO GERAL: GEORGER DOS SANTOS PEREIRA

Amaro Francisco dos Santos Júnior

DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

CONSELHEIROS COMUNITÁRIO

Fernando Sales da Silva

FERNANDO SALES DA SILVA - ASPESCAE ASSOCIAÇÃO DE PESCA ESPORTIVA E CONSCIENCIA AMBIENTAL DA ESCADA

Edvaldo José Levino

EDVALDO JOSÉ LEVINO - GRUPO ESPIRITA LUZ NO CAMINHO

Antônia das Virgens Santos Dutra

ANTÔNIA DAS VIRGENS SANTOS DUTRA - SERVIÇO DE ASSISTENCIA SOCIAL DA ESCADA

Paulo Rogério A. Soares

PAULO ROGÉRIO A. SOARES - COSELHO ESCOLAR UEX DA ESCOLA MUNICIPAL BARÃO DE SUASSUNA

Pe. Valdir Bezerra da Silva

Pe. VALDIR BEZERRA DA SILVA - PAROQUIA NOSSA SENHORA DA APRESENTAÇÃO

Reconheço por semelhança a firma de:
ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

XX

BARANHUNG, sexta-feira, 23 de janeiro de 2015 - 10:49:58

Total: R\$ 3,95 EMOL: R\$ 3,29 TSMB: R\$ 2,66 Lei 11.404/98

Test. de verdade

JOSE ALBERTO PAES DOS SANTOS, respondendo pelo exped

2º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO

Outros (origem externa) 0400242 2º Tabelionato de Notas e Protesto / pg 13



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral *Ildefonso Torres de Sá*
TITULAR

Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 198 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de Sto. Agostinho / PE - Fone: (81) 3521.0393 - Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

ESCREVENTE: ADMINISTRADOR

Emol.R\$ 2,52, TSNR R\$ 0,57, FERC R\$ 0,29 Total R\$ 3,38

Selo: 0150615.00010201401.40516 27/02/2015 15:27:05

Consulte autenticidade em www.tipe.jus.br/selodigital.

Demais Associados presente na Assembleia



Nome completo legível	RG com órgão emissor	Assinatura
Reginaldo Anselmo Oliveira	1.473.365 SSP-PE	Anselmo Oliveira
Emílio Cabral Leão da Silva	4495029 SSP-PE	Emílio Cabral
Jose Domaldo de Barros	2650386 SSP-PE	Jose Domaldo
Amador Daigo Pereira Silva	8145921 SSP-PE	Amador
Camille M. Cabral Silva	8833208 SSP-PE	Camille

N: da Gwa: 0003778780. 9

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA - CARTÓRIO ÚNICO

TABELIAO TITULAR: ELIAS MATHIAS DOS SANTOS | SUBSTITUTA: MARCELLE MATHIAS COSTA DOS SANTOS

APRESENTADO HOJE, PROTOCOLADO E REGISTRADO
 SOB O Nº 3178 / 0 - ESCADA/PE, 26 DE FEVEREIRO DE 2015
 EMOLUMENTOS R\$ 73,29 TSNR R\$ 16,29 FERC R\$ 8,15
 APOSTO SELO ADE062352 NA 1ª VIA. CERTIFICO E DOU FÉ.
 AVERBADO AO REG. 150 DE 14/02/1999
 O TABELIAO: ELIAS MATHIAS DOS SANTOS

AV. DR. JOSE HENRIQUE, 198 - CENTRO - ESCADA/PE - CEP: 55.505-000 - TEL: (81) 3534-1555 / 3712



1º Primeiro Serviço Notarial e Registral Ildefonso Torres de Sá
 Rua Dr. Antônio de Souza Leão, 188 - Centro - CEP 54.500-000 - Cabo de São Agostinho / PE - Fone: (81) 3121.0333 Fax: (81) 3521-0033

Certifico que a presente cópia é a reprodução fiel do original
 que me foi apresentado, ao qual autentico e dou fé.

ESCREVENTE: ADMINISTRADOR

Emol. R\$ 2,52, TSNR R\$ 0,57, FERC R\$ 0,29 Total R\$ 3,38

Selo: 0150615.SXD10201401.40517 27/02/2015 15:27:35

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital.



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.407.938/0001-19	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 20/09/1999
MATRIZ			
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO CULTURAL E COMUNITARIA DANUZIA DANIELLE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DIGITAL FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R VIGARIO SIMAO	NÚMERO 90	COMPLEMENTO CASA	
CEP 55.500-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ESCADA	UF PE
ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005		
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****		

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 29/01/2015 às 22:00:46 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Consulta QSA / Capital Social](#)

[Voltar](#)

Participar

Acesso à informação



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO CULTURAL E COMUNITARIA DANUZIA DANIELLE
CNPJ: 03.407.938/0001-19

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, válida para o estabelecimento matriz e suas filiais, refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.

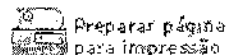
Emitida às 10:38:07 do dia 25/02/2015 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/08/2015.

Código de controle da certidão: **39A8.D8A8.FB6B.2C1F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



IMPRIMIR

VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03407938/0001-19

Razão Social: ASSOCIACAO DE RADIODIFUSAO CULTURAL E CO

Endereço: R VIGARIO SIMAO 90 / CENTRO / CARUARU / PE / 55500-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/02/2015 a 17/03/2015

Certificação Número: 2015021609230332756479

Informação obtida em 28/02/2015, às 09:58:31.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.447.461 DATA DE EXPEDIÇÃO 24-07-19

NOME ELIAS ESTEVÃO DE LIMA

FILIAÇÃO AMARO ESTEVÃO DE LIMA
MARGARIDA ESTEVÃO DE LIMA

NATURALIDADE MORENO-PE. DATA DE NASCIMENTO 28-07-1962

DOC ORIGEM C. NAS. 27251 P. 175-V L. 35
1º CART DE MORENO-PE.

CPF 329.320.654-91

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO TAVARES BURIL

39

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Rua José Henrique, 198 - Térreo - Centro
Escada - PE - CEP 55500-000

28 JAN 2015

Emolumentos:
Por Rec R\$ 2,81
TSNR R\$ 0,56
Total R\$ 3,37

da verdade
Mathias dos Santos - Titular
Mathias Costa dos Santos - 1ª Substituta
somente com o selo de autenticidade

BR 040062

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Rua José Henrique, 198 - Térreo - Centro
Escada - PE - CEP 55500-000

28 JAN 2015

Emolumentos:
Por Rec R\$ 2,81
TSNR R\$ 0,56
Total R\$ 3,37

da verdade
Mathias dos Santos - Titular
Mathias Costa dos Santos - 1ª Substituta
somente com o selo de autenticidade

BR 040063



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL FATURA CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-03 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.brDADOS DO CLIENTE
ELIAS ESTEVÃO DE LIMAENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
AV DOUTOR ZINHO 361-A

CPF: 329.320.654-91 NIS: 12106495511

MARACUJA/ESCALADA
ESCALADA PE
55500-000CLASSIFICAÇÃO
BT RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
7002866344	12/2014
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
08/01/2015	14/01/2015
TOTAL A PAGAR (R\$)	93,08

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMIÇÃO
001808608	UNICA	15/12/2014

APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
30/12/2014	2010245941	5189739

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo até 30 kWh	30,0000000	0,12715819	3,81
Consumo Ativo superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,21798547	15,25
Consumo Ativo superior a 100 até 220 kWh	120,0000000	0,32897821	39,23
Consumo Ativo superior a 220 kWh	87,0000000	0,36390812	24,34
Contribuição Iluminação Pública			13,30
Pagamento Interrupção Energia			-2,85
TOTAL DA FATURA			93,08

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL							
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSUMO (kWh)
301018108	CAI	13/11/2014	14 842,00	15/12/2014	14 929,00	32	287,00

HISTÓRICO DE CONSUMO		COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
MÊS/ANO	CONSUMO (kWh)	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
DEZ 14	287	Geração de Energia	47,29
NOV 14	309	Transmissão	1,38
OUT 14	318	Distribuição (Celpe)	26,70
SET 14	274	Encargos Setoriais	2,45
AGO 14	301	Tributos	4,11
JUL 14	303	Total	82,93
JUN 14	360		
MAI 14	426		
ABR 14	429		
MAR 14	413		
FEV 14	346		
JAN 14	360		
DEZ 13	434		

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

A partir de 2015 será em vigor o Sistema de Tarifas Sociais, onde o valor da tarifa será reduzido em 20% para os consumidores que possuem renda familiar mensal de até R\$ 200,00. Para saber mais informações, acesse o site www.aneel.gov.br. Sua conta perderá o benefício da Tarifa Social se não for atualizada a renda familiar no prazo de 12 meses. O cliente é responsável por manter a renda atualizada. O cliente é responsável por manter a renda atualizada. O cliente é responsável por manter a renda atualizada.

ATENÇÃO! CELPE INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ATRASO			
Comunicamos a não pagamento da(s) conta(s) de energia elétrica(s):			
Vencido	Deixado	Valor	Valor
04/12/14	30/12/14	121,28	
Em caso de não pagamento do débito, o fornecimento de energia poderá ser suspenso, bem como poderá ocorrer sua inclusão nos registros de restrição de crédito do SPC e SERASA, com anotação negativa. Este comunicado não substitui o aviso de débitos anteriores bem como não altera os débitos em discussão judicial que poderão ser cobrados após o fim do processo.			

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPTÕES				NÍVEL DE TENSÃO	
CONJUNTO	VALOR	LIMITE	LIMITE	TENSÃO	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
ESCALADA	APURADO	DIÁRIO	TRIMESTRAL	NOMINAL (V)	MÍNIMO MÁXIMO
	2,58	8,15	12,30		



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.288.156 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/03/2007

NOME << LANIRA ALVES DE BARROS >>

FILIAÇÃO << ANTONIO ALVES DE BARROS >>

<< ALAIDE GOMES DE BARROS >>

NATURALIDADE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - PE DATA DE NASCIMENTO 01/01/1942

DCC ORIGEM << CN 4283-L 13-F 199-CART SEDE POMBOS PE-05.01.1942 >>

CPF 254.823.274-34

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Dr. José Henrique, 198 - Térreo - Centro

Escada - PE - CEP 55500-000

Em Teste.....da verdade

Elias Mathias dos Santos - Titular

Marcelle Mathias Costa dos Santos - 1ª Substituta

Válido somente com o selo de autenticidade

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA DE FISCALIA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURL

COLEÇÃO DIREITO

Assinatura de Lanira Alves de Barros

ASSINATURA DO TITULAR



NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Dr. José Henrique, 198 - Térreo - Centro

Escada - PE - CEP 55500-000

Em Teste.....da verdade

Elias Mathias dos Santos - Titular

Marcelle Mathias Costa dos Santos - 1ª Substituta

Válido somente com o selo de autenticidade

MINISTÉRIO DA FAZENDA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Lanira Alves de Barros



NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Dr. José Henrique, 198 - Térreo - Centro

Escada - PE - CEP 55500-000

Em Teste.....da verdade

Elias Mathias dos Santos - Titular

Marcelle Mathias Costa dos Santos - 1ª Substituta

Válido somente com o selo de autenticidade

C/C

NASCIMENTO 01.01.42

INSCRIÇÃO NO CPF 254.823.274.34

CONTRIBUINTE

LANIRA ALVES DE BARROS

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Dr. José Henrique, 198 - Térreo - Centro

Escada - PE - CEP 55500-000

Em Teste.....da verdade

Elias Mathias dos Santos - Titular

Marcelle Mathias Costa dos Santos - 1ª Substituta

Válido somente com o selo de autenticidade



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02
NOTA FISCAL - FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA
Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902
CNPJ 10.935.932/0001-08 | Insc. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE
LANIRA ALVES DE BARROS

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA SÃO BARTOLOMEU 27 A

CPF: 254.823.274-34 NIS: 10683422755

NOVA DESCOBERTA/ESCADA
ESCADA PE
55500-000

CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

CONTA CONTRATO	MÊS/ANO
001410934015	01/2015
DATA DE VENCIMENTO	DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
TOTAL A PAGAR (R\$)	

Nº DA NOTA FISCAL	SÉRIE	EMISSION
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
	2000817759	1061233

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
--------------------------	------------	-------------	-------------



DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWh)
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
1014725									

HISTÓRICO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS	
ICMS	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
PIS			
COFINS			

TARIFAS APLICADAS

RESERVADO AO FISCO

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

ATENÇÃO: Este impresso não é para pagamento. Em breve você receberá sua fatura de energia, pois identificamos a necessidade de análise da leitura realizada. O prazo para entrega obedecerá ao que determina o Art. 124, Res. 414/2010.



DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					NÍVEIS DE TENSÃO	
CONJUNTO	VALOR APLICADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)
DIC						MÍNIMO MÁXIMO
FIC						
DMIC						

CONTA CONTRATO MÊS/ANO DATA DE VENCIMENTO TOTAL A PAGAR (R\$)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
INSTITUTO TAVARES BURIL

CAC-03





ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.186.408 DATA DE EXPEDIÇÃO 31/07/2002

NOME ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

FILIAÇÃO ALUIÍSIO ALVES DA SILVA

MARIA JÚLIA SANTANA DA SILVA

NATURALIDADE SÃO PAULO SP DATA DE NASCIMENTO 05/08/1956

DOC ORIGEM CC.360-L.B-AUX.2-F.80-CART.2º DIST-RECIFE-PE-08.05.2002

CPF 153.069.764-68

[Signature]
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTÓRIO JACOBINA
2º Ofício de Notas e Protesto
José Alberto Paes dos Santos
Tabelião em Exercício

23 JAN 2015

GARANHUNS - PE 02471
☐ Almir Belo

Certifico que a presente foto-cópia é a reprodução fiel do original que me foi apresentado. Dou fé.
Emolumentos R\$ 2,81 TSNR R\$ 0,58
Total R\$ 3,37 - Lei n 11.404/98.

VALIDO SOMENTE PARA O SELO DE AUTENTICIDADE E FISCALIZAÇÃO CONFERIDO POR





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

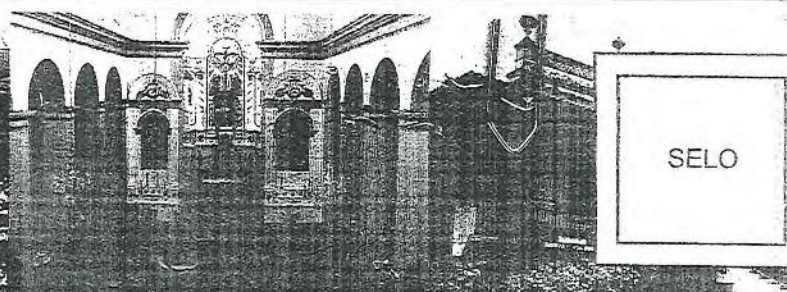
153.069.764-68

Nome
ODEIA ANSELMO ALVES DA SILVA

Nascimento
05/08/1956

EM BRANCO

EM BRANCO



SELO

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

REGINALDO ANSELMO DE OLIVEIRA
RUA 13 DE ABRIL, 86
LOT VALE VERDE
ESCADA-PE
55500-000

ENDEREÇO DO IMÓVEL

01.03.046.0104.001
RUA 13 DE ABRIL, 86
LOT SANTO ANTONIO
ESCADA-PE
55565000



GOVERNO MUNICIPAL DE

ESCADA
NOSSA CIDADE. UM NOVO TEMPO.

**IPTU
2013**

**O FUTURO DE ESCADA
EM SUAS MÃOS.**

**PAGUE SEU IPTU EM COTA ÚNICA ATÉ O DIA
30 DE OUTUBRO E GANHE 10% DE DESCONTO.
SUA CONTRIBUIÇÃO SE TRANSFORMA EM
OBRAS E MELHORIAS NA SAÚDE, EDUCAÇÃO
SANEAMENTO E MUITO MAIS.**



CARTÓRIO JACOBINA
2º Ofício de Notas e Protestos
José Alberto Paes dos Santos
Tabelião em Exercício
23 JAN 2015
Certifico que a presente foto-cópia
é a reprodução fiel do original que
me foi apresentado. Dou fé.
Emolumentos R\$ 2,81 TSNR R\$ 0,50
Total R\$ 3,37 - Lei n 11.404/95.

**A CIDADE INVESTE
EM VOCÊ.**

**VOCÊ INVESTE
NA SUA VIDA.**

**10%
DESCONTO ATÉ
30/OUT**



GOVERNO MUNICIPAL DE

ESCADA
NOSSA CIDADE. UM NOVO TEMPO.

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.783.181 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/09/2010

NOME << AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JÚNIOR >>

FILIAÇÃO << AMARO FRANCISCO DOS SANTOS >>
<< MARIA DA GLÓRIA DOS SANTOS >>

NATURALIDADE ESCADA - PE DATA DE NASCIMENTO 14/01/1959

DOC.ORIGEM << CN.5347-L.A16-F.153-CART. FREXEIRAS-ESCADA/PE 27.01.2003 >>

CPF 178.657.354-72

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

CAC-02

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Rua Dr. José Henrique, 198 - Térreo - Centro Escada - PE - CEP 55500-000

26 JAN. 2015

Em Teste: Elias Mathias dos Santos - Titular

Valido somente com o selo de autenticidade

BR 039814

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Rua Dr. José Henrique, 198 - Térreo - Centro Escada - PE - CEP 55500-000

26 JAN. 2015

Em Teste: Elias Mathias dos Santos - Titular

Valido somente com o selo de autenticidade

BR 039815

Auto

BB Seguro Auto



Prezado(a) AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR

Seu BB Seguro Auto está vencendo. **RENOVE SUA APÓLICE** com pagamento por débito automático em conta corrente BB ou cartão de crédito e parcelar em até **6 VEZES SEM JUROS**. E o BB Seguro Auto agora tem Assistência 24 Horas completa¹, **GRÁTIS**, para todo o Brasil.

Confira abaixo os dados da sua apólice:

- | | | | |
|------------|----------------------------------|---------------|-------------------|
| • Número: | 3897231943931 | • Vencimento: | 20.12.2014 |
| • Veículo: | CLASSIC SEDAN LS 1.0 VHC- | • Placa: | PGQ8597 |

Mais Segurança

Ligue 0800 729 0400 ou procure qualquer agência do BB para fazer sua renovação. Você ainda pode parcelar em até 10x com as melhores taxas.

E com o novo **Selo de Qualidade**, você tem a garantia do pagamento da indenização integral em até 5 dias úteis² ou é reembolsado do valor líquido pago pelo seguro!



Tranquilidade e economia

O BB Seguro Auto também oferece descontos em serviços e peças nas principais redes automotivas do país, em estacionamentos, locação de veículos, compras pela internet e muito mais.

Acesse www.bbseguros.com.br e confira as promoções exclusivas para a sua região.



Para mais informações, ligue 0800 729 0400 ou acesse o site www.bbseguros.com.br

Serviço de Atendimento ao Cliente (SAC): 0800 570 7042
Atendimento a deficientes auditivos ou de fala: 0800 729 0088
Ouvidoria BB Seguro Auto: 0800 775 2345
Ouvidoria deficientes auditivos ou de fala: 0800 962 7373

(1) Para motos de até 499cc, está disponível somente reboque. (2) Contados a partir da entrega de toda a documentação solicitada, livre e desembaraçada de qualquer ônus.



BOMPRATODOS

F11424 - SISBB-13322 - dab

BB Seguro Auto

Av. das Nações Unidas, 11.711
CEP 04578-000 - São Paulo - SP

Central de Atendimento: 0800 729 0400
www.bbseguros.com.br

CSL Brasília (DF) - SBS - Qd. 1 - BIA - LL31 - ED. SEDE I 2º ss - CEP 70073-900 (DF)

PARA USO DOS CORREIOS		
<input type="checkbox"/> End. Insuficiente	<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Falecido
<input type="checkbox"/> Não existe o nº Indicado	<input type="checkbox"/> Desconhecido	<input type="checkbox"/> Ausente
<input type="checkbox"/> Informação do porteiro/síndico	<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Não Procurado
Reintegrado ao Serviço Postal em ____/____/____		Responsável _____

BOMPRATODOS



AMARO FRANCISCO DOS SANTOS JUNIOR
RUA SAMUEL GOMES 195
RIACHO DO NAVIO
55500-000 - ESCADA - PE



1058 - - ESCADA - PE
501252940



Seu seguro vencerá nos próximos dias.

Renove-o agora e aproveite todas as novidades que o BB Seguro Auto traz para você.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



FIRMA NO CARTÃO
ARIVALDO CAVALCANTI
Rua S. Maria Carneiros, 36
Recife - PE

REGISTRO CIVIL

ESTADO DE Pernambuco
COMARCA DE Escada
MUNICÍPIO DE Escada
DISTRITO DE Sede



José Severino de Macedo

Oficial Substituto do Registro Civil

CASAMENTO N.º 5.018

CERTIFICO que, à fls. 273-v do Livro nº B- 10 de Registro de Casamentos foi feito hoje, o assento do casamento de GEORGE DOS SANTOS PEREIRA, solteiro e ROBERTA KELLY ALBUQUERQUE SERPA DA SILVA, solteira, contraído perante o M.M. Juiz Dr. Claudio Américo de Miranda Junior e as testemunhas Jeanne Pereira de Lima, Cicero José dos Santos, Ana Paula Sales e Fernando Geraldo Caminha de Souza Filho.

Ele, nascido em ESCADA/PE aos 09 de dezembro de 1975, profissão comerciário domiciliado em * e residente em nesta cidade filho de Genival dos Santos Pereira, falecido, nascido em *, domiciliado em * e residente * e de D. Lucia Maria de Oliveira Pereira, nascida em * e residente em nesta cidade

Ela, nascida em RECIFE/PE aos 10 de julho de 1979, profissão secretaria domiciliada em ** e residente em nesta cidade filha de Gervasio Ferreira da Silva Filho, nascido em *, domiciliado em * e residente nesta cidade e de D. Maria Nazaré Albuquerque Serpa da Silva, nascida em * e residente em nesta cidade

A contraente passa a assinar-se ROBERTA KELLY SERPA DA SILVA PEREIRA

Foram apresentados os documentos exigidos pelo art. 180 N.ºs 1 a 4

do Código Civil. — Observações: Adotaram o regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

O referido é verdade e dou fé.

Escada, 12 de novembro de 2003

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DE ESCADA
Rua Barão de Suassuna, 48-A Escada/PE
Fone: (81) 3534-5511
José Severino de Macedo
Oficial Substituto

José Severino de Macedo
OFICIAL

Cód. 8-3

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Rua Dr. José Henrique, 198 - Térreo - Centro
Escada - PE - CEP 55500-000

Certifico que esta cópia está igual ao original que me foi apresentado. Dou fé

Emolumentos:
Por Rec R\$ 2,81
TSNR R\$ 0,56
Total R\$ 3,37

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Selo de Autenticidade e Fiscalização

Escada/PE 07 JAN. 2015

em Teste.....da verdade

Elias Mathias dos Santos - Titular

Carceffe Mathias Costa dos Santos - 1ª Substituta

Autenticado somente com o selo de autenticidade

BRS038668

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
GEORGE DOS SANTOS PEREIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
3908861 SSP PE

CNPJ
735.723.814-87

DATA NASCIMENTO
09/12/1975

FILIAÇÃO
GENIVAL DOS SANTOS
PEREIRA
LUCIA MARIA DE
OLIVEIRA PEREIRA

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
01120077294

VALIDADE
22/06/2016

1ª HABILITAÇÃO
23/02/2000

OBSERVAÇÕES
sem observações

Assinatura do Portador
George dos S. Pereira

LOCAL
JABOATÃO DOS GUARARAPES - PE

DATA EMISSÃO
27/06/2011

Assinatura do Emissor
05501731051
PE041523539

DET. AN. PE. GERNATEUCO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
410735977

PROIBIDO PLASTIFICAR
410735977



Companhia Energética de Pernambuco
Rua Costa e Silva, 100 - Centro, Recife - PE 50000-000
Fone: (081) 34400100 Fax: (081) 34400101

COOPERATIVA OLIVEIRA PEREIRA

PROPOSTA DE PREÇOS

CPF: 054.023.904-87

ITALIA/ESCADA
ESCADA PE
55500-000

DEPARTAMENTO
DE FISCALIA
FISCALIA
Manufatura

0125810012 12/2014

DATA DE EMISSÃO: 08/01/2015

08/01/2015 14/01/2015

DATA DE VALIDADE: 08/01/2015

179,10

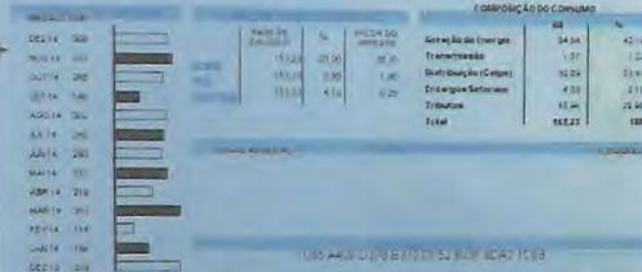
Consumo Atividade:
Contribuição para a Manutenção
Pagamento de Energia

SUMÁRIO: 000.000.000
ANEXO: 0.000.000
VALOR: 153,25
26,54
0,67

TOTAL DA FATURA

179,10

Nº DO REGISTRO	SERIAL	INTERIOR	DATA	ATUAL	IPSE	CONSTANTE	VALOR	CÓDIGO
000001	000001	000001	08/01/2015	08/01/2015	00	000001	000001	000001



A partir de 2012, a Celpe passou a utilizar o sistema de medição de energia elétrica por meio de medidores inteligentes. Este sistema permite a leitura remota dos medidores, o que reduz o risco de erro humano e aumenta a segurança da medição. A Celpe também passou a utilizar o sistema de medição de energia elétrica por meio de medidores inteligentes, o que reduz o risco de erro humano e aumenta a segurança da medição.



CONSUMO	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
CONSUMO	000001	000001	000001	000001	000001	000001	000001

CONTA CONTINUA: 0125810012 12/2014 08/01/2015 179,10



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 8.069.768 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/05/2006

NOME << TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA >>

FILIAÇÃO << DOMINGOS SAVIO CABRAL DA SILVA >>

<< MARIA BETANIA RODRIGUES DA SILVA >>

NATURALIDADE ESCADA - PE DATA DE NASCIMENTO 04/12/1989

DCC ORIGEM << CN 27004 L.A24 F.58V CART. ESCADA-PE 26.12.1989 >>

CPF 073.476.374-30

BE TALEN RUSO GOMES DE SIQUEIRA ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Escada - PE - CEP 55500-000

Está igual ao original que me foi apresentado. Dou fé

Emolumentos:

for Rec R\$ 2,81

SNR R\$ 0,56

Total R\$ 3,37

9 JAN. 2015

Mathias dos Santos - Titular

Mathias Costa dos Santos - 1ª Substituta

Valido somente com o selo de autenticidade

BRM022913

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE PERNAMBUCO 09R-3

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO TAVARES BURIL

COLAR DIREITO

Tânia Maria Cabral da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DE ESCADA

Escada - PE - CEP 55500-000

Está igual ao original que me foi apresentado. Dou fé

Emolumentos:

for Rec R\$ 2,81

SNR R\$ 0,56

Total R\$ 3,37

29 JAN. 2015

Mathias dos Santos - Titular

Mathias Costa dos Santos - 1ª Substituta

Valido somente com o selo de autenticidade

BRM022912



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

NOTA FISCAL • FATURA • CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética de Pernambuco
Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife, Pernambuco - CEP 50050-902
CNPJ 10.835.932/0001-08 | Ins. Est. 0005943-93 | www.celpe.com.brDADOS DO CLIENTE
DOMINGOS SAVIO CABRAL DA SILVAENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA VIG SIMÃO 88

CPF: 517.357.764-91

CENTRO/ESCADA
ESCADA PE
55500-000CLASSIFICAÇÃO
B1 RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MonofásicoCONTA CONTRATO
0123606035 MÊS/ANO
01/2015DATA DE VENCIMENTO
03/02/2015 DATA PREVISTA PRÓXIMA LEITURA
11/02/2015TOTAL A PAGAR (R\$)
126,97

Nº DA NOTA FISCAL	SERIE	EMISSION
001275228	UNICA	13/01/2015
APRESENTAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DA INSTALAÇÃO
27/01/2015	2001728304	105463

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Ativo(kWh)	180,0000000	0,48936348	78,28
Acréscimo Bandeira VERMELHA			2,80
Contribuição Iluminação Pública			13,30
Parcela B1/72 Plano 405000071887			31,28
Juros por atraso-NF 001344282 - 12/11/14			1,29
TOTAL DA FATURA			126,97

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR DATA	LEITURA	ATUAL DATA	LEITURA	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (KWH)
H52888	CAT	13/12/2014	33.202,00	13/01/2015	33.382,00	31	1,00000		180,00

HISTÓRICO DE CONSUMO		INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS			COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
Mês/Ano kWh		BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO		
JAN 15 160					Geração de Energia	35,01 43,17
DEZ 14 153		ICMS 81,09	25,00	20,27	Transmissão	1,01 1,25
NOV 14 148		PIS 81,09	0,50	0,48	Distribuição (Celpe)	18,44 23,87
OUT 14 185		COFINS 81,09	2,75	2,23	Encargos Setoriais	2,85 3,27
SET 14 198					Tributos	22,98 28,34
AGO 14 243					Total	81,08 100
JUL 14 206						
JUN 14 114						
MAI 14 145						
ABR 14 105						
MAR 14 153						
FEV 14 77						
JAN 14 61						
Consumo Ativo(kWh)					TARIFAS APLICADAS	0,35056000
RESERVADO AO FISCO						
23BF B188 F5D3 A88F 18D4 1BAF 7E88 0862						

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

Na data da leitura a bandeira em vigor é a Vermelha. Mais informações em www.aneel.gov.br. Pagamento em atraso gera multa 2% (Res. 414/ANEEL-09/09/10) e juros 1% a.m. (Lei 10.438-26/04/02), no próximo mês. O cliente é compensado quando há violação na continuidade individual ou do nível de tensão de fornecimento. O cliente é compensado quando há descumprimento do prazo definido para os padrões de atendimento comercial.As condições gerais do fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta, em nossas unidades de atendimento e no site www.celpe.com.br

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					NÍVEL DE TENSÃO		
CONJUNTO	VALOR APURADO	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)	LIMITE DE VARIAÇÃO (V)	
ESCADA	NOV/2014					MÍNIMO	MÁXIMO
DIC	1,89	6,15	12,30	24,60	220	201	231
FIC	2,00	3,61	7,22	14,45			
DMIC	1,06	3,63	0,00	0,00			
Limite DI/CI: 12,22					EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição = R\$ 27,57		

CONTA CONTRATO
0123606035 MÊS/ANO
01/2015 DATA DE VENCIMENTO
03/02/2015 TOTAL A PAGAR (R\$)
126,97

83810000001-9 26970011000-3 12360603510-4 01880340103-8



DELEGACIA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
EM SÃO PAULO
RUA MERGENTHALER, 592, BLOCO 1,
MEZANINO (ECT) VILA LEOPOLDINA
CEP: 05311-900 - SÃO PAULO - SP.



Processo - 53.000.057257/2012 - 93

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

Associação de Rad. Cult. E Com. Danúzia Danielle

Rua Vigário Simão, 90 – Centro.

CEP: 555-000 - 000 Escada/PE

TÂNIA MARIA CABRAL DA SILVA

Associação de Rad. Cult. E Com. Danúzia Danielle

Rua Vigário Simão, 90 – Centro.

CEP: 555-000 - 000 Escada/PE

Ministério das Comunicações

Delegacia Regional do Ministério das Comunicações em São Paulo
Rua Mergenthaler, 592, Bloco 1, Mezanino (ECT) - Vila Leopoldina - CEP: 05311-900 - São Paulo-SP.
Fone: (11) 3101-0123

Memo. nº 1329/2015/SEI-MC

São Paulo, 27 de abril de 2015

À Coordenação de Análise de Denúncias

Assunto: **Informação sobre entidades comunitárias que pleiteiam a Renovação de Outorga**

Solicitamos informações acerca da existência de eventuais Processos de Apuração de Infração (concluídos ou em trâmite) instaurados em face das entidades abaixo, autorizadas para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

<u>Entidade</u> <u>Localidade</u>	<u>CNPJ</u>	
01. Associação Rádio Comunitária Estância Velha - AERCOM FM Estância Velha/RS	02.488.296/0001-67	
02. Associação Beneficente Cultural Comunitária de Brasilândia de Minas Brasilândia de Minas/MG	03.091.239/0001-02	
03. Associação Comunitária 29 de Dezembro - ACVD Cruz do Capibaribe/PE	02.286.253/0001-07	Santa
04. Associação Cultural Comunitária de Pedreira Pedreira/SP	01.585.086/0001-24	
05. Associação de Moradores do Serra Verde Alegre/RS	02.683.487/0001-80	Porto
06. Movimento Teatral Ziriguidum Art Circus Pesqueira/PE	02.351.731/0001-07	
07. Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danuzia Danielle Escada/PE	03.407.938/0001-19	
08. Associação Comunitária Feminina de Montalvânia Montalvânia/MG	01.903.554/0001-61	
09. Associação Comunitária de Radiodifusão e Desenvolvimento Cultural		

de Mutum - ACORDECUM
Mutum/MG

02.615.534/00041-58

10. Associação Comunitária Desenvolvimento Artístico Cultural Informa-

tivo e Social de Mirassol D'Oeste
Mirassol D'Oeste/MT

02.839.951/0001-84

11. Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Valinhos
Valinhos/SP

02.130.718/0001-28

12. Associação Comunitária Padre Constantino Zajkowski
Feliciano/RS

01.571.761/0001-66 Dom

Atenciosamente.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 28/04/2015, às 10:22, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0478553** e o código CRC **8CD3E6C9**.


[Menu Principal](#)

 Sistemas
Interativos

[SRD >>> Consultas >>> Geral](#) | [menu](#) [ajuda](#)

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: PE
Município: Escada
Canal: 253
Fase: 3

Distrito:
Sub Distrito:
Local Especifico:

Dados da Entidade

Entidade: ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE
Nome Fantasia: RÁDIO DIGITAL FM
Logradouro: RUA VIGÁRIO SIMÃO
Telefone: (81) 35342009
Situação: Entidade devedora (Bloqueada)

CNPJ: 03.407.938/0001-19
Bairro: CENTRO
Número: 90
Fax: Não Informado

+ Dados da Outorga

- Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza
55	Portaria	MC	22/02/2001	12/03/2001	Autoriza Executar Serviço	Jur.
21935	ATO	SCM	09/01/2002	18/01/2002	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
390	Decreto Legislativo	CN	12/12/2002	13/12/2002	Deliber. do C. Nacional	Jur.
36048	ATO	SCM	19/05/2003	20/05/2003	Autoriza o Uso de Radiofrequência de RADCOM	Téc.
63	Portaria	MC	05/03/2010	27/06/2010	Multa	Jur.

+ Característica da Estação Instalada

+ Dados do Licenciamento

[Tela Inicial](#)
[Imprimir](#)



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 518, DE 11 DE JUNHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 13, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 2.108, de 24 de dezembro de 1996, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.002699/2008, e do PARECER Nº 0098 - 1.07/2010/JSN/CGCE/CONJUR-MC/AGU, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão à FUNDAÇÃO LIDERBRASIL, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de João Câmara, Estado do Rio Grande do Norte.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorga em sua proposta.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

PORTARIA Nº 525, DE 14 DE JUNHO DE 2010

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, observado o disposto no artigo 21, inciso XII, alínea "a", da Constituição Federal, e no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.060047/2007-73, resolve:

Art. 1º Consignar à TV CARIOBA COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Americana, Estado de São Paulo, o canal 24 (vinte e quatro) correspondente à faixa de frequência 530 - 536 MHz, para a transmissão digital do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na mesma localidade.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos, e do Decreto nº 5.820, de 29 de junho 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União, em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 27 de fevereiro de 2009

Processo nº 53545.002003/2004.

Nº 1.331 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela BRASIL TELECOM S/A - FILIAL MATO GROSSO, CNPJ/MF nº 76.535.764/0329-32, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, no Setor 23 do Plano Geral de Outorgas - PGO, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho nº 1.541/2008-CD, de 28 de maio de 2008, nos autos do processo em epígrafe, instaurado para averiguação do cumprimento das metas estabelecidas no art. 8º, inciso III, do Plano Geral de Metas de Universalização - PGMU, aprovado pelo Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998, decidiu, por meio da Reunião nº 512, de 12 de fevereiro de 2009, conhecer do Pedido de Reconsideração, para, no mérito, dar a ele provimento parcial, no sentido de descaracterizar a sanção de multa somente quanto ao Telefone de Uso Público (TUP) distante 320 metros na localidade de Rondonópolis, no Estado do Mato Grosso, mantendo integralmente as demais sanções aplicadas em decorrência de infrações tipificadas no Despacho nº 054/2007/UNACO/UNAC/SUN, de 29 de março de 2007, nos termos e fundamentos constantes da Análise nº 076/2009-GCAB, de 5 de fevereiro de 2009.

Em 7 de junho de 2010

Processo nº 53500.027677/2006.

Nº 4.601 -O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração interposto pela Telemar Norte Leste S/A - OI, CNPJ/MF nº 33.000.118/0008-45, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) no Setor 17 do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra decisão do Conselho Diretor expressa no Despacho nº 8.048/2009-CD, de 16 de novembro de 2009, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objetivo a averiguação de descumprimento de metas estabelecidas no Plano Geral de Metas de Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público, aprovado pelo Decreto nº 2.592, de 15 de maio de 1998, decidiu, em

sua Reunião nº 565, realizada em 27 de maio de 2010, conhecer do Pedido para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 366/2010-GCJR, de 19 de maio de 2010.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 244, DE 11 DE JUNHO DE 2010

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 4º da Portaria MC nº 447 de 09 de agosto de 2007, e considerando a Informação nº 31/2010-DIALC/DEAA/SCE/MC, resolve:

Art. 1º Homologar:

a) a utilização da denominação de fantasia "RÁDIO MERIDIONAL FM DE SINOP" utilizada pela SOCIEDADE RÁDIO EDUCADORA DE CUIABÁ LTDA. nas transmissões de sua estação de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de Sinop, Estado do Mato Grosso;

b) a utilização da denominação de fantasia "RÁDIO ARAGUAIA FM" utilizada pela SOCIEDADE RÁDIO EDUCADORA DE CUIABÁ LTDA. nas transmissões de sua estação de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no Município de São Felix do Araguaia, Estado do Mato Grosso.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ VICENTE DOS SANTOS

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 16, DE 19 DE JANEIRO DE 2010

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.044897/2008. Aplicar à a RBN - Rede Brasil Norte de Televisão Ltda., executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, na cidade de Porto Velho/RO, a pena de multa no valor de R\$ 4.242,08, por contrariar o disposto no item 9.3.5 do Regulamento Técnico para a Prestação de Serviços de Radiodifusão de Sons e Imagens e de Retransmissão de Televisão e artigo 18 da Resolução Anatel nº 303/2002.

MARCELO JOSÉ DUDEQUE

PORTARIA Nº 20, DE 14 DE JANEIRO DE 2009

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.002654/2006. Aplicar à Servisat Radiodifusão Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, na cidade de Abaetetuba/PA a pena de multa no valor de R\$ 851,92, por contrariar o disposto nos artigos 27 e 45 do Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anulares do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA

PORTARIA Nº 35, DE 3 DE MARÇO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.010431/2009. Aplicar à a Associação Vale Teles Pires de Comunicação, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Sinop/MT, a pena de multa no valor de R\$ 1.197,28, por contrariar o disposto no artigo 40, inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

EDINEIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIAS DE 5 DE MARÇO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo, resolve:

Nº 61 - Processo nº 53000.041090/2008. Aplicar à Proware 2000 Telecomunicação Som e Imagem Ltda., executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na cidade de Serra Negra/SP, a pena de multa no valor de R\$ 674,87 (seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e sete centavos), por contrariar o disposto no artigo 28 item 12, alínea "h" do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.

Nº 63 - Processo nº 53000.044398/2008. Aplicar à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Escada/PE, a pena de multa no valor de R\$ 438,24, por contrariar o disposto no artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária e artigos 18 e 21, inciso IV da Lei nº 9.612/98.

Nº 65 - Processo nº 53000.012698/2008. Aplicar à Associação Cultural Belo Jardim, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Belo Jardim/PE, a pena de multa no valor de R\$ 438,24, por contrariar o disposto no artigo 18 da Lei nº 9.612/98.

Nº 66 - Processo nº 53000.027026/2008. Aplicar à Associação Cambaraense de Rádio Comunitária, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Cambará/PR, a pena de multa no valor de R\$ 1.314,72, por contrariar o disposto no artigo 40, inciso XII do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária e nos artigos 16 e 21, inciso IV da Lei nº 9.612/98.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 70, DE 17 DE MARÇO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - Interina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.043023/2009. Aplicar à a Fundação Vingt Rosado, executante do serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Mossoró/RN, a pena de multa no valor de R\$ 1.539,36, por contrariar o disposto no artigo 13 do Decreto-lei nº 236/67.

EDINEIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIAS DE 26 DE MARÇO DE 2010

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - INTERINA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta dos processos abaixo, resolve:

Nº 71 - Processo nº 53000.018071/2008. Aplicar à Associação Comunitária Cultural de Tocantins, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Tocantins/MG, a pena de multa no valor de R\$ 520,62, por contrariar o disposto no artigo 40, inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Nº 72 - Processo nº 53000.016428/2008. Aplicar à Associação Prestadora de Serviços da Comunidade de Perdizes, executante do serviço de radiodifusão comunitária, na cidade de Perdizes/MG, a pena de multa no valor de R\$ 520,62, por contrariar o disposto no artigo 40, inciso XV do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

EDINÉIA PEREIRA DA COSTA

PORTARIA Nº 113, DE 13 DE MARÇO DE 2009

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo nº 53000.001764/2008. Aplicar à Fundação Calmerinda Lanzillotti, executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativa, na cidade de Brasília/DF a pena de multa no valor de R\$ 867,70, por contrariar o disposto no artigo 40 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão.

ESMERALDA EUDÓXIA GONÇALVES TEIXEIRA

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

Coordenação de Análise de Denúncias

DESPACHOProcesso nº: **53900.029991/2015-10**Interessado(a): **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E
COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE**

Em atenção ao Memorando nº 1329/2015/SEI-MC, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Descrição	Nº Processo	Situação Atual
Registros de PAIs ativos	53000.000829/2014	<ul style="list-style-type: none">• Em trâmite;• Processo aguardando análise de documentos;• Irregularidade: em apuração, razão pela qual não dispomos de informação acerca de eventuais irregularidades.
Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD*)	53000.044398/2008	<ul style="list-style-type: none">• PAI encerrado. Verificar relatório do SRD (0557963);• Portaria nº 63, de 05/03/2010, publicada no Diário Oficial da União de 25/07/2010 - MULTA (0558233);• Infração: art. 40 do Decreto nº 2.615/98 e artigos 18 e 21, inciso IV, da Lei nº 9.612/98 (data de ocorrência: 12/09/2008).

* SRD - Sistema de Controle de Radiodifusão

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira**, **Coordenador-geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 01/07/2015, às 09:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0558182** e o código CRC **29BB9F52**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

NOTA TÉCNICA Nº 7918/2015/SEI-MC

Processo nº: **53000.057297/2012-93**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Escada/PE**, por meio da Portaria nº **55**, publicada no DOU de 12/03/2001, e Decreto Legislativo nº **390**, publicado no DOU de 13/12/2002.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária se expirou em 13/12/2012. A entidade, que doravante passa a ser tratada como requerente, apresentou seu pedido de renovação de outorga em 24/11/2012, (páginas 02 a 05 do evento SEI 0216351), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, Parágrafo Único da Lei nº 9.612/1998 e do subitem 20.2 da Norma nº 01/2011, aprovada pela Portaria nº 462/2011.

REQUERENTE
Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle

QUADRO DIRETIVO
<p>Tania Maria Cabral da Silva - Presidente</p> <p>Odéia Anselmo Alves da Silva - Vice-Presidente</p> <p>George dos Santos Pereira - Secretário Geral</p> <p>Elias Estevão de Lima - Tesoureiro</p> <p>Lanira Alves de Barros - Diretora de Patrimônio</p> <p>Amaro Francisco dos Santos Junior - Diretor Cultural e de Comunicação</p>

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612/1998 e a Norma nº 01/2011, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

ITEM		ANÁLISE
1.	Estatuto social registrado em conformidade com os preceitos do Código Civil e adequado às finalidades da Lei nº 9.612, de 1998, e aos pressupostos da Norma nº 01/2011.	Ok, páginas 53 a 64 do evento SEI (0216351)
2.	Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.	Ok, páginas 06 a 10 do evento SEI (0400242) do documento 53000.011100/2015

		53900.011189/2015-73
3.	Comprovantes relativos à maioria e nacionalidade e CPF dos dirigentes.	Ok, páginas 19, 21, 23, 25, 28, 29 e 31 do evento SEI (0400242) do documento 53900.011189/2015-73
4.	Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	Ok, página 78 do evento SEI (0216351)
5.	Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel.	Ok, página 83 do evento SEI (0216351)
6.	Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual.	Ok, página 08 do evento SEI (0216351)

7.	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.	Ok, páginas 27 a 29 do evento SEI (0216351)
----	--	---

4. Existe apontamento quanto a processos de apuração de infração atribuídos para a entidade, conforme informação da Coordenação de Análise de Denúncias, evento SEI 0558182 processo anexado 53900.029991/2015-10.

CONCLUSÃO

5. Diante do exposto, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária posiciona-se pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugerimos, ainda, que o processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado das Comunicações, com prévia oitiva da Consultoria Jurídica

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Elaine Akemi Nishida, Analista Tec Administrativo**, em 07/07/2015, às 14:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Thiago d'Arolla Pedrosa Galvão, Delegado**, em 07/07/2015, às 15:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adolpho Henrique Almeida Loyola, Diretor do Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 20/07/2015, às 12:09, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016. Nº de Série do Certificado: 1237852



Documento assinado eletronicamente por **Emiliano José da Silva Filho**, **Secretário Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 04/08/2015, às 15:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0464592** e o código CRC **3578A07A**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EM Nº XX/20xx/SEI-MC

de XX de xxxxxxxx de 20XX

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.057297/2012-93**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à **Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Escada / PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº XXXX/20XX/SEI-MC

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057297/2012-93 e nº 53103.000543/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Escada / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.
6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.
7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.
8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.
9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.
10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.
12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.
13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30

de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.
20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.
21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.
22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).
23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.
24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).
25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.
26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.
27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.
28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.
30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.
32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.
33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			

2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.			
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.			
9	Relatório de apuração de infrações.			
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?			
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.			

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano**, Consultor



Jurídico, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Borges de Carvalho, Assessor do Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 18:18, conforme art. 3º, III, "a", da Portaria MC 89/2014.

Nº de Série do Certificado: 4809944487027627816



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562589** e o código CRC **133A832C**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 3 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:15:56.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer N° 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Alan Emanuel Cavalcante Trajano, Consultor Jurídico**, em 19/06/2015, às 14:36, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0562688** e o código CRC **B52A7303**.

Criado por [lucas.carvalho](#), versão 2 por [lucas.carvalho](#) em 19/06/2015 08:17:37.

DESPACHO

Processo nº: 53900.030496/2015-53

De ordem, encaminhe-se ao Departamento de Acompanhamento e Avaliação.



Documento assinado eletronicamente por **Barbara Christiane Miranda de Araujo**, **Assistente Técnico**, em 22/06/2015, às 11:54, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **0565335** e o código CRC **91235FFD**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Criado por [denielle.silva](#), versão 2 por [denielle.silva](#) em 22/06/2015 11:28:21.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Eletrônica

Departamento de Acompanhamento e Avaliação

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo n.: 53000.057297/2012-93

Considerando o disposto no **Parecer Referencial 475/2015/SEI-MC**, de 19 de junho de 2015, notadamente quanto ao seu item 32 (cópia constante dos autos, 0592309), atesto que os documentos instrutórios do presente pedido de renovação se enquadram na situação de dispensa de análise individualizada pela CONJUR, conforme lista abaixo, de acordo com o previsto no Anexo do referido Parecer:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	PÁGINA E EVENTO SEI
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.	X		Páginas 02 a 05 do evento SEI 0216351
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.	X		Página 78 do evento SEI (0216351)
3	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	X		Página 83 do evento SEI (0216351)
4	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.	X		Página 08 do evento SEI (0216351)
5	Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.	X		Páginas 53 a 64 do evento SEI (0216351)
6	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas	X		Páginas 06 a 10 do evento SEI (0400242) do documento 53900.011189/2015-73
7	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.	X		Páginas 19, 21, 23, 25, 28, 29 e 31 do evento SEI (0400242) do documento 53900.011189/2015-73
8	Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.	X		Páginas 27 a 29 do evento SEI (0216351)

9	Relatório de apuração de infrações	X		Evento SEI 0558182 processo anexado 53900.029991/2015-10
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		X	
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		X	



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 16/07/2015, às 14:23, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0592318** e o código CRC **98516994**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

PORTARIA Nº 3618/2015/SEI-MC

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057297/2012-93 e nº 53103.000543/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Escada / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/08/2015, às 18:46, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0644803** e o código CRC **845F74E9**.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1.Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº **53000.057297/2012-93**, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à **Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Escada / PE.

2.Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

RICARDO BERZOINI



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO JOSÉ RIBEIRO BERZOINI, Ministro de Estado das Comunicações**, em 19/08/2015, às 18:45, conforme art. 3º, III, "a", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.

Nº de Série do Certificado: 1237855



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0644819** e o código CRC **128E2304**.



Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.618, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.057297/2012-93 e nº 53103.000543/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIO-DIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Escada / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.619, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.069957/2013-60 e nº 53700.001972/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA RADIO GAUCHA FM DE BATAGUASSU, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Bataguassu/MS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.621, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.048835-2013-30 e nº 53103.000553/1999, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 15/03/2014, a autorização outorgada ao MOVIMENTO TEATRAL ZIRIGUIDUM ART CIRCUS, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pesqueira / PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.622, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071599/2013-55 e nº 53740.001704/1998-71, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICO DE RENASCENÇA - ACCAR, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Renascença / PR.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.623, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.026610/2013-22 e nº 53830.001923/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA AMIGOS DE PAULO DE FARIA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Paulo de Faria / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.624, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.029836/2013-85 e nº 53790.001119/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 30/07/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO SERRA VERDE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Porto Alegre/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.625, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.059223/2013-72 e nº 53790.000169/2000, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO RADIO COMUNITÁRIA NOVA ESPERANÇA FM CULTURAL E COMUNICAÇÃO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Nova Esperança do Sul/RS.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.627, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.006807/2013-45 e nº 53830.001941/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 22/11/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DE PEDREIRA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Pedreira / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.628, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.065557/2013-85 e nº 53710.000923/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à CENTRO SOCIAL EDUCACIONAL E CULTURAL DE RIO PRETO - MG, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Rio Preto/MG.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.629, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.053259/2013-42 e nº 53830.002517/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 03/02/2014, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA SERRANA, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Ribeirão Pires / SP.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.630, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.026302/2013-05 e nº 53103.000592/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 27/06/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA 29 DE DEZEMBRO, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Santa Cruz do Capibaribe/PE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do §3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 3.631, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53000.071627/2013-34 e nº 53650.002604/1998, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 18/08/2013, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E CULTURAL COMUNITÁRIA DE MERUOCA - ABCCM, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Meruoca / CE.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.057297/2012-93

Referência: Portaria nº 3.618, de 19 de agosto de 2015.

Interessado: Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a publicação, na Seção 1 do Diário Oficial da União de 25/08/2015, da Portaria nº 3.618, de 19/08/2015, que *“Renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Escada-PE”*, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 26 de agosto de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 27/08/2015, às 15:21, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0684733** e o código CRC **17145103**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057297/2012-93**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Cultural E Comunitária Danuzia Danielle (digital Fm)**

Assunto: Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República.

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 3618, de 19/08/2015, no Diário Oficial da União de 25/08/2015, que renova a outorga da entidade para executar o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de **Escada/PE**, consoante com o disposto no § 3º do art. 223 da Constituição, encaminhe-se o processo n.º **53000.057297/2012-93**, em cópia autenticada, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 01/09/2015, às 17:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0692535** e o código CRC **B0E637DA**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.057297/2012-93

Interessado: Associação de Radiodifusão Cultural E Comunitária Danuzia Danielle (digital Fm)

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Ministro de Estado das Comunicações.

Brasília, 15 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Moraes Checchio**, **Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 15/10/2015, às 11:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0769442** e o código CRC **F7FDCE01**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057297/2012-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Escada / PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

ANDRÉ FIGUEIREDO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **ANDRÉ PEIXOTO FIGUEIREDO LIMA, Ministro de Estado das Comunicações**, em 01/12/2015, às 09:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0777205** e o código CRC **855415A3**.

Brasília, 03 de março de 2016.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057297/2012-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Escada / PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUIÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela [Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011](#), serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que

dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

1 Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.

1.1. O requerimento é tempestivo?

2 Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e

SI	NÃ	Fls. /
M	O	nº do
		doc.

equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

- 3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.
- 4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.
- 5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.
- 6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.
- 7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.
- 8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.
- 9 Relatório de apuração de infrações.
- 9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?
- 9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

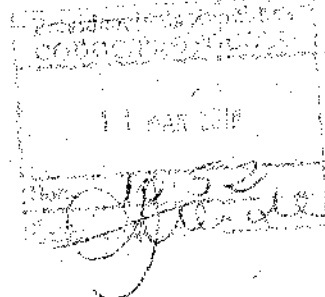
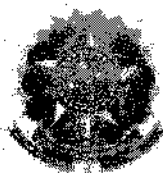
ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano
Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 721 – 70044-900 Brasília-DF - Tel.: (61) 2027-6242 / 6225

Ofício nº 7295/2016/SEI-MC

Ao Senhor

ADAUTO MODESTO JÚNIOR

Subchefe-Adjunto da Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República

Palácio do Planalto – 4º andar
70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Processos (encaminha)**

Senhor Subchefe-Adjunto,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos impressos a partir de arquivos digitais com valor de original:

EM nº 142/2016 MC

- 53000.056631/2011

EM nº 140/2016 MC

- 53000.027802/2007

EM nº 143/2016 MC

- 53000.058587/2011

EM nº 144/2016 MC

- 53000.056608/2011

EM nº 145/2016 MC

- 53000.058076/2011

EM nº 146/2016 MC

- 53000.057442/2011

EM nº 147/2016 MC

- 53000.019259/2014

EM nº 149/2016 MC

- 53000.008124/2013

EM nº 150/2016 MC

- 53000.056221/2011

EM nº 151/2016 MC

- 53000.056610/2011

EM nº 152/2016 MC

- 53000.028629/2012

EM nº 153/2016 MC

- 53000.031930/2012

EM nº 154/2016 MC

- 53000.044171/2012

EM nº 155/2016 MC

- 53000.058142/2011

EM nº 156/2016 MC

- 53000.058134/2011

EM nº 157/2016 MC

- 53000.073739/2012

EM nº 158/2016 MC

- 53000.029374/2013

EM nº 159/2016 MC

- 53000.006400/2014

EM nº 160/2016 MC

- 53000.053259/2013

EM nº 161/2016 MC

- 53000.026302/2013

EM nº 162/2016 MC

- 53000.040866/2012

EM nº 163/2016 MC

- 53000.031924/2012

EM nº 164/2016 MC

- 53000.057297/2012

EM nº 165/2016 MC

- 53000.048835/2013

EM nº 166/2016 MC

- 53000.053992/2010

EM nº 167/2016 MC

- 53000.006813/2013

EM nº 168/2016 MC

- 53000.024276/2012

EM nº 170/2016 MC

- 53000.048613/2013

Atenciosamente,

ADRIANA ROSA DOS SANTOS
Coordenadora-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 10/03/2016, às 14:57, conforme art. 3º, III, "b", da Portaria MC 89/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1009057** e o código CRC **4B90CA37**.

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE**

DESPACHO

Processo nº: 53000.057297/2012-93

Referência: Ofício nº 7295/2016/SEI-MC, de 10 de março de 2016.

Assunto: Restituição de processo.

Destinatário: SCE

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 7295/2016/SEI-MC, de 10 de março de 2016, à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica deste Ministério.

Brasília, 14 de março de 2016.



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Rosa dos Santos, Coordenadora-Geral de Serviços do Gabinete**, em 14/03/2016, às 12:36, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1019752** e o código CRC **1D00D111**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 17770/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

Representante Legal da Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle

Rua Vigário Simões, 90 - Centro

55.555-000 / Escada - PE

CNPJ nº 03.407.938/0001-19

Assunto: **Renovação da Outorga / Processo nº 53000.057297/2012-93.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informamos que a outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária concedida à Associação de Radiodifusão Cultural E Comunitária Danuzia Danielle, sediada em **Escada - PE**, foi renovada pelo prazo de dez anos, a partir de **13 de dezembro de 2012**, conforme Portaria nº 3.618, de 19 de agosto de 2015, publicada no DOU de 25 de agosto de 2015.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 18/05/2016, às 14:28, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1138991** e o código CRC **9E344F9D**.

Ofício nº 17770/2016/SEI-MC - Processo nº 53000.057297/2012-93

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO

SCE/CGRC

OFÍCIO nº 17770/ 2016/SEI-MCTIC, de 18/05/2016

ENDEREÇO / ADDRESS

Nº DO PROCESSO: 53000.057297/2012-93

TANIA MARIA CABRAL DA SILVA

ASS. DE RADIOD. CULT.E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE

RUA VIGÁRIO SIMÕES, 90 - CENTRO

CEP / CODE POSTAL

55.555-000

ESCADA - PE

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

31/05/16

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

fernando cabral

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

4495029

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

 Tacio Kleber
 Carteiro
 Matr. 8.508.414-0
 CORREIO

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

DR-PE

**AVISO DE
RECEBIMENTO****AR****AVIS CN07**

JO 39168283 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>			
:	h	:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicações
Departamento de Defesa de Serviços de Comunicações
Edifício dos Ministérios, Bloco R, Anexo
Poder Judiciário - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL
BRÉSIL****ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR**

A-29

T-1

Ofício nº 0252/2016 - SAJ

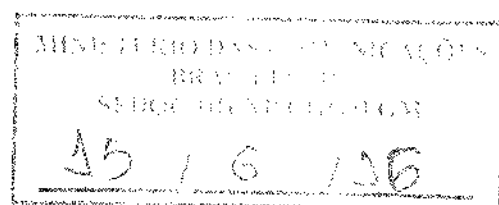
Em 8 de junho de 2016.

Ao Senhor

ARLEY AYRES

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
BRASÍLIA/DFAssunto: **Restituição de Exposições de Motivos.**

Senhor Chefe de Gabinete,



Restituo a Vossa Senhoria, para reavaliação pelo novo titular da pasta competente para a matéria, os processos e as Exposições de Motivos abaixo relacionadas:

Quantidade	Nº da EXM - MC	Nº Processo
1	336/2015 - MC	53000.042680/2010-85
2	79/2016 - MC	53000.046522/2011-85
3	70/2016 - MC	53000.058125/2011-56
4	115/2016 - MC	53000.038016/2006-55
5	131/2016 - MC	53000.008174/2012-29
6	139/2016 - MC	53000.040064/2011-71
7	136/2016 - MC	53000.050136/2011-98
8	127/2016 - MC	53000.040711/2013-14
9	74/2016 - MC	53000.006880/2013-17
10	132/2016 - MC	53000.061475/2011-08
11	128/2016 - MC	53000.059721/2011-53
12	134/2016 - MC	53740.000060/2002-03
13	135/2016 - MC	53000.026815/2009-21
14	86/2016 - MC	53000.056634/2011-44
15	58/2016 - MC	53000.046522/2013-47
16	84/2016 - MC	53000.048414/2012-28
17	138/2016 - MC	53000.057121/2013-12
18	358/2015 - MC	53000.056640/2013-63
19	340/2015 - MC	53000.005277/2007-70
20	213/2015 - MC	53000.014911/2007-65
21	385/2015 - MC	53000.003696/2007-77

22	350/2015 - MC	53000.015437/2009-51
23	89/2016 - MC	53000.045180/2012-67
24	10/2016 - MC	53000.071599/2013-55
25	306/2015 - MC	53000.003644/2010-04
26	304/2015 - MC	53000.039692/2010-22
27	88/2016 - MC	53000.058119/2011-07
28	333/2016 - MC	53000.015435/2013-48
29	332/2015 - MC	53000.000298/2013-47
30	8/2016 - MC	53000.006807/2013-45
31	7/2016 - MC	53000.026610/2013-22
32	2/2016 - MC	53000.029406/2013-63
33	354/2015 - MC	53000.046795/2012-19
34	305/2015 - MC	53000.013513/2010-27
35	363/2015 - MC	53000.041617/2013-74
36	104/2016 - MC	53000.058133/2011-01
37	4/2016 - MC	53000.004800/2014-70
38	341/2015 - MC	53000.065263/2007-13
39	101/2016 - MC	53000.058136/2011-36
40	362/2015 - MC	53000.025840/2007-26
41	346/2015 - MC	53000.062713/2007-16
42	347/2015 - MC	53000.010896/2008-67
43	307/2015 - MC	53720.000299/2000-41
44	351/2015 - MC	53000.010790/2008-63
45	102/2016 - MC	53000.058139/2011-70
46	5/2016 - MC	53000.059200/2013-68
47	328/2015 - MC	53000.006271/2010-15
48	287/2015 - MC	53000.016325/2014-84
49	98/2016 - MC	53000.051583/2012-45
50	353/2015 - MC	53000.049480/2012-15
51	359/2015 - MC	53000.056251/2011-76
52	337/2015 - MC	53000.056648/2012-49
53	9/2016 - MC	53000.069868/2013-13
54	302/2015 - MC	53000.003848/2010-37
55	379/2015 - MC	53000.065326/2013-71
56	375/2015 - MC	53000.040135/2013-05
57	380/2015 - MC	53000.059407/2013-32
58	303/2015 - MC	53000.006481/2010-11
59	301/2015 - MC	53720.000225/2002-77
60	309/2015 - MC	53790.000211/2000-68
61	60/2016 - MC	53000.015829/2013-04
62	87/2016 - MC	53000.065857/2011-01
63	59/2016 - MC	53000.069974/2013-05
64	170/2016 - MC	53000.048613/2013-17
65	154/2016 - MC	53000.044171/2012-59
66	164/2016 - MC	53000.057297/2012-93
67	117/2016 - MC	53000.057904/2011-34
68	125/2016 - MC	53000.057221/2011-87
69	168/2016 - MC	53000.024276/2012-91
70	105/2016 - MC	53000.062227/2013-38
71	61/2016 - MC	53000.039068/2013-78

72	94/2016 – MC	53000.055771/2011-61
73	93/2016 – MC	53000.019647/2013-02
74	96/2016 – MC	53000.056635/2011-99
75	52/2016 – MC	53000.056637/2011-88
76	360/2015 – MC	53000.056644/2011-80
77	361/2015 – MC	53000.052145/2007-37
78	355/2015 – MC	53000.015189/2014-13
79	364/2015 – MC	53000.028014/2012-04
80	324/2015 – MC	53000.014329/2010-02
81	103/2016 – MC	53000.065035/2012-01
82	383/2015 – MC	53000.051948/2006-93
83	323/2015 – MC	53000.042099/2010-63
84	214/2015 – MC	53000.063955/2006-38
85	1/2016 – MC	53000.02.0436/2013-12
86	162/2016 – MC	53000.040866/2012-61
87	153/2016 – MC	53000.031930/2012-13
88	149/2016 – MC	53000.008124/2013-22
89	143/2016 – MC	53000.058587/2011-73
90	147/2016 – MC	53000.019259/2014-02
91	167/2016 – MC	53000.006813/2013-01
92	144/2016 – MC	53000.056608/2011-16
93	163/2016 – MC	53000.031924/2012-66
94	120/2016 – MC	53000.029031/2013-31
95	371/2015 – MC	53000.068928/2007-32
96	3/2016 – MC	53000.055380/2013-17
97	376/2015 – MC	53000.040584/2013-45
98	367/2015 – MC	53000.063230/2005-69
99	365/2015 – MC	53000.070758/2013-02
100	272/2015 – MC	53000.014022/2013-46
101	243/2015 – MC	53000.019342/2008-25
102	279/2015 – MC	53000.068058/2013-40
103	286/2015 – MC	53000.058945/2013-18
104	80/2016 – MC	53000.040134/2011-91
105	77/2016 – MC	53000.070233/2013-69
106	75/2016 – MC	53000.062335/2013-19
107	68/2016 – MC	53000.031942/2012-48
108	6/2016 – MC	53000.060033/2013-06
109	378/2015 – MC	53000.046274/2013-34
110	366/2015 – MC	53000.056194/2013-97
111	81/2016 – MC	53000.016939/2012-02
112	273/2015 – MC	53000.041679/2013-86
113	63/2016 – MC	53000.065780/2013-22
114	269/2015 – MC	53000.058466/2011-21
115	197/2015 – MC	53000.059414/2011-72
116	319/2015 – MC	53000.003556/2012-66
117	266/2015 – MC	53000.007034/2013-14
118	67/2016 – MC	53000.020798/2013-03
119	55/2016 – MC	53000.056642/2011-91
120	62/2016 – MC	53000.058131/2011-11
121	54/2016 – MC	53000.061913/2013-91

122	211/2015 – MC	53000.057294/2012-50
123	193/2015 – MC	53000.016307/2011-50
124	261/2015 – MC	53000.045699/2010-83
125	281/2015 – MC	53000.019532/2013-18
126	298/2015 – MC	53000.022860/2008-26
127	219/2015 – MC	53000.029611/2007-81
128	294/2015 – MC	53000.007687/2014-84
129	228/2015 – MC	53000.054050/2012-15
130	192/2015 – MC	53000.031931/2012-68
131		
132	278/2015 – MC	53000.007050/2013-15
133	277/2015 – MC	53000.068456/2013-66
134	252/2015 – MC	53650.000357/2002-70
135	244/2015 – MC	53000.051345/2007-72
136	207/2015 – MC	53000.019584/2007-38
137	257/2015 – MC	53710.000326/2002-67
138	263/2015 – MC	53000.007834/2008-78
139	194/2015 – MC	53000.024307/2008-28
140	199/2015 – MC	53000.046729/2011-50
141	288/2015 – MC	53000.028473/2013-61
142	71/2016 – MC	53000.052021/2011-38
143	78/2016 – MC	53000.045558/2013-11
144	271/2015 – MC	53000.055786/2012-19
145	283/2015 – MC	53000.041134/2011-16
146	65/2016 – MC	53000.057914/2011-70
147	227/2015 – MC	53000.048732/2013-70
148	291/2015 – MC	53000.015610/2013-05
149	292/2015 – MC	53000.034808/2013-80
150	285/2015 – MC	53000.070495/2013-23
151	265/2015 – MC	53000.046584/2006-20
152	234/2015 – MC	53000.057324/2005-07
153	106/2016 – MC	53000.004549/2005-52
154	159/2016 – MC	53900.006400/2014-55
155	150/2016 – MC	53000.056221/2011-60
156	151/2016 – MC	53000.056610/2011-95
157	152/2016 – MC	53000.028629/2012-22
158	108/2016 – MC	53000.037683/2007-00
159	146/2016 – MC	53000.057442/2011-55
160	161/2016 – MC	53000.026302/2013-05
161	158/2016 – MC	53000.029374/2013-04
162	166/2016 – MC	53000.053992/2010-14
163	155/2016 – MC	53000.058142/2011-93
164	140/2016 – MC	53000.027802/2007-16
165	109/2016 – MC	53670.002069/2002-11
166	157/2016 – MC	53000.073739/2012-49
167	142/2016 – MC	53000.056631/2011-19
168	145/2016 – MC	53000.058076/2011-51
169	160/2016 – MC	53000.053259/2013-42
170	156/2016 – MC	53000.058134/2011-47
171	229/2015 – MC	53000.038653/2013-51

172	232/2015 – MC	53000.056240/2011-96
173	83/2016 – MC	53000.020068/2012-13
174	82/2016 – MC	53000.055763/2011-15
175	73/2016 – MC	53000.057295/2012-02
176	85/2016 – MC	53000.071796/2013-74
177	66/2016 – MC	53000.051987/2012-39
178	165/2016 – MC	53000.048835/2013-30
179	275/2015 – MC E 276/2015	53710.000552/2002-48

Atenciosamente,



ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Chefe de Gabinete da Subchefia para Assuntos Jurídicos da
Casa Civil da Presidência da República

EM nº 00164/2016 MC

66

Brasília, 7 de Março de 2016



Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057297/2012-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Escada / PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Andre Peixoto Figueiredo Lima

PARECER Nº 475 / 2015 / SEI-MC

PROCESSO Nº 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

4. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

5. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

6. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 60% dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Judiciais se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de mil processos idênticos em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica – SCE, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

7. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

8. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

9. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

10. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.II. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

11. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

12. Por sua vez, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

13. O primeiro requisito tem a ver com a tempestividade do requerimento por meio do qual a entidade manifesta interesse em continuar a prestar o serviço. A análise da tempestividade deve observar o disposto na Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013:

Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2[1] da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará

prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação.

14. Dessa maneira, a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga, nos termos do art. 1º, §§ 2º e 3º da Portaria nº 197/2013 acima transcritos. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

15. Verificada a tempestividade do requerimento, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial do item 20.3, da Norma nº 01/2011, com a redação dada pela Portaria nº 197/2013:

(1) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

(2) certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel;

(3) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual;

(4) documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social;

(5) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(6) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(7) último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1[2] da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora;

(8) Relatório de apuração de infrações da entidade durante o prazo de vigência da outorga.

16. A respeito desses documentos cabe tecer algumas considerações adicionais.

17. O documento 1 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério das Comunicações.

18. Quanto às certidões referentes à regularidade perante a Anatel e ao CNPJ (documentos 2 e 3), recomenda-se que, sempre que disponível, a própria área técnica efetue a consulta e junte os

documentos em questão aos autos.

19. Nesses casos, caberá à SCE instruir o processo com vistas à renovação, se demonstrada a regularidade no CNPJ e perante a Anatel. Em sentido contrário, e desde que a entidade não regularize as pendências encontradas, o processo deverá ser instruído com vistas a não renovação.

20. Por sua vez, o Estatuto social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 4 e 5) tem por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a infração de algum dispositivo. Somente deverá encaminhar à CONJUR em caso de dúvida jurídica, mediante formulação de consulta.

21. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 6), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia, entre outros, dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

22. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

23. O relatório do Conselho Comunitário (documento 7) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no item 21.4.1 da Norma nº 01/2011:

21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

24. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração (documento 8) instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Ressalte-se que o mesmo princípio é aplicável às outorgas de radiodifusão comercial e educativa, para as quais não se admite a renovação “quando a pena de cassação tiver sido aplicada à outorga objeto do pedido de renovação” (art. 10, IV, Portaria nº 329, de 4 de julho de 2012).

25. Assim, constatado que foi aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

26. De outro lado, havendo qualquer dúvida jurídica quanto ao relatório de infrações, o processo deverá ser encaminhado para a análise da CONJUR, notadamente quando se constatar a ocorrência de infrações graves ou um número significativo de irregularidades, que possam ensejar a revogação da autorização.

27. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério das Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

28. Caso não atendidos os requisitos, o pedido de renovação deve ser indeferido, conforme prevê o item 20.6 da Norma nº 01/2011:

20.6. Nos casos de não envio pela entidade dos documentos listados nesta Norma e de não cumprimento das exigências feitas pelo Ministério das Comunicações, o

pedido de renovação de outorga será indeferido, extinguindo-se a correspondente autorização.

29. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da SCE e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

30. Como afirmado antes, nos casos de dúvida jurídica fundada, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR.

III - CONCLUSÃO

31. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

32. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada.

33. À consideração superior.

LUCAS BORGES DE CARVALHO

Assessor do Consultor Jurídico

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 475/2015

RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

DOCUMENTOS

		SI M	NÃ O	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento, solicitando a renovação, assinado pelo representante legal da pessoa jurídica interessada.			
1.1.	O requerimento é tempestivo?			
2	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros			

técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

3 Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.

4 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.

5 Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto Social, adequado às finalidades da Lei nº 9.612/1998.

6 Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

7 Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.

8 Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 1/2011, sobre a programação veiculada pela emissora.

9 Relatório de apuração de infrações.

9.1 Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?

9.2 Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.

[1] 20.2. As entidades que pretenderem a renovação deverão obrigatoriamente dirigir ao Ministério das Comunicações, entre o terceiro e o último mês anterior ao vencimento das respectivas autorizações, requerimento assinado por seu representante legal, cujo modelo está disponível no Anexo 12 desta Norma, nos termos do art. 36 do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

[2] 21.4.1. O Conselho Comunitário deverá encaminhar ao Ministério das Comunicações, sempre que solicitado, relatório resumido contendo a descrição da grade de programação, bem como sua avaliação a respeito da mesma, considerando as finalidades legais do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Lucas Borges de Carvalho

Assessor do Consultor Jurídico

DESPACHO nº 1655 / 2015

PROCESSO: 53900.030496/2015-53

INTERESSADO: Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

ASSUNTO: Renovação de outorga de radiodifusão comunitária.

1. Aprovo o Parecer Nº 475/2015 como manifestação jurídica referencial, a ser adotada pela Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica na análise de processos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária, ficando dispensada a análise jurídica individualizada, conforme autoriza a ON AGU nº 55/2014.
2. Os processos de renovação em trâmite nesta CONJUR devem ser analisados com base nos parâmetros definidos neste Parecer.
3. Encaminhe-se o presente processo à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 19 de junho de 2015.

Alan Emanuel Cavalcante Trajano

Consultor Jurídico

Assinado eletronicamente por: Cacilda Lanuza da Rocha Duque



[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO

Processo nº: 53000.057297/2012-93

Considerando que os órgãos técnico e jurídico desta Pasta já se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica n.º 7918/2015/SEI-MC e do Parecer n.º 475/2015/SEI-MC, respectivamente, e a mudança do Titular desta Pasta, restitua-se o presente processo à Consultoria Jurídica, com a minuta de Exposição de Motivos disposta no campo próprio abaixo, para reexame e providências, com vistas à submissão dos autos ao atual Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Vanda Jugurtha Bonna Nogueira
Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica**, em 22/07/2016, às 14:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1243977** e o código CRC **6F9F7212**.

Minutas e Anexos

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Interino,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057297/2012-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Escada / PE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057297/2012-93**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANUZIA DANIELLE**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

Ao Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Coordenação já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2017, às 17:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1739186** e o código CRC **0E6D2934**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057297/2012-93

SEI nº 1739186

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057297/2012-93**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANUZIA DANIELLE**

Assunto: **Encaminhamento de Processo**

À Secretaria de Radiodifusão,

Considerando que órgãos técnico e jurídico já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, encaminho o processo acima referido, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, Substituto**, em 22/03/2017, às 09:54, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1739195** e o código CRC **24E85649**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057297/2012-93

SEI nº 1739195

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057297/2012-93**

Entidade: **ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANUZIA DANIELLE**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos**

À Chefia de Gabinete do Ministro,

Considerando que órgãos técnico e jurídico desta Pasta já revisaram o processo e se posicionaram favoravelmente ao deferimento do pleito, conforme os termos da Nota Técnica nº 7918/2015/SEI-MC (0464592) e do Parecer Conjur nº 475/2015/SEI-MC (0592309), encaminho a Exposição de Motivos anexa, com vista à submissão dos autos ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 23/03/2017, às 19:07, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1739197** e o código CRC **8D3CA307**.

Minutas e Anexos

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057297/2012-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de Dezembro de 2012, a autorização outorgada à **Associação**

de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Escada / PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Referência: Processo nº 53000.057297/2012-93

SEI nº 1739197

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057297/2012-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de Dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Escada / PE.
2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 13/05/2017, às 18:13, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1824434** e o código CRC **B08B6D72**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

UNIDADE(S) DESTINATÁRIA(S):

CGGM_RÁDIO

DEMANDA:

Encaminhar a Presidência da República

OBSERVAÇÃO:

Tendo em vista a assinatura da Exposição de Motivos, encaminhe-se o processo, em cópia autenticada, a Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações para inserção no SIDOF e posterior envio à Presidência da República.

Brasília, 15 de maio de 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 16/05/2017, às 17:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1885924** e o código CRC **2A902763**.

Brasília, 20 de julho de 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53000.057297/2012-93, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 13 de Dezembro de 2012, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Escada / PE.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o Processo a Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
 CEP: 70067-900 Brasília-DF
 Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC

Ao Senhor
 MARCELO PACHECO DOS GUARANYNS
 Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
 Casa Civil da Presidência da República
 Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,



Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe os seguintes processos impressos a partir de arquivo digital com valor de original, que tratam de concessão de outorga.

Nº EM	Nº PROCESSO	ENTIDADE INTERESSADA
401/2017	53000.057908/2011-12	Associação Cultural e Comunitária dos Moradores do Centro da Vitória de Santo Antão
402/2017	53000.036682/2009-00	Associação Agrícola dos Plantadores de Mandioca
403/2017	53000.048835-2013-30	Movimento Teatral Ziriguidum Art Circus
404/2017	53000.046267/2013-32	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Glória do Goiás
405/2017	53000.061548-2013-15	Associação Cultural de Triunfo
406/2017	53000.026302/2013-05	Associação Comunitária 29 de Dezembro
407/2017	53000.002360/2012-54	Associação Cultural Maraial
408/2017	53000.053346/2011-38	Clube de Mães
409/2017	53900.021931/2015-59	Associação Rádio Comunitária de Manari – Pe
410/2017	53900.007246/2014-39	Associação dos Moradores da Vila Brasil e Outras Artérias
411/2017	53000.058098/2011-11	Associação Comunitária A Voz de Quissamã
412/2017	53000.056150/2012-86	Associação Beneficente Mão Amiga

413/2017	53000.059286/2011-67	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Ibiporã
414/2017	53000.041134/2011-16	Associação Cultural e Comunitária
415/2017	53000.057218/2011-63	Associação Comunitária dos Moradores de Cantagalo
416/2017	53000.058848/2011-55	Associação Cultural de Comunicação Santa Tereza
417/2017	53000.058471/201134	Associação da Rádio Comunitária Alternativa FM
418/2017	53900.025904/2015-55	Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico
419/2017	53000.050945/2013-61	Associação da Rádio Comunitária Bom Conselho
420/2017	53000.057297/2012-93	Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle
421/2017	53000.058103/2011-96	Associação de Comunicação Comunitária Educativa e Cultural Constantina - Rádio FM
422/2017	53000.065326/2013-71	Associação Cultural Rádio Comunidade F.M. Novo Tempo
423/2017	53000.061913/2013-91	Associação Radio Vida
424/2017	53000.007503/2006-76	Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Cassino
425/2017	53000.065289/2012-11	Fundação José Ribamar Lunguinho de Desenvolvimento
426/2017	53000.034808/2013-80	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Cidade
427/2017	53000.046095/2012-16	Associação Comunitária Mundo Melhor
428/2017	53000.043077/2012-82	Grêmio do Projeto Cultural e Criativo Alternativa
429/2017	53000.051661/2012-10	Associação Comunitária Moriah
430/2017	53000.055803/2012-18	Associação Cultural Educacional e Rádio Comunitária de Pirabeiraba
431/2017	53000.071350/2013-40	Associação de Desenvolvimento Artístico, Cultural e Social Atividade
432/2017	53000.003804/2013-50	Associação Cultural Comunitária Esperança
433/2017	53900.036160/2014-13	Associação Cultural de Comunicação Comunitária Sfera Educadora de Bady Bassitt
434/2017	53000.067258/2013-85	Associação Comunitária Educativa, Cultural e Artística Conforme a Constituição Vigente, pela Democratização dos Meios de Comunicação da Comunidade 'Porangaba' do Município de Porangaba e Adjacências
435/2017	53000.070507/2013-10	Associação Cultural Esportiva e Turística
436/2017	53000.060438/2013-36	Associação de Radiodifusão Comunitária de Sombrio
437/2017	53000.052854/2012-80	Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Portal da Serra

438/2017	53000.042446/2011-39	Associação Comunitária Ecológica de Rio Camboriú
439/2017	53900.018692/2014-79	Associação Pelo Desenvolvimento Comunitário dos Meios de Comunicação
440/2017	53000.017596/2013-76	Associação Cultural e Comunitária Garopabense de Comunicações
441/2017	53000.065155/2013-81	Associação de Desenvolvimento Comunitário e Cultural de Senador Salgado Filho
442/2017	53000.066832/2013-88	Associação Cultural Nova Palma
443/2017	53000.015829/2013-04	Associação Comunitária da Vila Santa Rita de Cassia
444/2017	53000.007049/2013-82	Associação Porto Real
445/2017	53000.054982/2012-68	Rádio Comunitária Caminho Seguro de Bebedouro
446/2017	53000.030840/2012-13	Associação Beneficente Cultural de Comunicação Comunitária Educadora Campo Verde
447/2017	53000.021870/2013-10	Associação Comunitária Terra de Getulina
448/2017	53000.006807/2013-45	Associação Cultural Comunitária de Pedreira
449/2017	53000.015823/2013-29	Associação Cultural e Comunitária Amigos de Jarinu
450/2017	53900.015229/2014-75	Associação Comunitária Cultural Pela Democratização dos Meios de Comunicação Contestado - ACC

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Maraci Mendes de Sant'Ana**, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro e Delegação de Competência Portaria Nº 1.317/2017, em 25/07/2017, às 16:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador 2071410 e o código CRC 3B51B913.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 01250.000256/2016-11 - Nº SEI: 2071410

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DESPACHO

Processo nº: 53000.057297/2012-93
Referência: Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC.
Assunto: Restituição de processo.
Destinatário: CGRC

Tendo em vista a expedição do Ofício nº 32943/2017/SEI-MCTIC à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, restitua-se o presente processo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Agente Administrativo**, em 07/08/2017, às 16:32, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2104201** e o código CRC **3C59BEC2**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057297/2012-93

SEI nº 2104201

Pedro Paulo Verano de Souza

De: Luciana Silveira Teixeira
Enviado em: sexta-feira, 4 de janeiro de 2019 18:43
Para: Andre Jose de Oliveira; Carlos Henrique Teixeira Botelho; Glauce Pereira da Silva
Cc: Luciana Cortez Roriz Pontes; Luciana Silveira Teixeira; Daniela de Oliveira Rodrigues; Daniela de Souto Inocencio; Jose Cruz Filho; Daniel Christianini Nery; Daniel Goncalves Viana; Miquerlam Chaves Cavalcante; Eugenio Cesar Almeida Felippetto; Ana Carolina Tannuri Laferte Marinho
Assunto: Devolução 2 - EMs radiodifusão

Prezado André,

De ordem da Subchefe Adjunta de Infraestrutura, considerando a posse do Presidente da República e do novo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, solicito a devolução das Exposições de Motivos relacionadas abaixo à Pasta competente (MCTIC), no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal - SIDOF, para que seja realizada a reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro, bem como adequação às novas diretrizes governamentais.

53000.012166/2010-15 – EM nº 81/2017-MCTIC
53000.040830/2013-69 – EM nº 00330/2017-MCTIC
53000.055760/2011-81 – EM nº 00333/2017-MCTIC
53000.074982/2013-65 – EM nº 00261/2017-MCTIC
53000.032006/2011-73 – EM nº 00321/2017-MCTIC
53000.047616/2011-71 - EM nº 00281/2017 MCTIC
53000.007973/2012-88 – EM nº 00232/2016-MCTIC
53000.026910/2010-69 – EM 00230/2016 - MCTIC
53900.006400/2014-55 – EM 00289/2017 - MCTIC
53000.044719/2011-80 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.057576/2013-38 - EM 00307/2017 - MCTIC
53000.050136/2011-98 - EM 00187/2017 - MCTIC
53000.049242/2012-18 - EM 00323/2017 - MCTIC
53000.064008/2012-11 - EM 00328/2017 - MCTIC
53000.005325/2012-97 - EM 01061/2017 - MCTIC
53900.001093/2016-88 - EM 00042/2018 - MCTIC
53000.020768/2004-06 - EM 00271/2016 - MCTIC
53000.027954/2010-14 - EM 00237/2016 - MCTIC
53000.060071/2011-99 - EM 01080/2017 - MCTIC
53000.059254/2013-23 - EM 00156/2017 - MCTIC
53830.000784/2000-78 - EM 00154/2017 - MCTIC
53000.074700/2013-20 Exposição de Motivos 161 2017 MCTIC (0214387)
53000.051583/2012-45 Exposição de Motivos 282 2017 MCTIC (0247186)
53000.027859/2012-74 Exposição de Motivos 1035 2017 MCTIC (0359944)
53790.000368/2000-93 Exposição de Motivos 441 2018 MCTIC (0794170)
53000.031941/2012-01 Exposição de Motivos 94 2017 MCTIC (0179902)
53000.059476/2011-84 Exposição de Motivos 179 2017 MCTIC (0219948)
53900.063451/2015-65 Exposição de Motivos 1094 2017 MCTIC (0383657)
53000.000369/2006-82 Exposição de Motivos EXM MCTIC 193 2016 (0058228)
53000.064006/2007-56 Exposição de Motivos 150 2017 MCTIC (0213972)
53000.058471/2011-34 - EM nº 417/2017 MCTIC

53900.010501/2014-21 - EM nº 378/2018 MCTIC
53000.057831/2011-81 - Exposição de Motivos 1052 2017 MCTIC (0382094)
53000.009001/2012-28 – Exposição de Motivos 1067 2017 MCTIC (0382266)
53000.067611/2011-65 - Exposição de Motivos 971 2017 MCTIC (0357555)
53900.021361/2014-16 - Exposição de Motivos 650 2017 MCTIC (0308588)
01250.072621/2017-62 - Exposição de Motivos 425 2018 MCTIC (0808682)
53000.047461/2011-73 - Exposição de Motivos 594 2017 MCTIC (0302018)
53000.058151/2011-84 - Exposição de Motivos 597 2017 MCTIC (0302009)
53900.029941/2015-32 - Exposição de Motivos 665 2017 MCTIC (0309687)
53000.070171/2013-95 - Exposição de Motivos 696 2017 MCTIC (0311929)
53900.003001/2014-32 - Exposição de Motivos 727 2017 MCTIC (0320630)
53900.047381/2015-06 - Exposição de Motivos 718 2017 MCTIC (0319399)
53900.018561/2014-91 - Exposição de Motivos 385 2018 MCTIC (0785184)
53000.010271/2012-81 - Exposição de Motivos 420 2018 MCTIC (0796194)
53900.025631/2014-68 - Exposição de Motivos 422 2018 MCTIC (0808446)
53900.026731/2014-10 - Exposição de Motivos 348 2018 MCTIC (0733503)
53900.031471/2014-96 - Exposição de Motivos 290 2018 MCTIC (0701495)
53000.007901/2014-01 - Exposição de Motivos 313 2018 MCTIC (0702758)
53900.048911/2015-25 - Exposição de Motivos 328 2018 MCTIC (0732602)
53900.016981/2014-33 - Exposição de Motivos 277 2018 MCTIC (0703036)
53900.047341/2015-56 - Exposição de Motivos 311 2018 MCTIC (0703008)
53900.050321/2015-62 - Exposição de Motivos 291 2018 MCTIC (0702244)
53000.066111/2013-78 - Exposição de Motivos 253 2018 MCTIC (0676949)
53000.007961/2012-53 - Exposição de Motivos 165 2018 MCTIC (0587696)
53900.018141/2014-13 - Exposição de Motivos 167 2018 MCTIC (0586159)
53000.054981/2012-13 - Exposição de Motivos 163 2018 MCTIC (0583602)
53000.006951/2013-81 - Exposição de Motivos 70 2018 MCTIC (0521365)
53900.017301/2015-80 - Exposição de Motivos 153 2018 MCTIC (0583770)
53900.050611/2015-14 - Exposição de Motivos 122 2018 MCTIC (0554598)
53900.007781/2015-71 - Exposição de Motivos 136 2018 MCTIC (0569460)
53000.056641/2011-46 - Exposição de Motivos 86 2018 MCTIC (0527776)
53000.056241/2011-31 - Exposição de Motivos 103 2018 MCTIC (0527496)
53900.049331/2015-55 - Exposição de Motivos 90 2018 MCTIC (0523348)
53000.069421/2013-44 - Exposição de Motivos 68 2018 MCTIC (0521538)
53000.056221/2011-60 - Exposição de Motivos 275 2017 MCTIC (0261599)
53000.059721/2011-53 - Exposição de Motivos MCTIC 255 2016 (0122403)
53650.000551/2001-74 - Exposição de Motivos 165 - MCTIC - 2016 (0061447)
53000.051661/2012-10 - Exposição de Motivos 429 2017 MCTIC (0262554)
53000.059431/2011-18 - Exposição de Motivos 1053 2017 MCTIC (0382119)
53900.017561/2015-55 - Exposição de Motivos 961 2017 MCTIC (0373870)
53000.057231/2011-12 - Exposição de Motivos 923 2017 MCTIC (0372276)
53000.007691/2012-81 - Exposição de Motivos 1039 2017 MCTIC (0360413)
53000.055761/2011-26 - Exposição de Motivos 895 2017 MCTIC (0332569)
53900.005861/2014-19 - Exposição de Motivos 906 2017 MCTIC (0332040)
53900.046841/2015-71 - Exposição de Motivos 854 2017 MCTIC (0330995)
53000.007031/2013-81 - Exposição de Motivos 823 2017 MCTIC (0328646)
53900.034331/2015-51 - Exposição de Motivos 787 2017 MCTIC (0327209)
53500.002411/2000-73 - Exposição de Motivos 284 2016 MCTIC (0141979)
53000.068251/2013-81 - Exposição de Motivos 715 2017 MCTIC (0323332)
53000.057301/2012-13 - Exposição de Motivos 610 2017 MCTIC (0323438)
53000.050951/2012-38 - Exposição de Motivos 587 2017 MCTIC (0322786)

53900.003161/2014-81 - Exposição de Motivos 745 2017 MCTIC (0322442)
 53000.051671/2011-66 - Exposição de Motivos 207 2017 MCTIC (0228528)
 53000.038631/2013-91 - Exposição de Motivos 199 2017 MCTIC (0228389)
 53900.017191/2015-56 - Exposição de Motivos 115 2017 MCTIC (0231021)
 53000.061151/2013-23 - Exposição de Motivos 113 2017 MCTIC (0230960)
 53000.033271/2013-31 - Exposição de Motivos 386 2017 MCTIC (0278204)
 53000.056621/2011-75 - Exposição de Motivos 506 2017 MCTIC (0278737)
 53000.057441/2011-19 - Exposição de Motivos 504 2017 MCTIC (0278772)
 53000.058111/2011-32 - Exposição de Motivos 554 2017 MCTIC (0279751)
 53000.058131/2011-11 - Exposição de Motivos 352 2017 MCTIC (0280527)
 53900.021931/2015-59 - Exposição de Motivos 409 2017 MCTIC (0268108)
 53000.056441/2013-55 - Exposição de Motivos 313 2017 MCTIC (0266582)
 53000.040721/2013-41 - Exposição de Motivos 537 2017 MCTIC (0272680)
 53900.017291/2015-82 - Exposição de Motivos 517 2017 MCTIC (0272745)
 53900.016191/2015-39 - Exposição de Motivos 503 2017 MCTIC (0274259)
 53000.023661/2010-50 - Exposição de Motivos 479 2017 MCTIC (0276002)
 53000.041601/2013-61 - Exposição de Motivos 496 2017 MCTIC (0276184)
 53000.015611/2013-41 - Exposição de Motivos 470 2017 MCTIC (0276540)
 53000.055771/2011-61 - Exposição de Motivos 540 2017 MCTIC (0277291)
 53900.017321/2015-51 - Exposição de Motivos 387 2017 MCTIC (0278024)
 53000.029031/2013-31 - Exposição de Motivos 565 2017 MCTIC (0288150)
 53000.044171/2012-59 - Exposição de Motivos 384 2017 MCTIC (0282163)
 53000.056211/2011-24 - Exposição de Motivos 618 2017 MCTIC (0303087)
 53000.040711/2013-14 - Exposição de Motivos 583 2017 MCTIC (0301742)
 53900.049701/2015-54 - Exposição de Motivos 656 2017 MCTIC (0308870)
 53900.041581/2015-47 - Exposição de Motivos 655 2017 MCTIC (0308861)
 53900.041521/2015-24 - Exposição de Motivos 677 2017 MCTIC (0311053)
 53000.050661/2013-75 - Exposição de Motivos 217 2018 MCTIC (0677133)
 53900.018431/2015-30 - Exposição de Motivos 251 2018 MCTIC (0672650)
 53000.006761/2012-83 - Exposição de Motivos 1038 2017 MCTIC (0360154)
 53900.034771/2015-16 - Exposição de Motivos 949 2017 MCTIC (0357237)
 53000.098411/2006-97 - Exposição de Motivos 968 2017 MCTIC (0357699)
 53000.048971/2012-49 - Exposição de Motivos 954 2017 MCTIC (0357860)
 53900.015291/2015-48 - Exposição de Motivos 849 2017 MCTIC (0346610)
 53000.052601/2012-14 - Exposição de Motivos 762 2017 MCTIC (0343918)
 53000.040771/2013-29 - Exposição de Motivos 756 2017 MCTIC (0343776)
 53900.018901/2014-84 - Exposição de Motivos 913 2017 MCTIC (0332467)
 01250.021028/2018-39 - Exposição de Motivos 508 2018 MCTIC (0922759)
 53900.014648/2014-90 - Exposição de Motivos 519 2018 MCTIC (0920809)
 53000.042808/2012-72 - Exposição de Motivos 464 2018 MCTIC (0845154)
 01250.034988/2018-69 - Exposição de Motivos 533 2018 MCTIC (0924025)
 53000.057858/2013-35 - Exposição de Motivos 480 2018 MCTIC (0845387)
 53900.011448/2014-85 - Exposição de Motivos 531 2018 MCTIC (0924141)
 53000.020988/2012-31 - Exposição de Motivos 503 2018 MCTIC (0929282)
 53900.016488/2015-02 - Exposição de Motivos 506 2018 MCTIC (0929478)
 53000.039908/2003-21 - Exposição de Motivos 507 2018 MCTIC (0929514)
 53000.071588/2013-75 - Exposição de Motivos 537 2018 MCTIC (0918433)
 53900.016778/2016-29 - Exposição de Motivos 29 2018 MCTIC (0943062)
 53000.058098/2011-11 - Exposição de Motivos 411 2017 MCTIC (0270006)
 53000.061548/2013-15 - Exposição de Motivos 405 2017 MCTIC (0267989)
 53000.059608/2012-59 - Exposição de Motivos 255 2017 MCTIC (0245792)

53000.012258/2003-76 - Exposição de Motivos 496 2018 MCTIC (0876649)
53900.038308/2016-16 - Exposição de Motivos 495 2018 MCTIC (0876407)
53000.042278/2013-43 - Exposição de Motivos 627 2017 MCTIC (0302610)
53900.006048/2014-58 - Exposição de Motivos 631 2017 MCTIC (0302587)
53900.049248/2015-86 - Exposição de Motivos 459 2018 MCTIC (0837157)
53900.037808/2016-31 - Exposição de Motivos 454 2018 MCTIC (0836972)
53900.023938/2016-96 - Exposição de Motivos 387 2018 MCTIC (0836653)
53000.057408/2011-81 - Exposição de Motivos 1075 2017 MCTIC (0382252)
53900.017138/2015-55 - Exposição de Motivos 408 2018 MCTIC (0795415)
53900.016138/2015-38 - Exposição de Motivos 397 2018 MCTIC (0785262)
53900.050638/2016-80 - Exposição de Motivos 362 2018 MCTIC (0764802)
53900.010498/2016-15 - Exposição de Motivos 204 2018 MCTIC (0673853)
53000.069398/2013-98 - Exposição de Motivos 325 2018 MCTIC (0734230)
53900.043838/2015-03 - Exposição de Motivos 288 2018 MCTIC (0732741)
53900.046898/2015-70 - Exposição de Motivos 200 2018 MCTIC (0677019)
53900.029908/2015-11 - Exposição de Motivos 225 2018 MCTIC (0676282)
53900.043928/2015-96 - Exposição de Motivos 213 2018 MCTIC (0676623)
53900.008608/2014-17 - Exposição de Motivos 233 2018 MCTIC (0676089)
53000.007048/2013-38 - Exposição de Motivos 270 2018 MCTIC (0673320)
53900.029648/2014-94 Exposição de Motivos 224 2018 MCTIC (0672724)
53900.006988/2015-28 Exposição de Motivos 197 2018 MCTIC (0653074)
53000.056628/2011-97 Exposição de Motivos 186 2018 MCTIC (0652808)
53900.048808/2016-66 Exposição de Motivos 192 2018 MCTIC (0653446)
53710.000978/2000-30 Exposição de Motivos 52 2018 MCTIC (0481082)
53900.047678/2015-63 Exposição de Motivos 174 2018 MCTIC (0587591)
53000.007678/2014-93 Exposição de Motivos 179 2018 MCTIC (0587220)
53900.001298/2016-63 Exposição de Motivos 150 2018 MCTIC (0585225)
53900.062018/2015-11 Exposição de Motivos 134 2018 MCTIC (0567520)
53000.058118/2011-54 Exposição de Motivos 118 2018 MCTIC (0556231)
53000.017948/2012-11 Exposição de Motivos 140 2018 MCTIC (0569600)
53900.025768/2014-12 Exposição de Motivos 121 2018 MCTIC (0554488)
53000.059288/2011-56 Exposição de Motivos 83 2018 MCTIC (0527803)
53900.024778/2014-31 Exposição de Motivos 99 2018 MCTIC (0523321)
53000.049958/2012-15 Exposição de Motivos 95 2018 MCTIC (0523211)
53900.049658/2015-27 Exposição de Motivos 93 2018 MCTIC (0523509)
53000.062558/2013-78 Exposição de Motivos 66 2018 MCTIC (0521690)
53900.000808/2016-85 Exposição de Motivos 24 2018 MCTIC (0484197)
53900.046788/2015-16 Exposição de Motivos 15 2018 MCTIC (0482045)
53000.058078/2011-41 Exposição de Motivos 16 2018 MCTIC (0482075)
53900.041788/2015-11 Exposição de Motivos 14 2018 MCTIC (0481587)
53000.034808/2013-80 Exposição de Motivos 426 2017 MCTIC (0262636)
53900.019318/2016-52 Exposição de Motivos 1079 2017 MCTIC (0382966)
53000.051378/2012-80 Exposição de Motivos 963 2017 MCTIC (0373940)
53000.048668/2012-46 Exposição de Motivos 168 2017 MCTIC (0359104)
53000.008188/2012-42 Exposição de Motivos 990 2017 MCTIC (0358445)
53000.047008/2013-29 Exposição de Motivos 884 2017 MCTIC (0346667)
53000.020688/2013-33 Exposição de Motivos 944 2017 MCTIC (0356934)
53900.000468/2014-21 Exposição de Motivos 852 2017 MCTIC (0346293)
53000.057298/2012-38 Exposição de Motivos 844 2017 MCTIC (0345855)
53000.057228/2011-07 Exposição de Motivos 876 2017 MCTIC (0345511)

53000.008588/2013-39 Exposição de Motivos 761 2017 MCTIC (0343847)
53000.007328/2014-27 Exposição de Motivos 907 2017 MCTIC (0332227)
53900.012938/2015-80 Exposição de Motivos 798 2017 MCTIC (0344437)
53900.041868/2015-77 Exposição de Motivos 865 2017 MCTIC (0332122)
53900.016418/2015-46 Exposição de Motivos 910 2017 MCTIC (0332162)
53000.069388/2013-52 Exposição de Motivos 888 2017 MCTIC (0331611)
53900.039548/2015-57 Exposição de Motivos 866 2017 MCTIC (0332306)
53900.029948/2015-54 Exposição de Motivos 843 2017 MCTIC (0329916)
53900.041608/2015-00 Exposição de Motivos 805 2017 MCTIC (0327282)
53900.041528/2015-46 Exposição de Motivos 786 2017 MCTIC (0327123)
53000.069238/2013-49 Exposição de Motivos 816 2017 MCTIC (0327393)
53900.002998/2014-11 Exposição de Motivos 811 2017 MCTIC (0327474)
53000.015608/2013-28 Exposição de Motivos 612 2017 MCTIC (0323581)
53900.008048/2014-92 Exposição de Motivos 744 2017 MCTIC (0322423)
53000.020718/2012-21 Exposição de Motivos 634 2017 MCTIC (0323320)
53000.057028/2013-16 Exposição de Motivos 380 2017 MCTIC (0278174)
53900.014048/2014-21 Exposição de Motivos 200 2017 MCTIC (0228459)
53000.031928/2012-44 Exposição de Motivos 763 2017 MCTIC (0323498)
53000.003928/2014-16 Exposição de Motivos 357 2017 mctic (0280401)
53000.057218/2011-63 Exposição de Motivos MCTIC EXM 415 2017 (0270183)
53000.057908/2011-12 Exposição de Motivos 401 2017 MCTIC (0267731)
53000.057358/2011-31 Exposição de Motivos 272 2017 MCTIC (0239681)
53000.068928/2007-32 Exposição de Motivos 73 2017 MCTIC (0230851)
53000.056648/2012-49 Exposição de Motivos 205 2017 MCTIC (0271055)
53000.060438/2013-36 Exposição de Motivos 436 2017 MCTIC (0272373)
53000.056618/2011-51 Exposição de Motivos 453 2017 MCTIC (0272476)
53000.067258/2013-85 Exposição de Motivos 434 2017 MCTIC (0272819)
53000.036058/2011-19 Exposição de Motivos 465 2017 MCTIC (0274083)
53000.071598/2013-19 Exposição de Motivos 472 2017 MCTIC (0274284)
53000.067718/2013-75 Exposição de Motivos 467 2017 MCTIC (0274414)
53900.039538/2015-11 Exposição de Motivos 523 2017 MCTIC (0274942)
53000.075808/2013-30 Exposição de Motivos 525 2017 MCTIC (0274983)
53000.026978/2013-91 Exposição de Motivos 499 2017 MCTIC (0276744)
53000.065118/2013-72 Exposição de Motivos 497 2017 MCTIC (0276285)
53900.008958/2014-75 Exposição de Motivos 487 2017 MCTIC (0277632)
53000.003848/2010-37 Exposição de Motivos MCTIC - 210 2016 (0085938)
53000.056208/2011-19 Exposição de Motivos 821 2017 MCTIC (0293427)
53000.053961/2012-25 EM nº 0780/2017

53000.053969/2012-91 EM nº 1009/2017

53000.026230/2012-15 EM nº 0132/2018

00001.004845/2018-00 Ofício 047/2018-MS-CD

53000.030007/2005-35 EM nº 0456/2018

53000.054050/2012-15 EM nº 0549/2018

53000.027244/2009-42 EM nº 0557/2018

53000.030397/2012-72	EM nº 0553/2018
53000.009024/2012-32	EM nº 0555/2018
53900.009151/2015-31	EM nº 0550/2018
53000.064009/2013-38	EM nº 0551/2018
53900.000271/2014-91	EM nº 0038/2018
53900.016778/2016-29	EM nº 0029/2018
53000.049242/2012-18	EM nº 0323/2017
53000.052684/2013-14	EM nº 0568/2017
53000.054982/2012-68	EM nº 0445/2017
53000.057297/2012-93	EM nº 0420/2017
53000.030840/2012-13	EM nº 0446/2017
53000.015829/2013-04	EM nº 0443/2017
53000.053176/2013-53	EM nº 0314/2017
53000.065155/2013-81	EM nº 0441/2017
53000.007050/2013-15	EM nº 0195/2017
53000.056214/2011-68	EM nº 0285/2017
53000.007687/2014-84	EM nº 0194/2017
53900.017162/2015-94	EM nº 0338/2017
53000.006481/2010-11	EM nº 0545/2018
53000.055599/2007-60	EM nº 0484/2017
53000.052021/2011-38	EM nº 0360/2017
53000.056217/2011-00	EM nº 0274/2017
00001.004765/2018-46	Ofício 0327/2018-GCH-CD
53000.039908/2003-21	EM nº 0507/2018
53900.047853/2016-01	EM nº 0504/2018

53900.016488/2015-02	EM nº 0506/2018
53000.022925/2012-10	EM nº 0501/2018
53000.042414/2013-03	EM nº 0546/2018
53000.020988/2012-31	EM nº 0503/2018
53000.043010/2012-48	EM nº 0502/2018
53670.001341/2001-65	EM nº 0505/2018
53900.011448/2014-85	EM nº 0531/2018
01250.034988/2018-69	EM nº 0533/2018
01250.048763/2017-17	EM nº 0542/2018
53900.024997/2014-10	EM nº 0517/2018
53900.034082/2015-01	EM nº 0516/2018
53900.037331/2014-21	EM nº 0515/2018
53900.034520/2015-23	EM nº 0525/2018
53900.044560/2015-83	EM nº 0526/2018
53900.041939/2015-31	EM nº 0514/2018
53900.024692/2014-16	EM nº 0530/2018
53900.001273/2016-60	EM nº 0541/2018
53900.017145/2015-57	EM nº 0521/2018
53900.013241/2015-26	EM nº 0532/2018
53900.009333/2014-21	EM nº 0512/2018
53000.016596/2013-59	EM nº 0518/2018
53900.014648/2014-90	EM nº 0519/2018
53900.017091/2015-20	EM nº 0520/2018
53900.043270/2015-12	EM nº 0513/2018
53900.050381/2015-85	EM nº 0528/2018

53900.027712/2014-01	EM nº 0524/2018
53900.048226/2015-07	EM nº 0527/2018
53000.007913/2014-27	EM nº 0529/2018
53900.022443/2014-88	EM nº 0485/2018
53000.009433/2013-10	EM nº 0499/2018
53900.038863/2014-86	EM nº 0722/2017
53900.042143/2015-04	EM nº 0724/2017
53000.007973/20012-88	EM nº 1054/2017
53900.007823/2014-92	EM nº 0413/2018
53900.073493/2015-12	EM nº 0389/2018
53900.011113/2014-67	Exposição de Motivos 0399/2018 MCTIC
01250.059013/2017-62	Exposição de Motivos 0396/2018 MCTIC
53000.001683/2014-92	Exposição de Motivos 0388/2018 MCTIC
53900.017343/2015-11	Exposição de Motivos 0260/2018 MCTIC
53000.013433/2010-71	Exposição de Motivos 0361/2018 MCTIC
53900.013163/2015-60	Exposição de Motivos 0421/2018 MCTIC
53900.017133/2015-22	Exposição de Motivos 0331/2018 MCTIC
53000.065773/2013-21	Exposição de Motivos 0322/2018 MCTIC
53900.008953/2015-23	Exposição de Motivos 0332/2018 MCTIC
53000.015613/2013-31	Exposição de Motivos 0327/2018 MCTIC
53900.047623/2015-53	Exposição de Motivos 0345/2018 MCTIC
53900.016403/2015-88	Exposição de Motivos 0286/2018 MCTIC
53900.026403/2015-96	Exposição de Motivos 0280/2018 MCTIC
53900.042013/2015-63	Exposição de Motivos 0309/2018 MCTIC
53900.029943/2015-21	Exposição de Motivos 0304/2018 MCTIC

53900.046473/2015-61	Exposição de Motivos 0276/2018 MCTIC
53000.061863/2006-13	Exposição de Motivos 0201/2018 MCTIC
53900.016433/2015-94	Exposição de Motivos 0226/2018 MCTIC
53000.007663/2014-25	Exposição de Motivos 0254/2018 MCTIC
53000.043803/2012-67	Exposição de Motivos 1011/2017 MCTIC
53000.006763/2012-72	Exposição de Motivos 0974/2017 MCTIC
53900.028013/2014-70	Exposição de Motivos 0176/2018 MCTIC
53000.007683/2014-04	Exposição de Motivos 0175/2018 MCTIC
53900.014053/2014-34	Exposição de Motivos 0173/2018 MCTIC
53900.016483/2016-52	Exposição de Motivos 0180/2018 MCTIC
53000.007963/2012-42	Exposição de Motivos 0172/2018 MCTIC
53900.050703/2015-96	Exposição de Motivos 0154/2018 MCTIC
53000.066813/2013-51	Exposição de Motivos 0138/2018 MCTIC
53900.046743/2015-33	Exposição de Motivos 0115/2018 MCTIC
00001.001003/2018-98	Exposição de Motivos 0106/2018 MCTIC
53000.001033/2012-85	Exposição de Motivos 0112/2018 MCTIC
53000.071343/2013-48	Exposição de Motivos 0075/2018 MCTIC
53000.043713/2013-57	Exposição de Motivos 0040/2018 MCTIC
53000.055773/2011-51	Exposição de Motivos 0044/2018 MCTIC
53900.009743/2014-71	Exposição de Motivos 0009/2018 MCTIC
53000.055803/2012-18	Exposição de Motivos 0430/2017 MCTIC
53000.061913/2013-91	Exposição de Motivos 0423/2017 MCTIC
53000.007503/2006-76	Exposição de Motivos 0424/2017 MCTIC
53000.043193/2011-11	Exposição de Motivos 1005/2017 MCTIC
53900.020193/2016-11	Exposição de Motivos 1084/2017 MCTIC

53000.006483/2012-64	Exposição de Motivos 1041/2017 MCTIC
53000.055153/2010-31	Exposição de Motivos 0995/2017 MCTIC
53900.017153/2015-01	Exposição de Motivos 0980/2017 MCTIC
53000.056613/2011-29	Exposição de Motivos 0936/2017 MCTIC
53000.004483/2010-68	Exposição de Motivos 1024/2017 MCTIC
53000.056113/2011-97	Exposição de Motivos 1032/2017 MCTIC
53000.054723/2012-37	Exposição de Motivos 1036 2017 MCTIC (0360002)
53900.002813/2016-22	Exposição de Motivos 930 2017 MCTIC (0356756)
53000.059283/2011-23	Exposição de Motivos 951 2017 MCTIC (0357346)
53900.061443/2015-84	Exposição de Motivos 929 2017 MCTIC (0356600)
53000.060033/2013-06	Exposição de Motivos 928 2017 MCTIC (0356495)
53900.042113/2015-90	Exposição de Motivos 842 2017 MCTIC (0345640)
53000.055723/2011-73	Exposição de Motivos 759 2017 MCTIC (0343798)
53000.059473/2011-41	Exposição de Motivos 869 2017 MCTIC (0332543)
53900.038993/2015-08	Exposição de Motivos 903 2017 MCTIC (0332220)
53000.056613/2013-91	Exposição de Motivos 922 2017 MCTIC (0331715)
53900.041793/2015-24	Exposição de Motivos 839 2017 MCTIC (0329895)
53000.058113/2011-21	Exposição de Motivos 826 2017 MCTIC (0328704)
53900.046763/2015-12	Exposição de Motivos 804 2017 MCTIC (0327211)
53900.005543/2014-40	Exposição de Motivos 792 2017 MCTIC (0327459)
53000.036553/2012-17	Exposição de Motivos 813 2017 MCTIC (0327472)
53000.003653/2013-30	Exposição de Motivos 660 2017 MCTIC (0323876)
53000.058083/2011-53	Exposição de Motivos 611 2017 MCTIC (0323512)
53000.056213/2011-13	Exposição de Motivos 579 2017 MCTIC (0322699)

53000.065763/2013-95	Exposição de Motivos 573 2017 MCTIC (0322566)
53900.006983/2014-14	Exposição de Motivos 734 2017 MCTIC (0321816)
53569.000463/2014-16	Exposição de Motivos 527 2017 MCTIC (0286647)
53000.051423/2012-04	Exposição de Motivos 535 2017 MCTIC (0279692)
53000.010093/2013-70	Exposição de Motivos 542 2017 MCTIC (0279756)
53000.058133/2011-01	Exposição de Motivos 367 2017 MCTIC (0280573)
53000.028473/2013-61	Exposição de Motivos 507 2017 MCTIC (0281135)
53000.049063/2007-13	Exposição de Motivos 234 2016 MCTIC (0257579)
53000.015823/2013-29	Exposição de Motivos 449 2017 MCTIC (0263620)
53000.070013/2013-35	Exposição de Motivos 508 2017 MCTIC (0274059)
53000.070233/2013-69	Exposição de Motivos 469 2017 MCTIC (0274412)
3900.005813/2014-12	Exposição de Motivos 498 2017 MCTIC (0276506)
53000.054603/2012-30	Exposição de Motivos 477 2017 MCTIC (0276396)
53000.055673/2012-13	Exposição de Motivos 397 2017 MCTIC (0282643)
53000.047873/2012-94	Exposição de Motivos 637 2017 MCTIC (0303419)
53000.021323/2012-45	Exposição de Motivos 622 2017 MCTIC (0303270)
53000.055763/2011-15	Exposição de Motivos 581 2017 MCTIC (0301991)
53000.058143/2011-38	Exposição de Motivos 639 2017 MCTIC (0303455)
53900.020573/2014-86	Exposição de Motivos 651 2017 MCTIC (0308618)
53000.056993/2012-82	Exposição de Motivos 688 2017 MCTIC (0311657)
53900.029293/2014-33	Exposição de Motivos 712 2017 MCTIC (0312222)
53000.065857/2011-01	Exposição de Motivos 486 2018 MCTIC (0875820)
53900.024997/2014-10	Exposição de Motivos 517 2018 MCTIC (0923704)

53000.030007/2005-35	Exposição de Motivos 456 2018 MCTIC (0838610)
53000.056217/2011-00	Exposição de Motivos 274 2017 MCTIC (0239697)
53000.007687/2014-84	Exposição de Motivos 194 2017 MCTIC (0263330)
53000.057297/2012-93	Exposição de Motivos 420 2017 MCTIC (0270041)
53000.030397/2012-72	Exposição de Motivos 553 2018 MCTIC (0944218)
53900.022527/2014-11	Exposição de Motivos 522 2018 MCTIC (0920398)
53000.059717/2011-95	Exposição de Motivos 342 2018 MCTIC (0732840)
53900.023727/2014-91	Exposição de Motivos 536 2018 MCTIC (0918334)
53900.034197/2015-98	Exposição de Motivos 401 2018 MCTIC (0795077)
53000.040197/2013-13	Exposição de Motivos 390 2018 MCTIC (0808583)
53000.062227/2013-38	Exposição de Motivos 490 2018 MCTIC (0875688)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53900.029947/2015-18	Exposição de Motivos 457 2017 MCTIC (0274169)
53000.058097/2011-77	Exposição de Motivos 638 2017 MCTIC (0303498)
53900.006047/2014-11	Exposição de Motivos 719 2017 MCTIC (0319454)
53000.039597/2011-18	Exposição de Motivos 404 2018 MCTIC (0795120)
53790.000407/2000-52	Exposição de Motivos 452 2018 MCTIC (0838598)
53000.058347/2013-31	Exposição de Motivos 450 2018 MCTIC (0838276)
53000.011767/2014-34	Exposição de Motivos 429 2018 MCTIC (0808649)
53900.015077/2015-91	Exposição de Motivos 427 2018 MCTIC (0808466)
53900.050577/2016-51	Exposição de Motivos 439 2018 MCTIC (0808419)
53000.007037/2013-58	Exposição de Motivos 393 2018 MCTIC (0765824)
53000.004357/2012-75	Exposição de Motivos 941 2017 MCTIC (0356473)
53900.045907/2016-96	Exposição de Motivos 407 2018 MCTIC (0794915)

53000.071797/2013-19	Exposição de Motivos 406 2018 MCTIC (0795022)
53900.045557/2016-68	Exposição de Motivos 363 2018 MCTIC (0764991)
53900.017337/2015-63	Exposição de Motivos 330 2018 MCTIC (0733897)
53900.017347/2015-07	Exposição de Motivos 337 2018 MCTIC (0733857)
53900.034487/2015-31	Exposição de Motivos 347 2018 MCTIC (0734130)
53000.057937/2012-65	Exposição de Motivos 323 2018 MCTIC (0733458)
53900.047647/2015-11	Exposição de Motivos 349 2018 MCTIC (0732038)
53000.041397/2012-06	Exposição de Motivos 249 2018 MCTIC (0677069)
53000.058147/2011-16	Exposição de Motivos 214 2018 MCTIC (0677135)
53900.035797/2015-73	Exposição de Motivos 259 2018 MCTIC (0677214)
53900.050617/2015-83	Exposição de Motivos 212 2018 MCTIC (0676844)
53900.045447/2015-15	Exposição de Motivos 199 2018 MCTIC (0676838)
53900.050637/2015-54	Exposição de Motivos 269 2018 MCTIC (0676695)
53900.008677/2015-01	Exposição de Motivos 222 2018 MCTIC (0676649)
53000.003257/2014-93	Exposição de Motivos 143 2018 MCTIC (0676161)
53900.026027/2014-59	Exposição de Motivos 256 2018 MCTIC (0676143)
53900.017937/2015-21	Exposição de Motivos 230 2018 MCTIC (0675867)
53000.069977/2013-31	Exposição de Motivos 209 2018 MCTIC (0674122)
53000.007107/2013-78	Exposição de Motivos 264 2018 MCTIC (0673390)
53900.039587/2015-54	Exposição de Motivos 211 2018 MCTIC (0672293)
53900.004157/2014-31	Exposição de Motivos 187 2018 MCTIC (0653050)
53000.018567/2013-21	Exposição de Motivos 235 2017 MCTIC (0246289)
53000.045037/2013-56	Exposição de Motivos 217 2017 MCTIC (0245352)
53900.007957/2014-11	Exposição de Motivos 55 2018 MCTIC (0481563)

53900.047997/2015-79	Exposição de Motivos 158 2018 MCTIC (0583656)
53900.008967/2014-66	Exposição de Motivos 156 2018 MCTIC (0583858)
53900.048797/2015-33	Exposição de Motivos 155 2018 MCTIC (0583982)
53900.049257/2015-77	Exposição de Motivos 135 2018 MCTIC (0569323)
53900.009307/2014-01	Exposição de Motivos 108 2017 MCTIC (0556471)
53900.055547/2015-50	Exposição de Motivos 109 2018 MCTIC (0555947)
53000.050217/2012-79	Exposição de Motivos 88 2018 MCTIC (0527854)
53000.065557/2013-85	Exposição de Motivos 77 2018 MCTIC (0522537)
53000.068677/2013-34	Exposição de Motivos 87 2017 MCTIC (0523265)
53900.000757/2014-21	Exposição de Motivos 97 2018 MCTIC (0523287)
53000.015797/2013-39	Exposição de Motivos 94 2018 MCTIC (0523244)
53000.031927/2012-08	Exposição de Motivos 82 2018 MCTIC (0523176)
53000.034057/2003-20	Exposição de Motivos 32 2018 MCTIC (0483430)
53000.056247/2011-16	Exposição de Motivos 20 2018 MCTIC (0482565)
53000.005567/2013-61	Exposição de Motivos 18 2018 MCTIC (0482269)
53000.021797/2014-59	Exposição de Motivos 7 2018 MCTIC (0481398)
53000.015837/2013-42	Exposição de Motivos 10 2018 MCTIC (0481335)
53000.003387/2012-64	Exposição de Motivos 291 2017 MCTIC (0252697)
53000.043077/2012-82	Exposição de Motivos 428 2017 MCTIC (0262429)
53000.041617/2013-74	Exposição de Motivos 211 2017 MCTIC (0262479)
53000.058587/2011-73	Exposição de Motivos 1077 2017 MCTIC (0383253)
53000.006767/2012-51	Exposição de Motivos 1059 2017 MCTIC (0382276)
53000.057527/2011-33	Exposição de Motivos 1006 2017 MCTIC (0374429)

53000.039997/2012-04	Exposição de Motivos 943 2017 MCTIC (0373787)
53900.003577/2014-16	Exposição de Motivos 919 2017 MCTIC (0372278)
53900.001487/2014-74	Exposição de Motivos 925 2017 MCTIC (0372243)
53000.014127/2010-52	Exposição de Motivos 916 2017 MCTIC (0372106)
53000.071367/2013-05	Exposição de Motivos 188 2017 MCTIC (0358936)
53000.055757/2011-68	Exposição de Motivos 133 2017 MCTIC (0201350)
53000.052857/2011-32	Exposição de Motivos 1008 2017 MCTIC (0358660)
53900.040337/2016-48	Exposição de Motivos 945 2017 MCTIC (0356860)
53000.013347/2011-40	Exposição de Motivos 964 2017 MCTIC (0357829)
53900.002457/2015-66	Exposição de Motivos 797 2017 MCTIC (0344460)
53900.017327/2015-28	Exposição de Motivos 801 2017 MCTIC (0344417)
53000.055767/2011-01	Exposição de Motivos 908 2017 MCTIC (0332366)
53000.071647/2013-13	Exposição de Motivos 911 2017 MCTIC (0332505)
53000.020077/2012-12	Exposição de Motivos 893 2017 MCTIC (0332089)
53900.046737/2015-86	Exposição de Motivos 864 2017 MCTIC (0332091)
53000.058117/2011-18	Exposição de Motivos 902 2017 MCTIC (0332010)
53900.041797/2015-11	Exposição de Motivos 880 2017 MCTIC (0332240)
53900.047727/2015-68	Exposição de Motivos 838 2017 MCTIC (0329880)
53900.049087/2015-21	Exposição de Motivos 829 2017 MCTIC (0328769)
53900.047617/2015-04	Exposição de Motivos 831 2017 MCTIC (0328853)
53900.050647/2015-90	Exposição de Motivos 822 2017 MCTIC (0328628)
53000.061897/2013-37	Exposição de Motivos 791 2017 MCTIC (0327494)
53000.052747/2012-51	Exposição de Motivos 799 2017 MCTIC (0327504)
53000.056227/2011-37	Exposição de Motivos 800 2017 MCTIC (0327615)

53900.017267/2015-43	Exposição de Motivos 775 2017 MCTIC (0324162)
53000.020797/2013-51	Exposição de Motivos 777 2017 MCTIC (0324186)
53900.017067/2015-91	Exposição de Motivos 774 2017 MCTIC (0324130)
53000.007057/2013-29	Exposição de Motivos 755 2017 MCTIC (0323794)
53900.042147/2015-84	Exposição de Motivos 758 2017 MCTIC (0323380)
53000.058137/2011-81	Exposição de Motivos 760 2017 MCTIC (0323420)
53000.049727/2012-01	Exposição de Motivos 742 2017 MCTIC (0322403)
53900.021997/2014-68	Exposição de Motivos 733 2017 MCTIC (0321722)
53900.008337/2014-91	Exposição de Motivos 546 2017 MCTIC (0278146)
53000.017857/2013-58	Exposição de Motivos 224 2017 MCTIC (0267126)
53000.049117/2012-08	Exposição de Motivos 312 2017 MCTIC (0266425)
53000.006807/2013-45	Exposição de Motivos 448 2017 MCTIC (0263586)
53000.017967/2013-10	Exposição de Motivos 301 2017 MCTIC (0271086)
53900.009247/2014-18	Exposição de Motivos 528 2017 MCTIC (0273202)
53000.070507/2013-10	Exposição de Motivos 435 2017 MCTIC (0272809)
53000.029227/2012-45	Exposição de Motivos 463 2017 MCTIC (0274003)
53000.041817/2011-65	Exposição de Motivos 532 2017 MCTIC (0275286)
53000.000127/2013-18	Exposição de Motivos 485 2017 MCTIC (0276693)
53000.019647/2013-02	Exposição de Motivos 563 2017 MCTIC (0288048)
53900.017747/2014-23	Exposição de Motivos 383 2017 MCTIC (0282371)
53000.068877/2013-97	Exposição de Motivos 615 2017 MCTIC (0302563)
53000.000307/2014-81	Exposição de Motivos 604 2017 MCTIC (0302080)
53000.061497/2013-21	Exposição de Motivos 593 2017 MCTIC (0302315)
53000.062557/2013-23	Exposição de Motivos 605 2017 MCTIC (0302364)

53000.005447/2010-11	Exposição de Motivos 223 2016 MCTIC (0083781)
53900.003257/2014-41	Exposição de Motivos 653 2017 MCTIC (0308852)
53900.042127/2015-11	Exposição de Motivos 694 2017 MCTIC (0311518)
53900.041857/2015-97	Exposição de Motivos 691 2017 MCTIC (0311463)
53000.051427/2012-84	Exposição de Motivos 720 2017 MCTIC (0319461)
53900.049367/2015-39	Exposição de Motivos 668 2017 MCTIC (0309842)
53000.047027/2012-74	Exposição de Motivos 657 2017 MCTIC (0309680)
53000.055907/2013-03	Exposição de Motivos 661 2017 MCTIC (0309633)
53900.039719/2015-48	Exposição de Motivos 524 2017 MCTIC (0275247)
53000.028019/2012-29	Exposição de Motivos 466 2017 MCTIC (0276041)
53000.048669/2012-91	Exposição de Motivos 483 2017 MCTIC (0276629)
53900.006389/2014-23	Exposição de Motivos 534 2017 MCTIC (0287128)
53000.036049/2012-17	Exposição de Motivos 608 2017 MCTIC (0302499)
53000.007039/2013-47	Exposição de Motivos 586 2017 MCTIC (0302279)
53000.014269/2012-81	Exposição de Motivos 595 2017 MCTIC (0301695)
53000.009819/2014-11	Exposição de Motivos 585 2017 MCTIC (0301909)
53900.041679/2015-02	Exposição de Motivos 643 2017 MCTIC (0304114)
53000.056639/2012-58	Exposição de Motivos 644 2017 MCTIC (0304144)
53900.039649/2015-28	Exposição de Motivos 646 2017 MCTIC (0308464)
53000.015779/2013-57	Exposição de Motivos 654 2017 MCTIC (0308944)
53900.048239/2015-78	Exposição de Motivos 667 2017 MCTIC (0309927)
53000.070169/2013-16	Exposição de Motivos 663 2017 MCTIC (0309655)
53900.017339/2015-52	Exposição de Motivos 697 2017 MCTIC (0311949)
53000.059219/2013-12	- Exposição de Motivos 467 2018 MCTIC (0875494)
53000.057439/2011-31	- Exposição de Motivos 867 2017 MCTIC (0346288)

53900.041939/2015-31 - Exposição de Motivos 514 2018 MCTIC (0923928)
53000.015829/2013-04 - Exposição de Motivos 443 2017 MCTIC (0272211)
53000.064009/2013-38 - Exposição de Motivos 551 2018 MCTIC (0943983)
53000.053969/2012-91 - Exposição de Motivos 1009 2017 MCTIC (0374481)
53900.027759/2016-28 - Exposição de Motivos 540 2018 MCTIC (0918404)
53000.059289/2011-09 - Exposição de Motivos 248 2017 MCTIC (0246474)
53000.041679/2013-86 - Exposição de Motivos 474 2018 MCTIC (0845648)
53000.046089/2012-69 - Exposição de Motivos 419 2018 MCTIC (0796181)
53710.000749/2000-15 - Exposição de Motivos 453 2018 MCTIC (0845059)
53000.028449/2009-45 - Exposição de Motivos 468 2018 MCTIC (0837880)
53900.045489/2015-56 - Exposição de Motivos 442 2018 MCTIC (0837144)
53900.003029/2016-31 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836698)
53900.020099/2014-92 - Exposição de Motivos 424 2018 MCTIC (0808381)
53900.062019/2015-57 - Exposição de Motivos 430 2018 MCTIC (0808327)
53000.023809/2013-07 - Exposição de Motivos 432 2018 MCTIC (0808302)
53900.046879/2015-43 - Exposição de Motivos 386 2018 MCTIC (0785111)
53900.049709/2015-11 - Exposição de Motivos 394 2018 MCTIC (0785064)
53900.011959/2016-69 - Exposição de Motivos 375 2018 MCTIC (0765035)
53900.019629/2014-50 - Exposição de Motivos 370 2018 MCTIC (0764590)
53000.070099/2013-04 - Exposição de Motivos 369 2018 MCTIC (0764449)
53900.016399/2015-58 - Exposição de Motivos 324 2018 MCTIC (0733553)
53900.012339/2016-47 - Exposição de Motivos 346 2018 MCTIC (0732695)
53000.015799/2013-28 - Exposição de Motivos 281 2018 MCTIC (0703199)
53900.049739/2015-27 - Exposição de Motivos 296 2018 MCTIC (0702519)
53000.075619/2013-67 - Exposição de Motivos 306 2018 MCTIC (0702569)
53900.005039/2014-41 - Exposição de Motivos 273 2018 MCTIC (0703141)
53900.041859/2015-86 - Exposição de Motivos 308 2018 MCTIC (0702917)
53000.060089/2011-91 - Exposição de Motivos 307 2018 MCTIC (0702680)
53900.029509/2014-61 - Exposição de Motivos 262 2018 MCTIC (0682072)
53000.057909/2011-67 - Exposição de Motivos 206 2018 MCTIC (0677211)
53900.031989/2014-20 - Exposição de Motivos 207 2018 MCTIC (0676319)
53900.016239/2014-28 - Exposição de Motivos 223 2018 MCTIC (0674392)
53900.011529/2016-47 - Exposição de Motivos 164 2018 MCTIC (0583699)
53000.050129/2012-77 - Exposição de Motivos 198 2018 MCTIC (0652447)
53900.018279/2014-12 - Exposição de Motivos 216 2018 MCTIC (0672536)
53900.017279/2015-78 - Exposição de Motivos 120 2018 MCTIC (0556709)
53000.041399/2012-97 - Exposição de Motivos 1019 2017 MCTIC (0361470)
53680.000099/1998-36 - Exposição de Motivos 50 2018 MCTIC (0481209)
53900.017059/2015-44 - Exposição de Motivos 114 2018 MCTIC (0556651)
53000.050829/2011-81 - Exposição de Motivos 65 2018 MCTIC (0527570)
53900.050709/2015-63 - Exposição de Motivos 13 2018 MCTIC (0481473)
53000.071349/2013-15 - Exposição de Motivos 23 2018 MCTIC (0483124)
53000.070749/2013-11 - Exposição de Motivos 85 2018 MCTIC (0523217)
53000.063589/2012-65 - Exposição de Motivos 3 2018 MCTIC (0481509)
53000.065289/2012-11 - Exposição de Motivos 425 2017 MCTIC (0262571)
53000.059079/2011-11 - Exposição de Motivos 1042 2017 MCTIC (0382071)
53000.006409/2009-42 - Exposição de Motivos 243 2017 MCTIC (0261344)
53000.050949/2012-69 - Exposição de Motivos 986 2017 MCTIC (0374381)
53000.067009/2011-28 - Exposição de Motivos 1078 2017 MCTIC (0383287)
53900.038549/2014-01 - Exposição de Motivos 1025 2017 MCTIC (0361193)
53000.001359/2014-74 - Exposição de Motivos 292 2018 MCTIC (0701572)
53900.011859/2016-32 - Exposição de Motivos 1068 2017 MCTIC (0382395)

53900.046499/2015-17 - Exposição de Motivos 983 2017 MCTIC (0374418)
53900.009349/2014-33 - Exposição de Motivos 921 2017 MCTIC (0372284)
53900.007769/2015-66 - Exposição de Motivos 975 2017 MCTIC (0374053)
53000.059679/2011-71 - Exposição de Motivos 1065 2017 MCTIC (0382287)
53000.003089/2010-11 - Exposição de Motivos 240 2016 EXM MCTIC (0131371)
53000.044199/2011-13 - Exposição de Motivos 891 2017 MCTIC (0347578)
53000.066549/2011-94 - Exposição de Motivos 997 2017 MCTIC (0358493)
53000.001639/2012-11 - Exposição de Motivos 1013 2017 MCTIC (0358719)
53000.032529/2011-10 - Exposição de Motivos 966 2017 MCTIC (0357821)
53000.055769/2011-92 - Exposição de Motivos 952 2017 MCTIC (0357553)
53000.043819/2013-51 - Exposição de Motivos 773 2017 MCTIC (0344082)
53000.056619/2011-04 - Exposição de Motivos 795 2017 MCTIC (0345308)
53900.048779/2015-51 - Exposição de Motivos 862 2017 MCTIC (0332033)
53900.017409/2014-91 - Exposição de Motivos 781 2017 MCTIC (0344557)
53900.039579/2015-16 - Exposição de Motivos 806 2017 MCTIC (0327249)
53900.020989/2014-02 - Exposição de Motivos 959 2017 MCTIC (0334513)
53900.009909/2015-31 - Exposição de Motivos 885 2017 MCTIC (0332256)
53900.050619/2015-72 - Exposição de Motivos 861 2017 MCTIC (0332323)
53000.051419/2012-38 - Exposição de Motivos 924 2017 MCTIC (0332301)
53900.048009/2015-17 - Exposição de Motivos 837 2017 MCTIC (0329854)
53000.007329/2014-71 - Exposição de Motivos 789 2017 MCTIC (0327355)
53000.006879/2013-92 - Exposição de Motivos 782 2017 MCTIC (0326984)
53000.058099/2011-66 - Exposição de Motivos 707 2017 MCTIC (0324561)
53000.058119/2011-07 - Exposição de Motivos 708 2017 MCTIC (0324468)
53000.009899/2013-15 - Exposição de Motivos 686 2017 MCTIC (0323969)
53000.071599/2013-55 - Exposição de Motivos 598 2017 MCTIC (0323094)
53900.016739/2015-41 - Exposição de Motivos 730 2017 MCTIC (0321686)
53900.046389/2015-47 - Exposição de Motivos 732 2017 MCTIC (0321643)
53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
53900.041776/2015-97 - Exposição de Motivos 738 2017 MCTIC (0321984)
53000.034243/2010-98 - Exposição de Motivos 374 2018 MCTIC (0959907)
53000.019200/2010-82 - Exposição de Motivos 65 2017 MCTIC (0140598)
53900.023990/2016-42 - Exposição de Motivos 1064 2017 MCTIC (0382367)
53000.073920/2013-36 - Exposição de Motivos 992 2017 MCTIC (0375706)
53900.012810/2014-35 - Exposição de Motivos 970 2017 MCTIC (0373991)
53900.008480/2014-83 - Exposição de Motivos 938 2017 MCTIC (0373602)
53000.028900/2013-19 - Exposição de Motivos 933 2017 MCTIC (0373148)
53900.050050/2016-26 - Exposição de Motivos 946 2017 MCTIC (0356836)
53000.036560/2012-19 - Exposição de Motivos 947 2017 MCTIC (0357082)
53000.057910/2011-91 - Exposição de Motivos 955 2017 MCTIC (0357847)
53000.033060/2013-06 - Exposição de Motivos 950 2017 MCTIC (0357843)
53900.041780/2015-55 - Exposição de Motivos 899 2017 MCTIC (0332372)
53900.041490/2015-10 - Exposição de Motivos 793 2017 MCTIC (0344522)
53000.059620/2012-63 - Exposição de Motivos 796 2017 MCTIC (0344568)
53000.058130/2011-69 - Exposição de Motivos 772 2017 MCTIC (0344120)
53000.070500/2013-06 - Exposição de Motivos 766 2017 MCTIC (0343966)
53900.047620/2015-10 - Exposição de Motivos 879 2017 MCTIC (0332013)
53900.009190/2014-57 - Exposição de Motivos 905 2017 MCTIC (0332156)
53900.008250/2015-03 - Exposição de Motivos 850 2017 MCTIC (0329788)
53000.059330/2011-39 - Exposição de Motivos 828 2017 MCTIC (0328856)
53900.047630/2015-55 - Exposição de Motivos 802 2017 MCTIC (0327331)
53000.065280/2012-18 - Exposição de Motivos 812 2017 MCTIC (0327513)

53000.006880/2013-17 - Exposição de Motivos 682 2017 MCTIC (0323626)
53000.019020/2014-24 - Exposição de Motivos 664 2017 MCTIC (0323238)
53000.012480/2013-41 - Exposição de Motivos 767 2017 MCTIC (0323552)
53000.059290/2011-25 - Exposição de Motivos 590 2017 MCTIC (0322937)
53000.058080/2011-10 - Exposição de Motivos 591 2017 MCTIC (0322862)
53900.011550/2014-81 - Exposição de Motivos 746 2017 MCTIC (0322446)
53000.012760/2013-59 - Exposição de Motivos 120 2017 MCTIC (0231085)
53000.043110/2011-93 - Exposição de Motivos 510 2017 MCTIC (0278667)
53000.031930/2012-13 - Exposição de Motivos 389 2017 MCTIC (0280870)
53000.056150/2012-86 - Exposição de Motivos 412 2017 MCTIC (0270064)
53000.002360/2012-54 - Exposição de Motivos 407 2017 MCTIC (0268087)
53000.021870/2013-10 - Exposição de Motivos 447 2017 MCTIC (0272000)
53900.036160/2014-13 - Exposição de Motivos 433 2017 MCTIC (0272868)
53000.071350/2013-40 - Exposição de Motivos 431 2017 MCTIC (0272899)
53000.045180/2012-67 - Exposição de Motivos 459 2017 MCTIC (0274263)
53000.041590/2013-10 - Exposição de Motivos 475 2017 MCTIC (0274379)
53000.059200/2013-68 - Exposição de Motivos 526 2017 MCTIC (0275265)
53000.056640/2013-63 - Exposição de Motivos 474 2017 MCTIC (0276132)
53000.008640/2012-76 - Exposição de Motivos 562 2017 MCTIC (0288057)
53900.037910/2015-55 - Exposição de Motivos 620 2017 MCTIC (0302533)
53900.007240/2014-61 - Exposição de Motivos 617 2017 MCTIC (0302554)
53000.049480/2012-15 - Exposição de Motivos 616 2017 MCTIC (0302681)
53000.040750/2013-11 - Exposição de Motivos 640 2017 MCTIC (0303524)
53000.056380/2012-45 - Exposição de Motivos 695 2017 MCTIC (0311678)
53900.034780/2015-07 - Exposição de Motivos 673 2017 MCTIC (0310160)
53000.031940/2012-59 - Exposição de Motivos 699 2017 MCTIC (0312090)
53900.042150/2015-06 - Exposição de Motivos 725 2017 MCTIC (0319898)
53000.055770/2011-17 - Exposição de Motivos 721 2017 MCTIC (0319434)
53000.036340/2012-87 - Exposição de Motivos 395 2018 MCTIC (0784729)
53900.017950/2015-81 - Exposição de Motivos 359 2018 MCTIC (0764728)
53900.005510/2016-61 - Exposição de Motivos 368 2018 MCTIC (0744467)
53000.027470/2009-23 - Exposição de Motivos 341 2018 MCTIC (0732925)
53000.041580/2010-31 - Exposição de Motivos 354 2018 MCTIC (0732169)
53900.007550/2014-86 - Exposição de Motivos 289 2018 MCTIC (0732215)
53900.016180/2015-59 - Exposição de Motivos 274 2018 MCTIC (0703266)
53900.048000/2015-06 - Exposição de Motivos 299 2018 MCTIC (0702472)
53000.043380/2012-85 - Exposição de Motivos 257 2018 MCTIC (0676938)
53900.038370/2016-16 - Exposição de Motivos 243 2018 MCTIC (0676745)
53000.067110/2011-89 - Exposição de Motivos 244 2018 MCTIC (0676275)
53900.023980/2014-45 - Exposição de Motivos 268 2018 MCTIC (0676085)
53900.017320/2015-14 - Exposição de Motivos 227 2018 MCTIC (0675707)
53900.009880/2014-14 - Exposição de Motivos 272 2018 MCTIC (0673749)
53900.005950/2016-19 - Exposição de Motivos 266 2018 MCTIC (0673809)
53900.013950/2014-21 - Exposição de Motivos 195 2018 MCTIC (0653239)
53900.049220/2015-49 - Exposição de Motivos 185 2018 MCTIC (0653293)
53900.041650/2015-12 - Exposição de Motivos 181 2018 MCTIC (0587806)
53900.020670/2014-79 - Exposição de Motivos 161 2018 MCTIC (0585794)
53900.006330/2014-35 - Exposição de Motivos 157 2018 MCTIC (0583737)
53000.014020/2013-57 - Exposição de Motivos 149 2018 MCTIC (0583950)
53900.009140/2014-70 - Exposição de Motivos 137 2018 MCTIC (0569540)
53000.058120/2011-23 - Exposição de Motivos 80 2018 MCTIC (0527614)
53900.016430/2015-51 - Exposição de Motivos 102 2018 MCTIC (0523399)

53900.017160/2015-03 - Exposição de Motivos 89 2018 MCTIC (0523391)
53000.027270/2013-57 - Exposição de Motivos 71 2018 MCTIC (0521468)
53000.071620/2013-12 - Exposição de Motivos 22 2018 MCTIC (0483046)
53900.000200/2016-51 - Exposição de Motivos 30 2018 MCTIC (0483417)
53000.005800/2014-97 - Exposição de Motivos 17 2018 MCTIC (0482103)
53000.070120/2013-63 - Exposição de Motivos 8 2018 MCTIC (0481245)
53900.048226/2015-07 - Exposição de Motivos 527 2018 MCTIC (0920430)
53000.016596/2013-59 - Exposição de Motivos 518 2018 MCTIC (0922120)
53000.026836/2011-61 - Exposição de Motivos 477 2018 MCTIC (0845202)
53000.053176/2013-53 - Exposição de Motivos 314 2017 MCTIC (0271104)
53900.007246/2014-39 - Exposição de Motivos 410 2017 MCTIC (0268151)
53900.003786/2014-43 - Exposição de Motivos 494 2018 MCTIC (0876622)
53000.037836/2011-97 - Exposição de Motivos 493 2018 MCTIC (0876581)
53900.017326/2015-83 - Exposição de Motivos 726 2017 MCTIC (0319958)
53000.065326/2013-71 - Exposição de Motivos 482 2018 MCTIC (0845690)
53900.024846/2015-42 - Exposição de Motivos 415 2018 MCTIC (0795336)
53000.063406/2011-21 - Exposição de Motivos 998 2017 MCTIC (0358757)
53000.004676/2014-42 - Exposição de Motivos 463 2018 MCTIC (0837220)
53000.000416/2009-31 - Exposição de Motivos 466 2918 MCTIC (0837237)
53000.049916/2013-57 - Exposição de Motivos 448 2018 MCTIC (0836774)
53000.070826/2013-25 - Exposição de Motivos 443 2018 MCTIC (0836864)
53000.042696/2011-79 - Exposição de Motivos 445 2018 MCTIC (0836908)
53900.055346/2015-52 - Exposição de Motivos 458 2018 MCTIC (0837006)
53000.011766/2014-90 - Exposição de Motivos 428 2018 MCTIC (0808654)
53000.007916/2014-61 - Exposição de Motivos 417 2018 MCTIC (0796217)
53000.006816/2013-36 - Exposição de Motivos 416 2018 MCTIC (0795674)
53900.002856/2015-27 - Exposição de Motivos 409 2018 MCTIC (0794322)
53900.017286/2015-70 - Exposição de Motivos 384 2018 MCTIC (0785304)
53000.070736/2013-34 - Exposição de Motivos 380 2018 MCTIC (0784961)
53900.048776/2015-18 - Exposição de Motivos 367 2018 MCTIC (0765409)
53900.045626/2016-33 - Exposição de Motivos 366 2018 MCTIC (0765005)
53900.020036/2015-17 - Exposição de Motivos 334 2018 MCTIC (0733960)
53900.022496/2015-80 - Exposição de Motivos 333 2018 MCTIC (0734102)
53900.011676/2014-55 - Exposição de Motivos 278 2018 MCTIC (0703082)
53900.042136/2015-02 - Exposição de Motivos 297 2018 MCTIC (0702417)
53000.047896/2013-80 - Exposição de Motivos 305 2018 MCTIC (0702638)
53900.048786/2015-53 - Exposição de Motivos 228 2018 MCTIC (0676467)
53900.017866/2015-67 - Exposição de Motivos 221 2018 MCTIC (0675815)
53000.003536/2013-76 - Exposição de Motivos 202 2018 MCTIC (0672189)
53900.053766/2016-85 - Exposição de Motivos 194/2018 MCTIC (0652416)
53000.068096/2013-01 - Exposição de Motivos 223 2017 MCTIC (0246081)
53900.000576/2014-11 - Exposição de Motivos 270 2017 MCTIC (0246007)
53900.050256/2015-75 - Exposição de Motivos 178 2018 MCTIC (0587455)
53000.066606/2013-05 - Exposição de Motivos 177 2018 MCTIC (0588040)
53900.017136/2015-66 - Exposição de Motivos 133 2018 MCTIC (0569180)
53000.058466/2011-21 - Exposição de Motivos 131 2018 MCTIC (0569167)
53900.034256/2015-28 - Exposição de Motivos 105 2018 MCTIC (0555741)
53900.017156/2015-37 - Exposição de Motivos 123 2018 MCTIC (0556620)
53000.058106/2011-20 - Exposição de Motivos 110 2018 MCTIC (0556566)
53900.007846/2015-88 - Exposição de Motivos 60 2018 MCTIC (0556136)
53900.049346/2015-13 - Exposição de Motivos 100 2018 MCTIC (0523525)
53000.056216/2011-57 - Exposição de Motivos 98 2018 MCTIC (0523585)

53000.067636/2013-21 - Exposição de Motivos 73 2018 MCTIC (0521350)
53000.062556/2013-89 - Exposição de Motivos 72 2018 MCTIC (0521613)
53000.059736/2013-83 - Exposição de Motivos 45 2018 MCTIC (0484303)
53000.050216/2012-24 - Exposição de Motivos 46 2018 MCTIC (0484161)
53000.050186/2011-75 - Exposição de Motivos 39 2018 MCTIC (0483089)
53000.029836/2013-85 - Exposição de Motivos 35 2018 MCTIC (0483254)
53900.078146/2015-78 - Exposição de Motivos 28 2018 MCTIC (0483329)
53000.057226/2011-18 - Exposição de Motivos 21 2018 MCTIC (0482777)
53000.052326/2012-21 - Exposição de Motivos 4 2018 MCTIC (0481625)
53900.049266/2015-68 - Exposição de Motivos 12 2018 MCTIC (0481490)
53000.004356/2012-21 - Exposição de Motivos 1082 2017 MCTIC (0383414)
53900.000766/2016-82 - Exposição de Motivos 1086 2017 MCTIC (0383045)
53900.042116/2015-23 - Exposição de Motivos 976 2017 MCTIC (0374072)
53900.046836/2015-68 - Exposição de Motivos 981 2017 MCTIC (0374366)
53000.070526/2013-46 - Exposição de Motivos 962 2017 MCTIC (0373906)
53000.055766/2011-59 - Exposição de Motivos 934 2017 MCTIC (0373371)
53000.005496/2008-30 - Exposição de Motivos 1027 2017 MCTIC (0361295)
53000.025416/2013-20 - Exposição de Motivos 1026 2017 MCTIC (0361697)
53000.065796/2013-35 - Exposição de Motivos 070 2017 MCTIC (0358870)
53000.001866/2009-41 - Exposição de Motivos 892 2017 MCTIC (0347634)
53000.039926/2013-84 - Exposição de Motivos 870 2017 MCTIC (0346418)
53000.058116/2011-65 - Exposição de Motivos 846 2017 MCTIC (0346053)
53900.005056/2014-87 - Exposição de Motivos 840 2017 MCTIC (0345633)
53000.055726/2012-98 - Exposição de Motivos 785 2017 MCTIC (0344751)
53000.020796/2013-14 - Exposição de Motivos 765 2017 MCTIC (0343702)
53000.054986/2012-46 - Exposição de Motivos 901 2017 MCTIC (0332492)
53000.057916/2011-69 - Exposição de Motivos 909 2017 MCTIC (0332549)
53900.046846/2015-01 - Exposição de Motivos 855 2017 MCTIC (0332233)
53900.034546/2015-71 - Exposição de Motivos 841 2017 MCTIC (0329901)
53900.046496/2015-75 - Exposição de Motivos 833 2017 MCTIC (0328812)
53900.017336/2015-19 - Exposição de Motivos 808 2017 MCTIC (0327021)
53900.020946/2014-19 - Exposição de Motivos 809 2017 MCTIC (0327443)
53900.029926/2015-94 - Exposição de Motivos 807 2017 MCTIC (0326946)
53000.061976/2013-48 - Exposição de Motivos 713 2017 MCTIC (0324391)
53900.015016/2015-24 - Exposição de Motivos 599 2017 MCTIC (0322985)
53000.070516/2013-19 - Exposição de Motivos 716 2017 MCTIC (0322954)
53000.031936/2012-91 - Exposição de Motivos 749 2017 MCTIC (0322465)
53000.006656/2013-25 - Exposição de Motivos 681 2017 MCTIC (0321697)
53900.061306/2015-40 - Exposição de Motivos 121 2017 MCTIC (0231043)
53900.017866/2014-86 - Exposição de Motivos 509 2017 MCTIC (0278359)
53000.058076/2011-51 - Exposição de Motivos 382 2017 MCTIC (0280136)
53000.054476/2012-79 - Exposição de Motivos 398 2017 MCTIC (0280326)
53000.011716/2013-21 - Exposição de Motivos 549 2017 MCTIC (0281105)
53000.068456/2013-66 - Exposição de Motivos 202 2017 MCTIC (0270312)
53000.024276/2012-91 - Exposição de Motivos 252 2017 MCTIC (0266637)
53900.034526/2015-09 - Exposição de Motivos 337 2017 MCTIC (0263378)
53000.052576/2012-61 - Exposição de Motivos 455 2017 MCTIC (0272317)
53000.057706/2012-51 - Exposição de Motivos 451 2017 MCTIC (0274001)
53900.001546/2014-12 - Exposição de Motivos 550 2017 MCTIC (0275059)
53000.046516/2011-28 - Exposição de Motivos 471 2017 MCTIC (0276250)
53000.047886/2011-82 - Exposição de Motivos 489 2017 MCTIC (0276467)
53000.065566/2013-76 - Exposição de Motivos 494 2017 MCTIC (0276464)

53900.006386/2014-90 - Exposição de Motivos 490 2017 MCTIC (0277800)
53000.007056/2013-84 - Exposição de Motivos 561 2017 MCTIC (0288082)
53000.015816/2013-27 - Exposição de Motivos 687 2017 MCTIC (0311291)
53000.063176/2012-81 - Exposição de Motivos 674 2017 MCTIC (0310173)
53000.075026/2013-09 - Exposição de Motivos 658 2017 MCTIC (0309598)
53000.043084/2012-84 - Exposição de Motivos 529 2017 MCTIC (0287146)
53000.026544/2011-29 - Exposição de Motivos 332 2017 MCTIC (0285817)
53000.064284/2010-17 - Exposição de Motivos 369 2017 MCTIC (0281344)
53000.024854/2013-71 - Exposição de Motivos 633 2017 MCTIC (0303388)
53000.058104/2011-31 - Exposição de Motivos 628 2017 MCTIC (0303107)
53000.041034/2013-43 - Exposição de Motivos 629 2017 MCTIC (0303205)
53000.029374/2013-04 - Exposição de Motivos 621 2017 MCTIC (0303217)
53900.001804/2014-52 - Exposição de Motivos 601 2017 MCTIC (0302096)
53000.057044/2013-09 - Exposição de Motivos 600 2017 MCTIC (0302345)
53000.017204/2013-79 - Exposição de Motivos 606 2017 MCTIC (0302407)
53000.003434/2014-31 - Exposição de Motivos 582 2017 MCTIC (0301851)
53900.036274/2015-44 - Exposição de Motivos 647 2017 MCTIC (0308500)
53900.003524/2015-60 - Exposição de Motivos 648 2017 MCTIC (0308543)
53900.006344/2014-59 - Exposição de Motivos 652 2017 MCTIC (0308650)
53900.039554/2015-12 - Exposição de Motivos 679 2017 MCTIC (0311456)
53000.056624/2011-17 - Exposição de Motivos 659 2017 MCTIC (0309608)
53000.000634/2013-51 - Exposição de Motivos 703 2017 MCTIC (0312137)
53000.057704/2012-62 - Exposição de Motivos 76 2018 MCTIC (0527529)
53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
53900.017294/2015-16 - Exposição de Motivos 464 2017 MCTIC (0274123)
53000.056644/2011-80 - Exposição de Motivos 462 2017 MCTIC (0274523)
53000.047754/2013-12 - Exposição de Motivos 473 2017 MCTIC (0274544)
53900.007754/2014-17 - Exposição de Motivos 551 2017 MCTIC (0275107)
53000.049664/2012-85 - Exposição de Motivos 530 2017 MCTIC (0275268)
53000.065174/2012-26 - Exposição de Motivos 488 2017 MCTIC (0276350)
53000.058124/2011-10 - Exposição de Motivos 495 2017 MCTIC (0276793)
53000.031924/2012-66 - Exposição de Motivos 564 2017 MCTIC (0288218)
53000.014914/2013-47 - Exposição de Motivos 559 2017 MCTIC (0287358)
53000.021334/2013-14 - Exposição de Motivos 558 2017 MCTIC (0287196)
53900.002094/2014-88 - Exposição de Motivos 739 2017 MCTIC (0322005)
53900.003474/2014-31 - Exposição de Motivos 736 2017 MCTIC (0321857)
53000.056194/2013-97 - Exposição de Motivos 203 2017 MCTIC (0228364)
53000.058734/2012-96 - Exposição de Motivos 543 2017 MCTIC (0278264)
53000.057904/2011-34 - Exposição de Motivos 553 2017 MCTIC (0279688)
53000.070514/2013-11 - Exposição de Motivos 547 2017 MCTIC (0279720)
53000.039604/2007-97 - Exposição de Motivos 368 2017 MCTIC (0280177)
53000.057914/2011-70 - Exposição de Motivos 349 2017 MCTIC (0280450)
53000.069974/2013-05 - Exposição de Motivos 548 2017 MCTIC (0281204)
53000.003804/2013-50 - Exposição de Motivos 432 2017 MCTIC (0272628)
53900.003004/2014-76 - Exposição de Motivos 836 2017 MCTIC (0328793)
53900.048244/2015-81 - Exposição de Motivos 830 2017 MCTIC (0328813)
53000.025604/2012-77 - Exposição de Motivos 783 2017 MCTIC (0327039)
53000.062554/2013-90 - Exposição de Motivos 788 2017 MCTIC (0327259)
53000.017094/2013-45 - Exposição de Motivos 769 2017 MCTIC (0324607)
53000.007034/2013-14 - Exposição de Motivos 684 2017 MCTIC (0324031)
53000.007674/2014-13 - Exposição de Motivos 676 2017 MCTIC (0323272)
53000.007104/2013-34 - Exposição de Motivos 596 2017 MCTIC (0322906)

53000.059764/2010-58 - Exposição de Motivos 580 2017 MCTIC (0322770)
 53000.056954/2012-85 - Exposição de Motivos 741 2017 MCTIC (0322174)
 53900.039644/2015-03 - Exposição de Motivos 803 2017 MCTIC (0345516)
 53000.031934/2012-00 - Exposição de Motivos 794 2017 MCTIC (0345294)
 53000.046474/2012-14 - Exposição de Motivos 912 2017 MCTIC (0332009)
 53900.014134/2015-15 - Exposição de Motivos 872 2017 MCTIC (0332146)
 53900.034554/2015-18 - Exposição de Motivos 856 2017 MCTIC (0332205)
 53000.057214/2011-85 - Exposição de Motivos 894 2017 MCTIC (0331931)
 53000.067714/2013-97 - Exposição de Motivos 915 2017 MCTIC (0331705)
 53000.062334/2013-66 - Exposição de Motivos 847 2017 MCTIC (0329940)
 53900.025954/2015-32 - Exposição de Motivos 845 2017 MCTIC (0329839)
 53000.059284/2011-78 - Exposição de Motivos 825 2017 MCTIC (0328678)
 53000.073494/2013-31 - Exposição de Motivos 1062 2017 MCTIC (0382352)
 53000.005244/2012-97 - Exposição de Motivos 1040 2017 MCTIC (0381897)
 53000.042814/2013-19 - Exposição de Motivos 979 2017 MCTIC (0374191)
 53000.056644/2012-61 - Exposição de Motivos 978 2017 MCTIC (0374168)
 53000.069884/2013-14 - Exposição de Motivos 932 2017 MCTIC (0373154)
 53000.027624/2012-82 - Exposição de Motivos 926 2017 MCTIC (0372163)
 53000.008174/2012-29 - Exposição de Motivos 1023 2017 MCTIC (0360829)
 53000.058924/2012-11 - Exposição de Motivos 886 2017 MCTIC (0346677)
 53000.064084/2012-18 - Exposição de Motivos 871 2017 MCTIC (0346564)
 53000.067904/2013-12 - Exposição de Motivos 881 2017 MCTIC (0346643)
 53900.049094/2015-22 - Exposição de Motivos 117 2018 MCTIC (0554330)
 53000.016594/2013-60 - Exposição de Motivos 84 2018 MCTIC (0527683)
 53000.013444/2010-51 - Exposição de Motivos 918 2017 MCTIC (0372147)
 53000.045554/2013-25 - Exposição de Motivos 81 2018 MCTIC (0523079)
 53900.048224/2015-18 - Exposição de Motivos 92 2018 MCTIC (0523434)
 53000.039184/2013-97 - Exposição de Motivos 96 2018 MCTIC (0523590)
 53000.018934/2013-97 - Exposição de Motivos 64 2018 MCTIC (0521368)
 53900.011474/2014-11 - Exposição de Motivos 56 2018 MCTIC (0481150)
 53000.001524/2001-73 - Exposição de Motivos 153/2016 (0037790)
 53000.008854/2012-42 - Exposição de Motivos 1095 2017 MCTIC (0383607)
 53000.061475/2011-08 - Exposição de Motivos 483 2018 MCTIC (0845098)
 53000.037545/2012-80 - Exposição de Motivos 451 2018 MCTIC (0837119)
 53900.016795/2015-85 - Exposição de Motivos 339 2018 MCTIC (0733769)
 53000.022735/2012-01 - Exposição de Motivos 344 2018 MCTIC (0732889)
 53900.043275/2015-45 - Exposição de Motivos 336 2018 MCTIC (0732952)
 53900.046475/2015-50 - Exposição de Motivos 350 2018 MCTIC (0732843)
 53900.046725/2015-51 - Exposição de Motivos 351 2018 MCTIC (0732784)
 53900.047355/2015-70 - Exposição de Motivos 275 2018 MCTIC (0703173)
 53900.016805/2015-82 - Exposição de Motivos 294 2018 MCTIC (0702222)
 53000.022715/2012-21 - Exposição de Motivos 242 2018 MCTIC (0677098)
 53000.048845/2013-75 - Exposição de Motivos 265 2018 MCTIC (0677186)
 53000.041395/2012-17 - Exposição de Motivos 252 2018 MCTIC (0677222)
 53900.046555/2015-13 - Exposição de Motivos 210 2018 MCTIC (0676692)

 53000.052465/2011-73 - Exposição de Motivos 250 2018 MCTIC (0676561)
 53900.038365/2016-03 - Exposição de Motivos 239 2018 MCTIC (0676488)
 53000.007685/2014-95 - Exposição de Motivos 208 2018 MCTIC (0673503)
 53900.047995/2015-80 - Exposição de Motivos 219 2018 MCTIC (0672423)
 53770.000815/2002-12 - Exposição de Motivos 129 2018 MCTIC (0569306)
 53000.038735/2007-57 - Exposição de Motivos 897 2017 MCTIC (0347655)
 53830.001345/1997-80 - Exposição de Motivos 49 2018 MCTIC (0481248)
 53900.029945/2015-11 - Exposição de Motivos 152 2018 MCTIC (0585829)

53000.051425/2012-95 - Exposição de Motivos 162 2018 MCTIC (0583804)
53000.058135/2011-91 - Exposição de Motivos 79 2018 MCTIC (0527723)
53000.056215/2011-11 - Exposição de Motivos 78 2018 MCTIC (0527689)
53000.045645/2013-61 - Exposição de Motivos 69 2018 MCTIC (0521418)
53000.052005/2013-15 - Exposição de Motivos 67 2018 MCTIC (0521819)
53000.021295/2013-47 - Exposição de Motivos 74 2018 MCTIC (0521936)
53900.029902/2015-35 --- Exposição de Motivos 360 2018 MCTIC (0765180)
53900.016132/2016-41--- Exposição de Motivos 373 2018 MCTIC (0764577)
53900.038342/2016-91--- Exposição de Motivos 321 2018 MCTIC (0733707)
53900.046422/2015-39---Exposição de Motivos 335 2018 MCTIC (0732876)
53900.048812/2015-43---Exposição de Motivos 279 2018 MCTIC (0703215)
53000.020902/2012-71--- Exposição de Motivos 312 2018 MCTIC (0702864)
53900.049962/2015-74---Exposição de Motivos 293 2018 MCTIC (0702170)
53900.002972/2015-46---Exposição de Motivos 263 2018 MCTIC (0676991)
53000.067112/2011-78--- Exposição de Motivos 171 2018 MCTIC (0676181)
53900.016392/2015-36--- Exposição de Motivos 261 2018 MCTIC (0674459)
53000.005022/2011-93---Exposição de Motivos 267 2018 MCTIC (0673261)
53000.015432/2013-12-- Exposição de Motivos 159 2018 MCTIC (0584416)
53000.054912/2010-48--- Exposição de Motivos 128 2018 MCTIC (0568453)
53900.047532/2016-07--- Exposição de Motivos 104 2018 MCTIC (0553386)
53000.006952/2013-26 --- Exposição de Motivos 91 2018 MCTIC (0523452)
53900.029912/2015-71--- Exposição de Motivos 101 2018 MCTIC (0523442)
53000.044722/2011-01 --- Exposição de Motivos 34 2018 MCTIC (0483504)
53000.057872/2010-96 --- Exposição de Motivos 43 2018 MCTIC (0483044)
53000.014702/2012-89-- Exposição de Motivos 19 2018 MCTIC (0482374)
53000.008922/2012-73 --- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
53900.000192/2016-42 --- Exposição de Motivos 1089 2017 MCTIC (0383189)
53900.023982/2016-04--- Exposição de Motivos 1083 2017 MCTIC (0382822)
53900.000562/2016-41--- Exposição de Motivos 1070 2017 MCTIC (0382537)
53900.041642/2015-76--- Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
53000.015612/2013-96--Exposição de Motivos 942 2017 MCTIC (0373644)
53900.021042/2014-19-- Exposição de Motivos 927 2017 MCTIC (0372132)
53000.060442/2012-13-- Exposição de Motivos 751 2017 MCTIC (0322432)
53000.011502/2010-11---Exposição de Motivos 1033 2017 MCTIC (0360901)
53000.051422/2012-51--- Exposição de Motivos 940 2017 MCTIC (0357320)
53000.029232/2008-71--- Exposição de Motivos 953 2017 MCTIC (0357667)
53000.006812/2013-58--- Exposição de Motivos 868 2017 MCTIC (0346340)
53000.023322/2012-35 --- Exposição de Motivos 896 2017 MCTIC (0332521)
53000.056642/2012-71 --- Exposição de Motivos 889 2017 MCTIC (0332520)
53000.056242/2011-85 --- Exposição de Motivos 920 2017 MCTIC (0332584)
53900.048912/2015-70--- Exposição de Motivos 863 2017 MCTIC (0332177)
53900.017272/2015-56--- Exposição de Motivos 857 2017 MCTIC (0332254)
53000.060392/2012-74--- Exposição de Motivos 917 2017 MCTIC (0332282)
53900.016742/2015-64 ---Exposição de Motivos 900 2017 MCTIC (0332352)
53000.056222/2011-12 --- Exposição de Motivos 827 2017 MCTIC (0328735)
53900.021662/2014-40 --- Exposição de Motivos 814 2017 MCTIC (0328021)
53000.017052/2013-12 --- Exposição de Motivos 790 2017 MCTIC (0327424)
53000.048422/2012-74 --- Exposição de Motivos 748 2017 MCTIC (0322342)
53900.011242/2014-55--- Exposição de Motivos 776 2017 MCTIC (0324174)
53000.070982/2013-96--- Exposição de Motivos 764 2017 MCTIC (0323771)
53000.040872/2012-19 --- Exposição de Motivos 603 2017 MCTIC (0323236)
53000.031922/2012-77 --- Exposição de Motivos 588 2017 MCTIC (0322848)
53000.051842/2012-38 --- Exposição de Motivos 752 2017 MCTIC (0322408)
53000.022892/2010-46 --- Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
53000.018882/2009-72--- Exposição de Motivos 118 2017 MCTIC (0231073)
53900.006082/2014-22 --- Exposição de Motivos 536 2017 MCTIC (0278162)
53900.041862/2015-08 --- Exposição de Motivos 544 2017 MCTIC (0278209)
53000.036682/2009-00 --- Exposição de Motivos 402 2017 MCTIC (0267749)

53900.014792/2015-15 --- Exposição de Motivos 335 2017 MCTIC (0263492)
 53000.037302/2011-61 --- Exposição de Motivos 162 2017 MCTIC (0271003)
 53900.053112/2015-71 --- Exposição de Motivos 545 2017 MCTIC (0272216)
 53000.045952/2013-41--- Exposição de Motivos 522 2017 MCTIC (0272270)
 53000.066832/2013-88--- Exposição de Motivos 442 2017 MCTIC (0272322)
 53000.063555/2012-71 - Exposição de Motivos 54 2018 MCTIC (0481638)
 53000.046795/2012-19 - Exposição de Motivos 190 2017 MCTIC (0261645)
 53000.058765/2011-66 - Exposição de Motivos 1057 2017 MCTIC (0382267)
 53900.008065/2014-20 - Exposição de Motivos 937 2017 (0375377)
 53900.039625/2015-79 - Exposição de Motivos 985 2017 MCTIC (0374398)
 53900.020155/2014-99 - Exposição de Motivos 948 2017 MCTIC (0357187)
 53000.012365/2011-12 - Exposição de Motivos 967 2017 MCTIC (0357812)
 53000.007145/2014-10 - Exposição de Motivos 956 2017 MCTIC (0357836)
 53900.010415/2014-18 - Exposição de Motivos 851 2017 MCTIC (0346015)
 53900.039805/2015-51 - Exposição de Motivos 848 2017 MCTIC (0345696)
 53000.045475/2012-33 - Exposição de Motivos 779 2017 MCTIC (0344590)
 53000.039925/2013-30 - Exposição de Motivos 778 2017 MCTIC (0344502)
 53000.051845/2012-71 - Exposição de Motivos 771 2017 MCTIC (0344002)
 53000.057995/2011-16 - Exposição de Motivos 757 2017 MCTIC (0343747)
 53900.022295/2014-00 - Exposição de Motivos 874 2017 MCTIC (0332417)
 53900.020495/2014-10 - Exposição de Motivos 875 2017 MCTIC (0332519)
 53900.047605/2015-71 - Exposição de Motivos 878 2017 MCTIC (0332063)
 53900.039875/2015-17 - Exposição de Motivos 883 2017 MCTIC (0332121)
 53900.015655/2015-90 - Exposição de Motivos 858 2017 MCTIC (0332268)
 53000.055775/2011-40 - Exposição de Motivos 935 2017 MCTIC (0373424)
 53000.055825/2012-70 - Exposição de Motivos 860 2017 MCTIC (0332278)
 53900.022015/2014-55 - Exposição de Motivos 835 2017 MCTIC (0328817)
 53000.064515/2012-46 - Exposição de Motivos 834 2017 MCTIC (0328847)
 53000.070695/2013-86 - Exposição de Motivos 815 2017 MCTIC (0327243)
 53000.055765/2011-12 - Exposição de Motivos 702 2017 MCTIC (0324652)
 53000.057355/2011-06 - Exposição de Motivos 705 2017 MCTIC (0324368)
 53000.048725/2012-97 - Exposição de Motivos 753 2017 MCTIC (0323955)
 53000.015825/2013-18 - Exposição de Motivos 589 2017 MCTIC (0322898)
 53000.059475/2011-30 - Exposição de Motivos 731 2017 MCTIC (0321623)
 53000.064145/2012-47 - Exposição de Motivos 740 2017 MCTIC (0322061)
 53900.009135/2014-67 - Exposição de Motivos 112 2017 MCTIC (0230996)
 53900.015755/2015-16 - Exposição de Motivos 400 2017 MCTIC (0280641)
 53000.050945/2013-61 - Exposição de Motivos 419 2017 MCTIC (0270317)
 53000.053915/2012-26 - Exposição de Motivos 501 2017 MCTIC (0272379)
 53900.003595/2014-81 - Exposição de Motivos 519 2017 MCTIC (0272693)
 53900.017335/2015-74 - Exposição de Motivos 516 2017 MCTIC (0273391)
 53900.000545/2014-42 - Exposição de Motivos 552 2017 MCTIC (0275044)
 53000.070495/2013-23 - Exposição de Motivos 632 2017 MCTIC (0303371)
 53000.054475/2012-24 - Exposição de Motivos 619 2017 MCTIC (0303142)
 53000.058115/2011-11 - Exposição de Motivos 602 2017 MCTIC (0302035)

 53000.051605/2012-77 - Exposição de Motivos 574 2017 MCTIC (0301664)
 53900.004565/2015-73 - Exposição de Motivos 672 2017 MCTIC (0310140)
 53900.009305/2015-94 - Exposição de Motivos 709 2017 MCTIC (0312245)
 53900.041855/2015-06 - Exposição de Motivos 698 2017 MCTIC (0312028)
 53900.017158/2015-26 - Exposição de Motivos 728 2017 MCTIC (0320616)
 53000.052558/2013-60 - Exposição de Motivos 700 2017 MCTIC (0312114)
 53900.022938/2014-15 - Exposição de Motivos 710 2017 MCTIC (0312092)
 53000.051498/2012-87 - Exposição de Motivos 701 2017 MCTIC (0312010)
 53900.046568/2015-84 - Exposição de Motivos 690 2017 MCTIC (0311614)
 53900.017348/2015-43 - Exposição de Motivos 685 2017 MCTIC (0311402)
 53900.034358/2015-43 - Exposição de Motivos 680 2017 MCTIC (0311569)
 53900.021498/2014-71 - Exposição de Motivos 649 2017 MCTIC (0308562)

53000.015818/2013-16 - Exposição de Motivos 635 2017 MCTIC (0303453)
 53000.028888/2013-34 - Exposição de Motivos 626 2017 MCTIC (0302470)
 53900.006868/2014-40 - Exposição de Motivos 531 2017 MCTIC (0287103)
 53000.056228/2011-81 - Exposição de Motivos 351 2017 MCTIC (0282457)
 53000.045558/2013-11 - Exposição de Motivos 344 2017 MCTIC (0281816)
 53900.034498/2015-11 - Exposição de Motivos 614 2017 MCTIC (0302510)
 53000.021788/2012-04 - Exposição de Motivos 625 2017 MCTIC (0303306)
 53000.007888/2014-81 - Exposição de Motivos 607 2017 MCTIC (0302122)
 53900.017538/2015-61 - Exposição de Motivos 613 2017 MCTIC (0302147)
 53000.019859/2008-14 - Exposição de Motivos 693 2017 MCTIC (0323820)
 53900.012819/2015-27 - Exposição de Motivos 768 2017 MCTIC (0323907)
 53000.069249/2013-29 - Exposição de Motivos 575 2017 MCTIC (0322572)
 53000.016939/2012-02 - Exposição de Motivos 692 2017 MCTIC (0323885)
 53000.027549/2013-31 - Exposição de Motivos 743 2017 MCTIC (0322220)
 53000.073739/2012-14 - Exposição de Motivos 197 2017 MCTIC (0228291)
 53000.058095/2011-88 - Exposição de Motivos 931 2017 MCTIC (0372086)
 53000.006805/2014-37 - Exposição de Motivos 914 2017 MCTIC (0372036)
 53900.020685/2014-37 - Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)
 53900.039515/2015-15 - Exposição de Motivos 784 2017 MCTIC (0327057)
 53000.026025/2011-61 - Exposição de Motivos 636 2017 MCTIC (0324062)
 53000.048665/2012-11 - Exposição de Motivos 399 2017 MCTIC (0281062)
 53000.062335/2013-19 - Exposição de Motivos 578 2017 MCTIC (0322838)
 53900.017345/2015-18 - Exposição de Motivos 747 2017 MCTIC (0322580)
 53000.022892/2010-46--Exposição de Motivos 206 2017 MCTIC (0228433)
 53900.041642/2015-76--Exposição de Motivos 977 2017 MCTIC (0374116)
 53000.008922/2012-73-- Exposição de Motivos 11 2018 MCTIC (0482015)
 53900.018692/2014-79---Exposição de Motivos 439 2017 MCTIC (0272696)
 53900.012702/2014-62---Exposição de Motivos 518 2017 MCTIC (0272813)
 53000.055772/2011-14---Exposição de Motivos 456 2017 MCTIC (0274060)
 53000.057442/2011-55---Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.057442/2011-55--- Exposição de Motivos 514 2017 MCTIC (0274332)
 53000.050492/2011-10 --- Exposição de Motivos 354 2017 MCTIC (0286002)
 53000.031942/2012-48--- Exposição de Motivos 505 2017 MCTIC (0281319)
 53000.006882/2013-14--- Exposição de Motivos 359 2017 MCTIC (0281002)
 53000.059292/2011-14--- Exposição de Motivos 641 2017 MCTIC (0303329)
 53000.046522/2013-47--- Exposição de Motivos 584 2017 MCTIC (0302242)
 53000.057352/2011-64---Exposição de Motivos 592 2017 MCTIC (0302001)
 53900.017332/2015-31---Exposição de Motivos 683 2017 MCTIC (0311579)
 53000.047332/2013-47---Exposição de Motivos 556 2017 MCTIC (0273358)
 53000.025272/2013-10--- Exposição de Motivos 493 2017 MCTIC (0276074)
 53900.016802/2015-49--- Exposição de Motivos 486 2017 MCTIC (0276232)
 53000.045172/2012-11--- Exposição de Motivos 482 2017 MCTIC (0276766)
 53000.056212/2011-79---Exposição de Motivos 645 2017 MCTIC (0304134)
 53000.015822/2013-84---Exposição de Motivos 642 2017 MCTIC (0304152)
 53900.050622/2015-96---Exposição de Motivos 669 2017 MCTIC (0309897)
 53900.047842/2015-32---Exposição de Motivos 666 2017 MCTIC (0309708)
 53900.022882/2014-91--- Exposição de Motivos 706 2017 MCTIC (0312058)
 53000.053259/2013-42---Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53000.053259/2013-42--- Exposição de Motivos 458 2017 MCTIC (0273937)
 53900.007299/2015-31--- Exposição de Motivos 511 2017 MCTIC (0273366)
 53000.031939/2012-24--- Exposição de Motivos 520 2017 MCTIC (0273156)
 53000.015189/2014-13--- Exposição de Motivos 452 2017 MCTIC (0272529)
 53900.039779/2015-61--- Exposição de Motivos 298 2017 MCTIC (0263419)
 53000.021819/2010-57--- Exposição de Motivos 343 2017 MCTIC (0280272)
 53000.048009/2013-91---Exposição de Motivos 395 2017 MCTIC (0280047)
 53900.006559/2014-70---Exposição de Motivos 117 2017 MCTIC (0231079)
 53000.008099/2010-34--- Exposição de Motivos 119 2017 MCTIC (0231064)
 53900.020685/2014-37--- Exposição de Motivos 340 2017 MCTIC (0263432)

Att,

Luciana Silveira Teixeira

Assessora

Subchefia para Assuntos Jurídicos

Casa Civil – Presidência da República

(61) 3411-3426

luciana.teixeira@presidencia.gov.br

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Serviço de Análise de Renovação de Rádio Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53000.057297/2012-93.**

Entidade: **Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle.**

Assunto: **Minuta de Exposição de Motivos.**

1. Considerando a devolução do processo pela Casa Civil da Presidência da República, para reavaliação da pertinência da medida proposta pelo novo Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, bem como a adequação às novas diretrizes governamentais, encaminho a minuta da Exposição de Motivos atualizada, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 11/07/2019, às 17:34 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinícius Paolucci, Diretor do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 12/07/2019, às 17:55 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elifas Chaves Gurgel do Amaral, Secretário de Radiodifusão**, em 15/07/2019, às 17:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4359401** e o código CRC **4D472CA7**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057297/2012-93, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, inscrita no CNPJ nº 03.407.938/0001-19, explore pelo prazo de dez anos a partir de 13 de dezembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Escada, estado do Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o *caput* do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 7918/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 3618, de 19 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

MARCOS CESAR PONTES

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Referência: Processo nº 53000.057297/2012-93

SEI nº 4359401

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria-Executiva

Processos de Radiodifusão da Secretaria-Executiva

DESPACHO

Processo nº: 53000.057297/2012-93

Referência: Despacho SEARC (4359401)

Interessado: Associação de Radiodifusão Cultural E Comunitária Danúzia Danielle (digital Fm)

Assunto: Renovação de outorga

Trata-se de minuta de exposição de motivos referente à renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 13/12/2012, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA DANÚZIA DANIELLE, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Escada / PE.

Considerando as manifestações das áreas técnica e jurídica (parecer jurídico referencial) acostadas nos autos do presente processo, manifesto-me favorável ao prosseguimento do trâmite.

À consideração do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

JULIO FRANCISCO SEMEGHINI NETO

Secretário-Executivo



Documento assinado eletronicamente por **Julio Francisco Semeghini Neto, Secretário Executivo**, em 23/08/2019, às 18:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4486144** e o código CRC **5C0CB234**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53000.057297/2012-93

SEI nº 4486144

Brasília, 12 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53000.057297/2012-93, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle, inscrita no CNPJ nº 03.407.938/0001-19, explore pelo prazo de dez anos, a contar de 13 de dezembro de 2012, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Escada, estado do Pernambuco, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 7918/2015/SEI-MC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 475/2015/SEI-MC, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MC nº 3618, de 19 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2015.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

Relatório da Pesquisa Geral

Impresso por: Sr. Mayky Costa de Araujo
Impresso em 12/09/2019 10:31

Termo(s): 172 2019
NUP:
Origem:
Co-Autores:
Destinatário:
Tipo de Documento:
Data Inicial:
Fluxo/Etapa:
Conteúdo:
Total de documentos: 1

Data Final:

NUP	Assunto	Min.	Tarefa	Estado	Tipo	Legado
53000057297201293	MCTIC 00172 2019 Escada/PE - Renov/RADCOM - Associação de Radiodifusão Cultural e Comunitária Danúzia Danielle	MCTIC	Trâmite na PR	Em trâmite na PR	EM para Mensagem	



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 32768/2019/CGGM/GM/MCTIC

Ao Senhor
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de radiodifusão, processo nº 53000.057297/2012-93.

Senhor Subchefe,

Conforme disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de renovação de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

LARA LITVIN VILLAS BÔAS
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro Substituta



Documento assinado eletronicamente por **Lara Litvin Villas Boas, Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro substituta**, em 13/09/2019, às 11:10 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **4624774** e o código CRC **1EB5C965**.